

**TRABALHADORES INFORMAIS:
O SENTIDO DA SUA ESCOLHA DE TRABALHO**

Eliane Julie Godoy de Vasconcellos

**Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da Universidade
Federal de Santa Catarina.**

Florianópolis, 1994

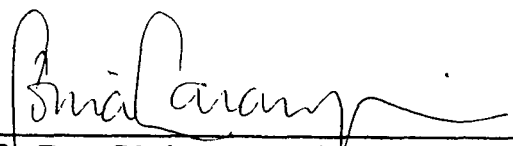
Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências
Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

TRABALHADORES INFORMAIS:

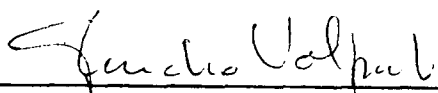
O SENTIDO DA SUA ESCOLHA DE TRABALHO

Eliane Julie Godoy de Vasconcellos

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final pelo orientador
e membros da banca examinadora composta pelos professores:



Profa. Dra. Sônia Larangeira
(Orientadora)



Profa. Dra. Terezinha Gascho Volpato



Profo. Dr. Ary Cesar Minella



Profo. Dr. Erni José Seibel

Florianópolis/ 1994

RESUMO

Cientistas sociais, especialmente economistas, têm estudado a produção informal de bens e serviços no Brasil. Há consenso de que essa produção é socioeconomicamente heterogênea e que são diversas as características dos trabalhadores envolvidos nela. Os estudos mais recentes sugerem duas pressuposições ao estudo desse tema. Uma - encontrada em estudos econômicos - é a de que esta produção abriga uma diversidade de situações ocupacionais, que vão desde estratégias de sobrevivência a situações ocupacionais em que há uma escolha do trabalhador pelo trabalho que exerce informalmente. Outro pressuposto - encontrado nos estudos socioantropológicos - é que esta escolha estaria associada a uma avaliação positiva feita pelo trabalhador do trabalho informal. Esta dissertação retoma e aprofunda a análise desse último pressuposto. Examina-se os dados da trajetória ocupacional de trabalhadores urbanos informais, obtidos em entrevistas em profundidade, e analisa-se como se deu o ingresso e permanência no trabalho informal. A partir dessa análise identifica-se as razões pelas quais esses trabalhadores tomaram-se trabalhadores informais e as razões pelas quais permanecerão (ou não) nessa condição ocupacional. Toma-se como referencial para a análise do tema a concepção de escolha racional proposta por Jon Elster, mostrando-se que os trabalhadores informais estudados consideram em suas escolhas pelo trabalho informal tanto seus valores e orientações pessoais em relação ao trabalho como as condições e limitações do mercado às suas preferências ocupacionais. O estudo identifica que em suas escolhas ocupacionais os trabalhadores estudados têm referenciais pessoais em termos de objetivos profissionais, elaborados durante suas trajetórias ocupacionais, e que esses objetivos expressam sua capacidade de conceber o que seja benéfico para si; capacidade que se relaciona ao que John Rawls denomina de "concepção de bem". O estudo mostra que na diversidade ocupacional que caracteriza o trabalho informal, é possível estabelecer para os trabalhadores informais estudados um sentido comum ao deslocamento no mercado de trabalho para um trabalho informal a partir de seus objetivos profissionais.

ABSTRACT

Social scientists, especially economists, have studied the informal production of goods and services in Brazil, concluding that this production is heterogeneous in socioeconomic terms, and that its workers have dissimilar characteristics. Recent studies suggest two assumptions in the approach to this topic. One of them is held by studies of economists, stating that informal production encompasses a diversity of occupations, ranging from simple strategies of survival to more complex situations involving a choice of informal labor by the workers. Another assumption, held by sociologists and anthropologists, is that the choice of informal labor by the workers implies a positive evaluation of these types of occupation. This dissertation focuses and develops the last assumption. The study considers the data on the occupational trajectory of urban informal workers, raised through in-depth interviews, and analyzes the data on the entry and persistence of these workers within informal labor. The analysis highlights the reasons advanced by these workers for becoming informal laborers, and for their staying (or not staying, in the future) in informal occupations. The theoretical reference for the analysis is Jon Elster's conception of rational choice, which shows that the interviewees consider both their personal values and orientations, and the limits and constraints of the marketplace on their occupational preferences. The study also shows that the workers interviewed have personal references for their choices of work - in terms of professional aims which are elaborated during the course of their occupational experiences. Moreover these professional aims manifest a capacity to conceive and pursue what is beneficial to their life of work - a capacity related to what John Rawls calls a "conception of the good". Thus, the study concludes that, taking into account workers' professional aims, it is possible to identify a shared significance for the motion toward informal work within the labor market - in spite of the occupational heterogeneity that characterizes informal laborers.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar registrado meu agradecimento a várias pessoas que, de alguma forma, contribuíram em diferentes fases deste trabalho. Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, onde desenvolvi o programa básico de estudos de mestrado. Ao Latin American Studies Center da Temple University, especialmente aos professores Arthur Schmidt, Howard Winant e Philip Evanson, que me possibilitaram acesso a discussões e bibliografia que foram fundamentais a este estudo. Aos trabalhadores entrevistados que gentilmente forneceram informações de suas vidas de trabalho. A Christa Ribeiro, Gerônimo Maia, Hoyêdo Lins, Louis Wesphal, Silvio Cario do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política, do Departamento de Economia da UFSC, com quem debati questões sobre a informalidade no mercado de trabalho na fase inicial deste trabalho. A Sônia Larangeira pelos comentários que me instigaram a continuar com a linha de pesquisa que adotei.

Quero agradecer também a Ary Minella, Cristina Cacciamali, Eduardo Viola, Hoyêdo Lins, Luzinete Simões, Marcelo Baquero, Maria Inês Paulilo, Paulo Krischke, Rodrigo Baño, Terezinha Volpato, que deram opiniões e sugestões em diferentes momentos da pesquisa; a Benjamin Ardit, Bila Sorj, Conceição D'Incao, Leo Despres, Luis Antonio Machado, Luiz Alberto Machado, Paulo Vieira, Mario dos Santos, que me auxiliaram no acesso a bibliografia; a Cléia Borges Silva, Luis Gregório Vasconcellos Dias da Silva, Robert Warren que colaboraram em outros aspectos deste estudo.

E um agradecimento especial a meu esposo Paulo, de quem recebi carinho, apoio e com quem tive um diálogo sempre rico, o que foi um estímulo importante para que eu prosseguisse e finalizasse este trabalho. Um agradecimento também a Joana e Luis, meus filhos, cuja paciência e afeto tornou menos árdua a tarefa a que me propus com este estudo.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 : SETOR INFORMAL: O CONCEITO E ALGUMAS ABORDAGENS ATUAIS NA LITERATURA BRASILEIRA...	7
1. 1. Breve Histórico da Origem da Definição do Setor Informal: Um Conceito de Uso Discutível	7
1. 2. Algumas Abordagens na Literatura Brasileira	13
1. 3. Trabalho informal: O Conceito Adotado	51
1. 4. Procedimentos de Pesquisa	55
1. 5. Roteiro de entrevista	65
CAPÍTULO 2 : ALGUNS DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS	68
1. Introdução	68
2. 1. Alguns Dados Gerais dos Trabalhadores Entrevistados	69
2. 2. Alguns Dados dos Trabalhadores Enquanto Informais	75
CAPÍTULO 3 : PROCESSO DE DESLOCAMENTO NO MERCADO DE TRABALHO	91
3. 1. Razões de Ingresso no Trabalho Informal	91
3. 2. O trabalhador, tipo de atividade exercida e condição informal de trabalho	95
3. 3. Razões de ingresso: classificação dos tipos de razões e esclarecimento metodológico	100
3. 4. Razões de saída do último trabalho formal	102
3. 5. Razões de ingresso: frente à alternativa de um trabalho formal	107

6. Razões de ingresso: frente à possibilidade da informalidade	112
3. 2. Avaliação do Deslocamento no Mercado de Trabalho para o Trabalho Informal.....	118
1. Introdução	118
2. Trabalho informal: uma avaliação geral positiva	120
3. Dificuldades e facilidades no exercício do trabalho informal	125
4. Trabalho informal e vida de trabalho	129
5. Trabalho formal e vida de trabalho	137
6. Trabalho informal e vida pessoal e familiar	144
7. Dados avaliativos gerais do trabalho informal	148
8. Trabalho informal e processo de escolha no mercado de trabalho	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
BIBLIOGRAFIA	184
ANEXO	192

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo estudar as razões pelas quais trabalhadores urbanos tornam-se trabalhadores informais. Nosso intuito primordial é identificar quais orientações e valores norteiam as decisões dos trabalhadores de se ocuparem informalmente e de permanecerem (ou não) no trabalho informal. O propósito é apreender o sentido social dessa ação de deslocamento no mercado de trabalho, o que é feito a partir da análise da trajetória ocupacional dos entrevistados.

Dentro desse propósito, o processo de deslocamento no mercado é analisado do ponto de vista da racionalidade da ação de escolha dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Busca-se identificar quais valores orientam a ação de escolha dos trabalhadores¹ por um trabalho informal. Considera-se que os fatores econômicos têm um peso significativo nas decisões e escolhas dos trabalhadores no mercado, mas isso não elimina as outras dimensões da sua ação social e individual no âmbito do trabalho.

Dentro desses propósitos, entrevistaram-se trabalhadores urbanos informais em seus domicílios e na unidade produtiva. Foram feitas entrevistas em profundidade com vistas a uma análise qualitativa do tema. Considerou-se que os trabalhadores informais - conforme tem sido reafirmado pela literatura - têm um

¹ A temática da ação racional com respeito a fins e ação racional com respeito a valores é um debate clássico na sociologia que não é propósito deste trabalho adentrar. Veja-se, por exemplo, Max Weber (1979, Economia y Sociedad, 4a. reimpressão da 2a. edição, Fondo de Cultura Económica, México, DF), e as referências críticas de Jürgen Habermas a Weber (1987, Teoría de la Acción Comunicativa, 2 vols., Ed. Taurus, Madrid).

perfil socioeconômico heterogêneo. Os critérios de seleção dos entrevistados, além da condição de informalidade da sua atividade econômica, incluíram, tanto quanto possível, uma heterogeneidade socioeconômica nas outras características do grupo entrevistado. Assumiu-se essa heterogeneidade como um dado de campo, pois considerou-se que poderia funcionar como um fator de teste para o propósito de verificar se no grupo entrevistado há um traço característico comum, associado à condição de informalidade, seja quanto a seu processo de ingresso no setor informal do mercado de trabalho, seja quanto à permanência ou não no trabalho informal. Tratava-se de saber se, mantida aquela heterogeneidade, poderia ser possível estabelecer um sentido comum no grupo entrevistado, que desse significado a seu processo de deslocamento no mercado.

O tema do trabalho informal tem sido tratado na literatura brasileira, principalmente na área econômica. Nosso intento é resgatar o ponto de vista sociológico na discussão desse tema a partir de dois aspectos sugeridos pela literatura precedente - tanto em alguns estudos econômicos como nos estudos socioantropológicos. Um desses aspectos aponta para o fato de que há uma diversidade de situações ocupacionais informais, e que em algumas dessas situações de trabalho informal há uma opção ou escolha do trabalhador pelo trabalho que exerce informalmente. Outro aspecto é que essa escolha estaria associada a uma avaliação positiva, feita pelo trabalhador, deste trabalho que exerce informalmente.

Esses aspectos foram sugeridos, mas não aprofundados naquela literatura. O que buscamos fazer é uma tentativa de compreensão mais sistemática da relação entre essas duas dimensões: o fato de o ingresso e a continuidade numa ocupação informal resultar de uma escolha do trabalhador, e de ser essa escolha uma ação orientada por um dado valor a partir do qual o trabalhador avalia positivamente as ocupações informais.

O trabalho informal tem essa designação por ser exercido numa unidade produtiva que se distingue, de algum modo, no conjunto da produção. É um comportamento humano que se distingue e se caracteriza por seus aspectos econômicos. Todavia, neste estudo, o intento é compreender a dimensão social desse comportamento econômico, para avaliar como se dá o processo de informalização do trabalhador no mercado de trabalho. Nesse sentido, não se analisa a escolha do trabalhador do ponto de vista do seu papel na unidade produtiva, ou seja, como recurso produtivo, mas como um indivíduo em relação a seu trabalho e a outras esferas da vida social. A preocupação é entender a abrangência social mais ampla do fato econômico, que vai além das caracterizações e explicações da informalidade enquanto ocorrência econômica, pois se pensa que a racionalidade da ação de informalização deve ser interpretada à luz dos referenciais valorativos que orientam as decisões e escolhas dos indivíduos quanto a sua vida de trabalho.

Busca-se, portanto, neste trabalho, compreender a relação entre diferentes momentos do deslocamento no mercado de trabalho, sob o crivo de valores e orientações conformadas socialmente e não unicamente sob a ótica de uma racionalidade econômica ².

O primeiro capítulo da dissertação examina a literatura brasileira sobre informalidade. Ali se constata que não há uma conceituação e acabamento teórico

² Usamos, neste trabalho, como se verá no Capítulo 3, a sugestão de Rawls, quando afirma que as pessoas "...têm duas capacidades morais. A primeira é a capacidade para um senso de justiça, que as capacita a entender, aplicar e atuar com base em princípios razoáveis de justiça, especificando termos equitativos de cooperação social...A segunda capacidade moral é a capacidade para uma concepção do bem, ou seja, a capacidade para formar, revisar e seguir racionalmente uma concepção do próprio bem ou benefício racional". John Rawls. (1993), *Political Liberalism*, Columbia University Press, New York; citações às páginas 19 e 103, respectivamente. Considerando as escolhas dos trabalhadores no mercado, esses critérios indicam que tais escolhas são feitas racionalmente, à luz dos benefícios esperados por cada escolha (segunda capacidade moral), incluídos no contexto mais amplo das expectativas razoáveis de realização de valores e princípios de justiça que os trabalhadores sustentam, para si e para os demais membros da sociedade (primeira capacidade moral). Veremos no Capítulo 3 que especialmente a "capacidade para uma concepção do bem" relaciona-se ao que Rawls denomina de "plano racional de vida", o qual, nos casos que estamos estudando, inclui os objetivos profissionais dos trabalhadores.

solidamente formulado acerca da informalidade, que permita desenvolver o tema a partir dessa literatura específica. De outra parte, foram as questões abertas por esses estudos precedentes que nos instigaram a realizar uma dissertação acerca das razões pelas quais os trabalhadores se tornaram trabalhadores informais e que sentido tem a informalização em seus históricos ocupacionais.

Disso resultam duas conseqüências na forma de desenvolvimento desta dissertação. Uma, é que os estudos mais específicos sobre a informalidade no mercado de trabalho tiveram um papel de referencial para o levantamento das questões, mas não para o aprofundamento de sua análise. A outra conseqüência é que se utiliza uma literatura sociológica, fora da temática da informalidade, para fundamentar a análise sobre a racionalidade da ação de escolha dos trabalhadores entrevistados e dos valores que a orientam. Esse procedimento decorre tanto da ausência de um marco teórico sólido na literatura sobre informalidade, quanto do fato dessas questões não terem ainda recebido um tratamento mais sistemático na literatura sobre o trabalho informal.

A partir da concepção de escolha racional de Jon Elster (1988; 1989; 1991), considera-se que a ação de escolha dos indivíduos resulta de um processo de filtragem em que o indivíduo considera tanto suas preferências quanto as delimitações do mercado. Propõe-se que os indivíduos têm valores pertinentes à vida de trabalho que orientam suas escolhas e suas decisões no mercado de trabalho. Faz-se também uma leitura crítica do caráter da racionalidade da escolha conforme está proposto por Elster, a partir das reflexões de John Rawls (1993) acerca da racionalidade e razoabilidade da ação. Esses critérios e categorias foram utilizados no capítulo 3, para a análise da trajetória e das escolhas ocupacionais de trabalhadores informais.

Veremos no capítulo 1 que há divergências quanto à adoção ou não do termo "setor informal", principalmente devido à conotação dualista que poderia

sugerir a expressão "setor". Nesta dissertação, o uso dessa terminologia tem um sentido mais alusivo e figurativo, para se ter algum critério para designar uma forma específica de exercício do trabalho, sem com isso circunscrever o tema num marco teórico dualista. Pelo contrário, entende-se que a realidade das situações de trabalho deve ser vista na complexidade de suas diferenças e diversidades. Portanto, o termo "setor informal" é usado aqui como uma noção ou conceito apenas descritivo, que permite tão somente distinguir os trabalhadores informais na complexidade da realidade do mercado de trabalho.

Inicia-se o capítulo 1 com um breve histórico do uso internacional do termo, a título de esclarecimento sobre a inadequação de seu uso como um conceito. Nesse capítulo faz-se também uma exposição da literatura brasileira sobre o "setor informal", procurando identificar três aspectos nessa literatura: a que fatores é atribuída a origem do "setor informal"; como é explicada a continuidade e a manutenção das formas de trabalho informais e, principalmente, qual a centralidade que tem o trabalhador informal nestes estudos e como ele é por eles caracterizado. Também nesse capítulo apresentam-se as questões centrais desta dissertação e os procedimentos de pesquisa adotados.

No capítulo 2 apresentam-se alguns dados quantitativos da pesquisa relacionados a dados gerais da trajetória ocupacional dos entrevistados e outros relacionados ao trabalho informal; são dados ilustrativos, em alguns casos complementares, à análise realizada no capítulo 3. Não há a pretensão de que estes dados coletados sejam representativos do conjunto dos trabalhadores informais, porque os entrevistados não constituem uma amostra estatisticamente estabelecida. Embora alguns dos dados quantitativos sejam usados complementarmente à análise qualitativa - por sua relevância para o entendimento das razões pelas quais os entrevistados ingressaram num trabalho informal - dada a ausência de representatividade estatística do estudo não faz sentido estabelecer uma

identificação entre o perfil quantitativo dos entrevistados e a condição de trabalho informal.

No capítulo 3 desenvolve-se a análise da trajetória ocupacional desses trabalhadores urbanos informais entrevistados, ressaltando as razões da ação de deslocamento no mercado de trabalho para um trabalho informal, e identificando sob quais valores e orientações realizaram essa ação (que, veremos, relacionam-se a seus objetivos profissionais).

Como se verá, esta dissertação levanta mais questões sobre novos caminhos a seguir do que respostas acabadas sobre o tema. Procura-se, dessa forma, contribuir para o avanço do conhecimento na área e para futuras pesquisas mais amplas sobre o trabalho informal.

CAPÍTULO 1

SETOR INFORMAL: O CONCEITO E ALGUMAS ABORDAGENS ATUAIS NA LITERATURA BRASILEIRA

1.1. Breve Histórico da Origem da Definição do Setor Informal: Um Conceito de Uso Discutível

Neste capítulo apresentaremos alguns dos principais estudos da literatura brasileira identificando a sua visão geral - a que atribuem a origem, a continuidade e a manutenção no trabalho informal - e, principalmente, como caracterizam o trabalhador informal, qual a centralidade que ocupa nesses estudos.

De modo geral, veremos que esses estudos têm duas abordagens: por um lado, a abordagem macroeconômica, que considera a informalidade com relação à dinâmica do setor moderno ou capitalista da economia; por outro lado, a abordagem microssocial, que privilegia as preferências dos indivíduos ocupados no "setor informal", na determinação de suas opções de trabalho.

Essas abordagens são muito diferentes e até opostas em alguns sentidos, embora haja entre elas pontos de convergência que também consideraremos. Porém, o ponto central é que ambas, apesar dos avanços que significaram,

deixaram em aberto vários aspectos, tais como: quais as possíveis mediações entre as escolhas dos trabalhadores, as condicionantes econômicas do mercado e os padrões valorativos que norteiam as escolhas desses trabalhadores, a partir do que exercem as suas escolhas pessoais e constroem as suas trajetórias ocupacionais.

A análise dessa trajetória ocupacional é central nesta dissertação - e será feita principalmente no capítulo 3. Antes disso, porém, considerando que nossas questões decorrem de uma revisão crítica da literatura nacional, faremos uma aproximação dessa literatura, destacando os pontos acima indicados e remetendo à análise da trajetória ocupacional dos trabalhadores informais. Começaremos por alguns esclarecimentos preliminares acerca do uso do termo "setor informal", a partir da literatura internacional em que o termo aparece inicialmente.

Setor Informal: Um Conceito de Uso Discutível

O conceito de "setor informal" tem sido considerado inadequado, entre outras razões, por ser impreciso, e há controvérsia quanto a sua adoção, mas, a despeito de suas limitações, muitos autores consideram que há uma justificativa para a continuidade de seu uso ³. O termo "setor informal" continua a ser adotado amplamente na literatura acadêmica e por várias instituições públicas e agências

³ Para uma análise das limitações do uso do termo "setor informal" como um conceito, e da adequação do seu uso como noção descritiva, veja-se Peattie, Lisa (1987), "An Idea in Good Currency and How it Grew: The Informal Sector". *World Development*, v. 15, n. 7, pp. 851-860. Para uma discussão a respeito, veja-se: Chandavarkar, Anand. (1988), "The Informal Sector: Empty Box or Portmanteau Concept? (A Comment)". *World Development*, v. 16, n. 10, pp. 1259-1261; Khundker, Nasreen. (1988), "The Fuzziness of the Informal Sector: Can we Afford to Throw Out the Baby with the Bath Water? (A Comment)", *World Development*, v. 16, n. 10, pp. 1263-1265. E para uma referência à continuidade do uso do termo "setor informal", veja-se Tokman, Vitor E. (1990), "The informal sector in Latin America: Fifteen Years Later", in *The Informal Sector Revisited*, edited by David Turham, Bernards Salomé, Antoine Schwarz, Development Centre of the Organization for Economic Co-operation and Development, Paris, pp. 93-110.

governamentais nacionais e internacionais. A sua imprecisão conceitual remete ao histórico do uso do conceito, que abordaremos aqui de maneira breve ⁴.

Tem sido unânime a referência ao estudo do antropólogo britânico Keith Hart, como o primeiro a fazer uso do termo informalidade na análise do mercado de trabalho ⁵. As questões colocadas por esse estudo - e por outros, contemporâneos ao de Hart - sobre o mercado de trabalho ⁶ influenciaram os estudos posteriores e foram uma referência para o relatório de 1972, da OIT, sobre o Kenya ⁷. É esse relatório que detalha as condições que distinguem as atividades e

⁴ Adotamos como referencial os históricos do conceito feitos por: Peattie, Lisa (1987), op. cit.; ____, (1980), "Anthropological Perspectives on the Concepts of Dualism, the Informal Sector, and Marginality in Developing Urban Economies". International Regional Science Review, v.5, n.1, pp.1-31; e por Cacciamali, Maria Cristina (1983), Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção. Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, especialmente capítulo 1. Peattie apresenta um histórico mais geral do conceito, expondo em quais temáticas e dentro de quais correntes analíticas o termo "setor informal" foi utilizado. Cacciamali faz uma abordagem desse histórico centrada na literatura latino-americana. Veja-se também, Azevedo, Beatriz. (1981), "A Produção não Tipicamente Capitalista: Diversas Abordagens", Ensaio FEE, v.1, n.2, Porto Alegre, pp.233-274; Araújo, Tarcísio Patrício e Souza, Aldemir do Vale (1984), "A Heterogeneidade dos Mercados de Trabalho em Economias Subdesenvolvidas: Uma Discussão sobre o Conceito de 'Setor Informal' ", in Renato Duarte (org.), Emprego e Renda na Economia Informal da América Latina, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, pp.19-43.

⁵ O trabalho que tem sido referido na literatura é: Hart, Keith. (1973), "Informal Income Opportunities and Urban Government in Ghana". Journal of Modern African Studies, v.11, pp.61-89.

⁶ Entre essas questões, as relações entre emprego, desemprego e a capacidade dos países do "terceiro mundo" de gerarem autonomamente crescimento da renda da população pobre. No estudo de Keith Hart (1973) op.cit., a informalidade no mercado de trabalho dos países do "terceiro mundo" era vista como resultado dos desequilíbrios crônicos entre valores salariais e necessidades de consumo dos trabalhadores. O argumento leva à conclusão de que o problema dessas economias não é o desemprego, mas os níveis de ingresso salarial, que levavam os trabalhadores a procurarem trabalhos adicionais, razão pela qual os critérios de análise de desemprego das economias desenvolvidas não se aplicavam a esses países, já que, nos países "subdesenvolvidos" as diferenciações do mercado de trabalho teriam raízes na questão salarial. A questão do emprego na economia desses países passava, nessa visão, pelo desequilíbrio entre vantagens comparativas maiores das empresas do "setor moderno" frente às "empresas nativas" (ou seja, nacionais), desequilibrando os níveis salariais, os tipos de emprego ofertados no mercado. Esse tipo de diagnóstico, tem relação com as propostas de políticas públicas de apoio ao "setor informal" formuladas pelos estudos da OIT dos anos 70, posteriores aos de Hart. Os estudos da OIT, que desenvolveram o conceito de "setor informal", trataram da questão do desemprego como um problema crônico, parte do próprio processo de desenvolvimento dos países "subdesenvolvidos", mantendo em suas análises e propostas de políticas de emprego e renda esta idéia de existência de um desequilíbrio nas sociedades economicamente mais atrasadas. Veja-se Peattie.(1987), op. cit..

⁷ A publicação da OIT, conforme citado por vários autores, é: OIT. (1972), "Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya", Organização Internacional do Trabalho, Genebra. O conceito "setor informal" foi elaborado por uma equipe interdisciplinar da OIT, que trabalhou no relatório sobre o Kenya, e é um conceito que foi usado dentro das análises e propostas de

os trabalhadores informais, e que é o marco de referência conceitual aos estudos posteriores da OIT ⁸. Foi a partir desse relatório da OIT que se generalizou o uso do conceito "setor informal", que passa a ter, com esse documento, uma delimitação teórica sob a ótica da produção ⁹. Portanto, na sua origem, o conceito de "setor informal" tem como delimitação a unidade produtiva, e o "setor informal" é descrito e definido como parte do conjunto da estrutura econômica. Na perspectiva dos estudos da OIT, as atividades produtivas pertencentes ao "setor informal" não se restringem às da periferia da cidade e/ou a dados tipos de atividade econômica, mas se caracterizam por uma maneira de produzir tendo o "setor informal" as seguintes características: é um setor produtivo de fácil acesso; conta com recursos locais para a produção; é constituído por empresas de propriedade familiar; tem pequena escala de operação; utiliza trabalho intensivo e tecnologia adaptada; os seus trabalhadores têm conhecimento e capacidade (de trabalho) adquiridos fora do sistema escolar formal; atua em mercados desregulamentados e competitivos ¹⁰.

Essa visão conceitual da OIT é uma modificação frente ao estudo de Hart, no qual o "setor informal" está relacionado às atividades de subsistência da população pobre. Hart utiliza tanto a expressão "setor informal" quanto outras, como: "desemprego e subemprego do exército industrial de reserva" e "subproletariado". Essa é uma terminologia que localiza o setor informal como sinônimo de situações relacionadas ao subemprego - ao passo que a terminologia adotada pela OIT descreve e conceitua o "setor informal" como parte do conjunto da estrutura econômica (numa terminologia que distingue e define o "setor

políticas públicas, das questões de emprego, pobreza e desenvolvimento para países "subdesenvolvidos".
Veja-se Peattie. (1987), op. cit..

⁸ Cacciamali (1983), op. cit., e Peattie (1987), op. cit..

⁹ Veja-se Cacciamali. (1983), op. cit. e Peattie. (1987), op. cit..

¹⁰ Peattie (1987), op. cit., p.854.

informal" no conjunto da estrutura produtiva)¹¹. Segundo esta última visão, estariam no "setor informal" as atividades "que não constam das estatísticas oficiais e o trabalho (independente) realizado por conta-própria"; o trabalho informal seria o "primeiro estágio de trabalho para os migrantes recém-chegados aos centros urbanos" - devido tanto a seu baixo nível de qualificação quanto ao fato, correlato, de não terem encontrado emprego no "setor formal" da economia. Assim, o "setor informal" fica associado às unidades produtivas que - dadas suas características - "impõem" um baixo nível de renda para os que nele trabalham¹². Portanto, o trabalhador informal recebe, nesta visão, os menores níveis de remuneração do mercado.

Nos estudos da OIT, o elemento que distingue os "setores formal" e "informal" está na própria maneira como se organiza a unidade produtiva. No "setor informal" estariam atividades produtivas de pequeno porte que, nas condições dos países subdesenvolvidos, geram empregos com resultado produtivo mais eficiente, se comparadas às unidades produtivas do "setor formal", ou seja, as atividades informais utilizariam de maneira mais adequada os fatores produtivos nas condições econômicas dos países subdesenvolvidos¹³. O "setor informal", nessa visão, resultaria de desequilíbrios causados pelo próprio padrão de desenvolvimento econômico, e perduraria enquanto permanecesse este modelo de

¹¹ Peattie (1987), op. cit.: Distinção e definição que se refletem nas propostas da OIT de planejamento econômico a países do "terceiro mundo", recomendando-se políticas específicas de apoio ao "setor informal". São propostas que visam estabelecer estratégias de desenvolvimento econômico para superação da pobreza, das condições precárias de trabalho. Reconhece-se o potencial produtivo autônomo e a capacidade de geração de emprego no "setor informal", sendo complementar ao restante da economia.. Cacciamali (1983), op. cit..

¹² Cacciamali (1983), op. cit., p.20.

¹³ Por exemplo: " 'maximiza o emprego de mão-de-obra sem provocar requerimento exagerado de capital e pressões excessivas sobre a balança de pagamentos' ". Cacciamali (1983), op. cit., p.19. Nessa visão da OIT, o funcionamento precário do "setor informal" ocorreria por falta de políticas públicas de apoio; assim, residiria nessas políticas, a melhor estratégia para problemas de emprego, renda. O "setor informal" seria o mais ajustado às condições de subdesenvolvimento, do que decorre que a melhor política de emprego é a voltada a esse setor e não às baseadas na industrialização, no incremento do "setor formal".

desenvolvimento. A origem do "setor informal" estaria nas diferenças salariais e de emprego e nas diferenças de desenvolvimento inter-regionais. Os indivíduos que fazem parte do "setor informal" seriam, nessa visão conceitual, os migrantes, os que não têm a qualificação exigida pelo "setor formal", os que não encontram emprego assalariado. São trabalhadores com baixo nível de renda.

A conceituação da OIT diferencia-se da visão dual "moderno/atrasado" ¹⁴, quanto à análise da maneira como está organizada a produção no "setor informal" e adota o "dualismo formal/informal". A definição e a delimitação da informalidade no mercado de trabalho é centrada na unidade produtiva. É a partir das características da organização da unidade produtiva que se identifica a informalidade, pois esta é definida pela maneira como se produz. A partir disso, diferencia-se também daquele dualismo quanto ao diagnóstico dos problemas de emprego e renda nos países "subdesenvolvidos", e quanto às propostas de políticas públicas ¹⁵. Porém, mantém-se a delimitação dos indivíduos que trabalham informalmente como sendo parte de uma mão-de-obra não qualificada, de baixo padrão de remuneração ¹⁶.

¹⁴ Nos estudos anteriores aos da OIT, o conceito "setor informal" foi utilizado numa visão dualista que sublinhava o contraste entre atividades econômicas do "setor formal" - que eram mais lucrativas e proveitosas - e as do "setor informal" - que, comparadas às do formal, eram mais desvantajosas e economicamente inferiores, por utilizarem tecnologia mais atrasada. O "setor formal" era entendido como o setor produtivo "moderno"; por sua vez, o "setor informal" era caracterizado pelas formas de produção "tradicionais", "atrasadas". O termo "atrasado" era então utilizado com uma conotação pejorativa e preconceituosa, que caracterizava como arcaicas as formas de produção que - por utilizarem recursos produtivos e tecnologia arcaicos - teriam que dar lugar a formas mais modernas de produção. Assim, o recorte "informal(atrasado)/formal(moderno)" valoriza o "setor formal" pela discriminação e desqualificação da produção do "setor informal". O mercado de trabalho informal incluiria o subemprego, as condições mais precárias de trabalho, ocuparia a mão-de-obra menos qualificada. Peattie. (1987), op.cit..

¹⁵ Os "setores formal" e "informal" teriam características produtivas e dinâmicas diferentes e a produção do "setor informal", nesses estudos, passa a ter o seu papel positivo reconhecido para as economias locais dos países "subdesenvolvidos", o que justificaria políticas públicas específicas de apoio ao "setor informal".

¹⁶ A visão conceitual dicotômica - formal/informal -, que refuta a anterior - moderno/atrasado -, é associada aos estudos da OIT após o relatório sobre o Kenya. Veja-se Cacciamali (1983), op. cit.. Esse relatório identifica o problema do desemprego, da desigualdade "entre geração de emprego, crescimento demográfico, crescimento populacional e da educação frente às aspirações e expectativas de trabalho e à estrutura de renda e oportunidades disponíveis" de trabalho. O problema, então, não é o de criar mais

Esses estudos de concepção dualista, que marcaram os trabalhos dos anos 70 e final dos 60, formam um conjunto de *"differing orchestrations of the same theme: modern capitalist enterprise enters into a backward society, and until such time as it comes to transform the backward society (perhaps an extended period) makes for a sharp contrast between the two types of economy."*¹⁷

Frente a essa imprecisão conceitual e à utilização do termo por linhas analíticas nem sempre convergentes, tentar realizar o presente estudo a partir de uma identificação do termo "setor informal" como um conceito seria correr o risco de perder-se num *"conceptual swamp"*¹⁸ sem chegar ao propósito central deste estudo, razão pela qual adotamos aqui o termo como uma noção, ou como um conceito apenas descritivo.

1. 2. Algumas Abordagens na Literatura Brasileira

Na literatura brasileira ¹⁹, o estudo de Luiz Antonio Machado, de 1971, é o primeiro a utilizar a expressão "mercado não-formal de trabalho" ²⁰. O autor utiliza

postos de trabalho, mas alterar aquele padrão de desenvolvimento econômico desequilibrado. As atividades do "setor informal" refletiriam, nesse quadro, uma situação de desemprego e subemprego. Veja-se Cacciamali. (1983), op. cit., p. 19.

¹⁷ Peattie (1987), op. cit., p.852. São estudos voltados à análise das questões de pobreza e desenvolvimento nos países do "terceiro mundo" e foram desenvolvidos dentro de várias propostas analíticas, entre elas as teorias da marginalidade e as da dependência.

¹⁸ Essa expressão é de Peattie (1987), op.cit., p.851.

¹⁹ As referências à literatura brasileira feitas neste capítulo atendem ao nosso propósito de fazer um recorte na literatura brasileira, para localizarmos os eixos temáticos que instigaram esta dissertação. Assim, há estudos da literatura brasileira dos anos setenta que não estão aqui tratados diretamente, cujas abordagens foram revistas e incorporadas pelos estudos posteriores; entre eles veja-se Singer, Paul. (1978), Economia Política do Trabalho, Editora Hucitec, São Paulo; Prandi, José Reginaldo. (1978), O Trabalhador por Conta Própria sob o Capitalismo, Editora Símbolo, São Paulo. Relacionado à temática do

a terminologia "mercado formal" e "mercado não-formal" para diferenciar as formas de ocupação no mercado de trabalho urbano. Nessa visão conceitual, o que distingue as formas de organização do trabalho é a vinculação ou não da atividade de trabalho a um ordenamento legal. O "mercado não-formal" abrange os trabalhos sem proteção jurídica e reconhecimento social. Haveria um fluxo constante entre os dois "subsistemas" do mercado de trabalho - o formal e o não-formal.

Esse é um estudo específico das situações e condições de trabalho de trabalhadores urbanos residentes em favelas. Portanto, a distinção entre formas de organização do trabalho (formal e não-formal) é referida empiricamente a essa situação social específica. A distinção entre as duas formas de trabalho é parte da caracterização do perfil do trabalhador residente nas favelas.

O estudo diferencia o trabalho não-formal basicamente através de características associadas a não ser esse um trabalho "protegido" e "estável", quando comparado ao trabalho formal ²¹. Frente ao aparato jurídico-institucional, o mercado formal representa o emprego regular, mais estável, e o mercado não-formal, as ocupações não regulares e instáveis, no sentido de que os que trabalham não-formalmente enfrentam com maior frequência uma situação de desocupação no mercado de trabalho - sendo essa instabilidade associada à ausência de proteção e definição legal do trabalho não-formal. No mercado não-formal estariam o trabalhador por conta-própria e o "biscateiro", tendo o primeiro uma situação melhor em termos de regularidade e estabilidade ²².

trabalho informal destaca-se, entre outros, Kowarick, Lucio. (1985), Capitalismo e Marginalidade na América Latina, 4a. edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro; Oliveira, Francisco. (1987), A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, 5a. edição, Editora Vozes, Rio de Janeiro.

²⁰ Machado, Luiz Antonio. (1971), Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo.

²¹ Porém, para o autor, no mercado formal de trabalho não existe uma situação generalizada de empregos estáveis e "protegidos". De outra parte, esta ausência de proteção e estabilidade caracterizaria o mercado não formal.

²² A condição de empregado no mercado formal implica garantias respaldadas na lei, enquanto que o "não-emprego" no mercado não-formal implica uma situação desprovida de garantia.

Nessa visão as características da informalidade (ou não-formalidade) seriam: a "invisibilidade" legal; a "personificação" da atividade econômica ²³; a ausência de contrato regular de trabalho; a maior instabilidade (própria à "precariedade" da produção em pequena escala); o fato de serem situações de trabalho que não têm reconhecimento legal e social; formas de trabalho não com um, mas com vários "patrões" (personalizados na própria clientela). Se para a garantia da manutenção do trabalho no mercado formal é relevante a qualificação e a habilidade profissional do trabalhador, diferentemente, no mercado não-formal, essa garantia seria dada pela "personificação da atividade econômica" (expressa nos "vínculos" do trabalho não formal às relações pessoais no trabalho - ao invés da impessoalidade do trabalho formal); pela "habilidade" em assegurar a demanda; pela manutenção de uma rede de contatos pessoais; simpatia pessoal; auto-confiança; etc. ²⁴.

A condição de empregado no mercado formal implica garantias respaldadas na lei, enquanto que o "não-emprego" no mercado não-formal implica uma situação desprovida de garantia ²⁵.

O estudo identifica empiricamente, entre outras características do trabalho informal: o trabalhador exerce seu trabalho com "independência pessoal" (que é

²³ No sentido de que "não há mediação burocratizadora" entre "empresa e consumidor". Machado. (1971), op. cit., p. 30-31.

²⁴ Machado. (1971), op. cit., p.29-34. Fazem parte dos "vínculos das ocupações" no mercado não-formal: as práticas de trabalho com relações interpessoais; a demanda depende de, e é assegurada pela "habilidade" do trabalhador; a existência de uma "rede de contatos" pessoais do trabalhador (p.ex., para obter informações úteis comercialmente); o estabelecimento do preço pelo acordo entre as partes.

²⁵ O autor argumenta que a ação de trabalho (entendida como ação humana voltada à transformação de recursos naturais) no emprego, envolve uma relação jurídico-funcional em que se é empregado de alguém, enquanto que a ação de trabalho autônomo é desprovida desta relação e estaria simplificada só numa forma de exercer uma atividade. Nas duas situações os indivíduos são trabalhadores, o que muda no último caso é a não existência de um vínculo jurídico-funcional. Junto com o não-emprego no mercado não-formal, vem a situação desprovida de garantia (ao passo que no formal há as garantias respaldadas em lei). De outra parte, junto às vantagens legais do emprego formal, há as desvantagens quanto a possibilidades profissionais, sem acesso ao mercado consumidor, às "liberdades" do mercado capitalista. O trabalho formal é uma situação de legalização que ajuda e, ao mesmo tempo, cerceia, porque é associada às possibilidades de ascensão dentro da lei - possibilidades desiguais. Ao passo que um aspecto positivo no trabalho não-formal é a "mobilidade" que, ainda que "lenta", é "constante".

relativizada pela menor proteção legal)²⁶; o "desejo de independência"²⁷; a "responsabilidade pessoal no preenchimento do tempo de trabalho".

Essa é uma conceituação do "setor informal" (não-formal) definida a partir da existência ou não de vínculos jurídico-contratuais de trabalho. Esse é o ponto de comparação e delimitação do trabalho não-formal no mercado de trabalho, a partir do qual o autor estabelece a origem do trabalho informal. Empiricamente o trabalho informal fica associado a uma forma de trabalho característica da população urbana pobre, no caso, moradora das favelas.

A continuidade e permanência na condição de trabalho não-formal dependem da ampliação do trabalho exercido (da "mobilidade" quanto ao rendimento e à ocupação em si²⁸), além da conveniência do trabalhador em manter a "invisibilidade" legal frente aos custos de regulamentação de seu trabalho. A permanência do trabalhador fica, nesse estudo, dependente de como ele consegue desenvolver seu trabalho de modo a afirmar características que lhe dão mais estabilidade (por exemplo: a manutenção de laços com clientes). Ou seja, a permanência depende da otimização das características relacionadas à "personificação da atividade econômica"²⁹, de modo a assegurar um nível maior de estabilidade no trabalho - que é um fator que diferencia negativamente o trabalho informal do formal nesse estudo.

Abordagens econômicas

²⁶ Machado.(1971), op. cit., p.32.

²⁷ O autor associa o desejo de independência a uma "opção pela independência", seria um "desejo" que resulta do "dilema do trabalhador" frente às "vantagens e desvantagens" comparativas do trabalho não-formal quanto à "segurança e renda". Machado, op.cit., p.55-56.

²⁸ Machado. (1971), op. cit.. Mobilidade que é lenta mas constante, até o "ponto em que a visibilidade jurídico-legal se torna indispensável", p.37.

²⁹ Machado. (1971), op.cit.,p.30-31.

É nos estudos dos anos 80, na área de economia, que o tema "setor informal" recebe tentativas mais sistematizadas e generalizadoras de conceituação e/ou discussão específica ³⁰. Esses estudos tratam do tema sob a ótica da produção, pois o "setor informal" é visto como parte do processo produtivo.

Esses estudos refutam a visão analítica da produção segmentada em dois mercados, que era própria da perspectiva dualista de parte dos estudos dos anos setenta - a qual dividia a economia em dois setores com processos de expansão autônomos. Ao contrário, propõe-se aqui a visão de um único mercado, em que a expansão do "setor formal" determina a do "setor informal", sendo o "setor informal" dependente e subordinado aos movimentos de expansão do formal. Assim, a noção geral do "setor informal" é a de uma forma entre outras de organização da produção - "que se insere na estrutura econômica de forma intersticial, junto às formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados, que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico" ³¹ (sistema capitalista de produção).

Esses estudos têm uma noção conceitual comum, mas têm também as seguintes diferenças, entre outras: a origem que atribuem ao "setor informal" - as razões da existência de uma forma de produção informal e outra formal, num mercado que é regido por um único sistema produtivo -; qual mão-de-obra "alimenta" o "setor informal" e, ainda, o que é essencial à sua delimitação empírica quanto ao referencial e caracterização. Esta última diferença relaciona-se, basicamente, à consideração de ser ou não a produção informal de fácil acesso - ou seja, se seria (ou não) fácil economicamente dar início à produção de um bem ou à prestação de um serviço informalmente. Esta diferença, com relação à facilidade ou não de entrada, como veremos, terá implicações quanto às características

³⁰ Destacam-se os estudos de Souza, Paulo Renato. (1980), Emprego, Salários e Pobreza, Editora Hucitec/Funcamp, Campinas, SP; e Cacciamali (1983), op. cit..

³¹ Souza, Paulo Renato. (1980), op. cit., grifos do autor.

identificadas por esses estudos na produção informal, e no perfil do trabalhador informal ³².

Há, no entanto, algumas características comuns a esses estudos, no que se refere à delimitação das formas de organização da produção consideradas informais, por exemplo, todos consideram serem estas unidades produtivas que não dependem do trabalho assalariado permanente ou fundamentalmente. A idéia de informalidade está associada ao fato de elas serem unidades produtivas "não-organizadas" em termos capitalistas, ao contrário das unidades "organizadas" em termos capitalistas que seriam as do "setor formal". As características utilizadas para diferenciar o "setor informal" são as que o qualificam como uma forma de produção diferente, num mercado onde há a hegemonia da produção capitalista. Assim, a ótica dessa abordagem é a da produção.

Mas há também diferenças sobre alguns pontos importantes. Alguns desses estudos (Souza, 1980) consideram que o "setor informal" está relacionado à existência de um "excedente relativo de força de trabalho" ³³. Essa origem estaria relacionada aos resultados de um modelo de desenvolvimento que gerou uma estrutura produtiva e mercado de trabalho heterogêneos. Há diferenciações na alocação da mão-de-obra, tanto quanto à qualificação como quanto à estrutura de remuneração. Assim, no "setor informal", estaria ocupada a mão-de-obra que recebe os menores níveis de renda do mercado e que é também a de menor qualificação, pois esse setor seria "o último degrau na hierarquização da atividade econômica estabelecida pela heterogeneidade estrutural" ³⁴. Seria no "setor informal" que a mão-de-obra excedente se ocuparia. Esse referencial para a

³² O questionamento da facilidade de entrada como referencial à caracterização empírica do "setor informal" tem sido identificado em estudos recentes como um importante divisor entre as análises da informalidade no mercado de trabalho. Para uma menção a esse aspecto, veja-se Oliveira, Francisco (coordenador). (1990), *O Informal Revisitado. Relatório Preliminar*, CEBRAP/NOVIB, mimeo.

³³ Souza, (1980), op.cit., p. 132.

³⁴ Souza (1980), op. cit., p.132

delimitação empírica está relacionado ao suposto do "setor informal" ser de fácil acesso, já que toma por sentado que o "setor informal" agrega um tipo de trabalho que não requer qualificação, ou que requer um nível relativamente menor do que o "setor formal" ³⁵. Seria então no informal que a mão-de-obra excedente encontraria formas de ocupação, pois os recursos necessários para iniciar o trabalho informal seriam mais acessíveis. Assim, a baixa qualificação e remuneração passam a constituir um traço empírico característico do "setor informal". Há uma funcionalidade entre o modelo de expansão do "setor formal", que gera excedentes de mão-de-obra, e a existência do "setor informal", que é "criado" por esse excedente.

Nessa visão, os trabalhadores informais têm suas características referidas à da unidade de produção em que atuam, pois são caracterizados enquanto participantes de uma dada forma de produção ³⁶.

Na conceituação de Souza, há um processo dinâmico da produção capitalista, de criação e recriação de espaços econômicos. Nesse processo, há um deslocamento do "setor informal" subordinado ao movimento do núcleo capitalista. A produção informal situa-se economicamente sempre de maneira dependente do núcleo capitalista da produção ("setor formal"). Para existir, depende da produção capitalista, depende dos espaços não ocupados por essa produção.

É na produção informal (nas formas de organização da produção que não são tipicamente capitalistas) que o excedente de mão-de-obra "se refugia" ³⁷. Essa

³⁵ A facilidade de entrada estaria associada ao uso de técnicas produtivas simples, ao fato da produção não ser "organizada", de não obter (ou não ter patamares de instalação para) lucros oligopólicos, ou seja, estar nos mercados mais competitivos. Souza, (1980), op.cit.. p.132-135.

³⁶ No "setor informal" estariam : os trabalhadores por conta-própria, os proprietários ou empregados em empresas pequenas não formalmente organizadas. Veja-se, p.130-131 de Souza (1980),op.cit. Cabe mencionar que o autor utiliza como fonte de informação dados de estudos PREALC.

³⁷ Souza. (1980a), A Determinação dos Salários e o Emprego nas Economias Atrasadas. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, mimeo, p.132.

produção tenderia a desaparecer com a expansão da produção capitalista; ela é própria de um modelo econômico que gera um expressivo excedente de mão-de-obra.

A análise de Souza ³⁸ atribui um papel relevante ao "setor informal", como setor produtivo onde está ocupado o "excedente de mão-de-obra" não absorvido pelo "setor formal"; no informal, essa mão-de-obra ficaria em disponibilidade potencial para o núcleo capitalista da produção ³⁹. Nesse sentido, a origem e a existência continuada do trabalho informal estariam associadas à existência do excedente de mão-de-obra. O mercado de trabalho informal teria um papel de ocupação circunstancial e provisória de parte da mão-de-obra. Nesse sentido parece ter um papel funcional para a produção formal.

A origem do "setor informal" seria, na visão conceitual desse autor, dependente e condicionada pelos espaços "outorgados pelo capital" ⁴⁰, desde uma posição que é a este simetricamente subordinada. É a produção capitalista que determina unilateralmente o "tamanho do espaço econômico a ser ocupado pela produção não capitalista" e determina também a "dimensão ocupacional" dessa produção ⁴¹. A dinâmica do deslocamento do conjunto da produção, nessa visão conceitual, é definida e estabelecida pelos movimentos de expansão do "núcleo verdadeiramente capitalista" - movimento a que a produção "não tipicamente capitalista" está subordinada e dependente. Nessa expansão, a produção capitalista

³⁸ Souza (1980), op. cit.; ____ (1980a), op. cit..

³⁹ Para o autor não se trata de uma "ilimitada disponibilidade de força de trabalho imediata. Ao contrário, em algumas conjunturas em que a demanda por mão-de-obra se acelera mais do que o ritmo 'normal' ... produz-se verdadeira 'escassez' no mercado de trabalho urbano durante períodos determinados... o sistema ajusta suas necessidades de mão-de-obra ... O equilíbrio dinâmico entre os fluxos é restabelecido por outras vias, seja porque a economia capitalista, ao se expandir muito rapidamente, destrói mais violentamente o emprego em outras formas de organização, seja porque o ritmo de crescimento da demanda por mão-de-obra diminui por efeito de alguma reversão cíclica, ou ainda porque o sistema usa a coação para aumentar a oferta de trabalhadores", coação que seria, por exemplo, via "proibição de vendedores ambulantes, perseguição policial a pessoas sem registro de trabalho regular, etc...". Souza (1980a), op. cit., p. 87-89.

⁴⁰ Veja-se a referência ao trabalho de Souza em Oliveira, Francisco (coord.). (1990), op. cit..

⁴¹ Souza (1980a), op. cit., p. 132-133; grifos do autor.

"cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não tipicamente capitalista. É nesse sentido (...) que podemos dizer que os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista" ⁴². Numa economia capitalista, o espaço econômico ocupado pela produção informal (entendida como "não tipicamente capitalista") seria gerado pelo "movimento" da produção formal (entendida como capitalista).

Assim, há uma simetria entre os movimentos da produção capitalista e a criação do espaço econômico que a produção informal ocupa. Da mesma forma, essa expansão pode destruir este espaço - antes criado - da produção informal. A origem do "setor informal" resultaria de um espaço concedido ("outorgado") pela produção capitalista, que pode retomá-lo e, portanto, do mesmo modo determinar a extinção da produção informal. Através do movimento de criação e/ou destruição dos espaços econômicos informais haveria um ajuste entre disponibilidade da mão-de-obra excedente e a necessidade de mão-de-obra da produção capitalista - de tal sorte que a produção informal cumpriria o papel de absorção de parte desta mão-de-obra excedente.

Destaca-se, também, entre os estudos econômicos, o de Cacciamali ⁴³, que adota uma conceituação de "setor informal" que se contrapõe às de visão dualista. A autora propõe sua conceituação a partir de uma exposição crítica do histórico do conceito. Nessa exposição a autora diferencia, entre os estudos da OIT, os específicos aos países latino-americanos ⁴⁴.

Vale destacar que, nesses estudos sobre a América Latina, o "setor informal" é conceitual e empiricamente relacionado à baixa produtividade, pobreza, processo de urbanização e migração - cujo fluxo não é absorvido pelas

⁴² Souza (1980a), op. cit., p. 79, grifos do autor.

⁴³ Cacciamali. (1983), op. cit..

⁴⁴ São esses os estudos desenvolvidos dentro do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe - PREALC, da OIT. A autora considera que esses estudos superaram a visão dualista "formal/informal". Entre eles estão trabalhos de Souza.

atividades produtivas modernas. Assim, compõem o "setor informal": "as atividades de baixo nível de produtividade, os trabalhadores independentes... e empresas muito pequenas ou não organizadas. A demanda de mão-de-obra não obedece a uma definição técnica de postos de trabalho disponíveis. De fato, o nível de emprego, ou melhor, o número de pessoas ocupadas depende neste mercado da magnitude da força de trabalho não absorvida pelo setor formal, da economia e das oportunidades que têm essas pessoas de produzir ou vender alguma coisa que lhes retribua alguma renda" ⁴⁵. Essa caracterização do "setor informal" é superada pelo estudo da autora.

• O "setor informal" nessa visão conceitual - que Cacciamali revê comparativamente dentro dos estudos da OIT - expressaria o auto-emprego do "excedente" de mão-de-obra, que não tem acesso aos postos de trabalho formais, como resultado do padrão de desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos, que gera poucos empregos frente à necessidade corrente da produção e do crescimento demográfico. Nessa concepção, o "setor formal" e o "setor informal" participam de um mesmo mercado, numa produção que é segmentada - sendo que no informal estariam as unidades produtivas menores, pouco capitalizadas, com baixo nível de tecnologia e que não estão formalmente organizadas ⁴⁶, e participam tanto dos mercados mais oligopolistas quanto dos mais competitivos. Nas unidades produtivas informais, o proprietário participa diretamente do processo produtivo e o salário não é a forma de remuneração predominante.

Para esses estudos sobre a América Latina, que refutam o dualismo dos estudos anteriores da OIT ⁴⁷, a produção informal teria uma expansão dependente e

⁴⁵ Cacciamali. (1983), op. cit. p.21.

⁴⁶ Cacciamali. (1983), op. cit., p.22.

⁴⁷ Conforme mencionado no item 1 deste capítulo, para os estudos da OIT, de visão conceitual dualista, o "setor informal" teria um crescimento autônomo e complementar ao conjunto da economia com impacto positivo na geração de emprego, distribuição de renda, etc., frente aos desequilíbrios das economias dos

limitada pela do "setor formal", tendendo a reduzir-se com a expansão desse último; teria um papel não autônomo, mas funcional à dinâmica capitalista, ao núcleo verdadeiramente capitalista da produção. Esse papel seria inclusive funcional quanto ao processo de ajuste da mão-de-obra (a produção informal como sendo a que abriga a mão-de-obra excedente). O "setor informal" se reduziria à medida que a economia se diversificasse e que a atividade feita informalmente fosse passível de exploração capitalista, ou seja, passível de uso de tecnologia que permitisse ganhos de escala. Esse corte formal/informal distinguiria a produção, entre aquela que é tipicamente capitalista e a que lhe é subordinada, funcional à capitalista ⁴⁸. O "setor informal" ocuparia e teria sua origem nos espaços econômicos permitidos pelo capital, pois sua permanência seria condicionada pela expansão da produção capitalista. A sua origem é, pois, funcional ao capital, na medida em que é o *locus* econômico do emprego da mão-de-obra excedente (formada pelos migrantes e pelos menos qualificados). A existência do "setor informal" fica dependente dessa funcionalidade - o trabalho informal só existe pelas formas precárias de auto-emprego dessa população excedente e pela existência de espaços econômicos que não interessa ao capital ocupar.

A partir de considerações críticas à abordagem conceitual dos estudos da OIT, Cacciamali adota um conceito de "setor informal" ⁴⁹ que considera o formal e o informal como formas interdependentes de uma mesma produção. O "setor informal" segue tendo uma posição subordinada aos "movimentos" da produção

países subdesenvolvidos. Avaliava-se que o "setor informal" teria uma expansão qualitativa positiva, em decorrência do que esses estudos (que adotam uma análise dualista da produção) propunham políticas específicas para a produção informal.

⁴⁸ A partir do que esse grupo de estudos dentro do PREALC sugere a adoção de políticas econômicas globais que integrem o "setor informal", ao invés de políticas específicas - como propunham os estudos de visão dualista, conforme já vimos em nota anterior -, dado que a produção informal não teria um crescimento autônomo, mas dependente.

⁴⁹ Como veremos, Cacciamali (1983), op. cit. e Souza (1980a), op.cit., utilizam uma descrição conceitual geral bastante próxima, diferenciando-se na análise e desdobramentos empíricos desse conceito geral.

formal. Os espaços econômicos ⁵⁰ que a produção informal ocupa - seu acesso a matérias-primas, tecnologia, meios de comercialização, o perfil da mão-de-obra que trabalha informalmente, sua possibilidade de expansão, etc. - estariam subordinados ⁵¹ aos movimentos da produção formal.

Na perspectiva conceitual da autora, a produção informal pode estar em áreas de produção de bens e serviços de melhor qualidade e/ou dirigida a faixas do mercado consumidor de melhor renda, bem como utilizar técnicas mais avançadas. A produção informal não tem um crescimento autônomo e sustentado, mas acompanha, de maneira dependente, o crescimento e as modificações que se processam no núcleo capitalista da produção. É nesse sentido que é subordinada ao formal. É uma visão conceitual que permite considerar a produção informal como passível de modernizar-se e desenvolver-se continuamente, mas sempre desde uma posição subordinada ⁵².

No estudo de Cacciamali, a composição, a amplitude e o papel da produção informal acompanham as modificações e deslocamentos da produção formal. Nesse sentido, o "setor" produtivo informal é "flexível e permeável" aos movimentos da produção capitalista ⁵³, é "adaptado às condições gerais da

⁵⁰ Souza refere-se a "espaços econômicos de uma economia ou país" como sendo o "volume total de sua produção e bens e serviços" e Cacciamali refere-se "à totalidade dos ramos e formas de organização da produção". Cacciamali. (1983), op.cit., p.28; Souza. (1980a), op. cit., p.77-78.

⁵¹ Na abordagem conceitual de Cacciamali, essa subordinação não é no sentido seletivo, hierárquico. A produção informal não ocupa um segmento inferior no conjunto da produção - segmento onde estaria a produção de mercadorias de menor qualidade, que atenderiam a demanda da população de baixa renda, e que utilizaria técnicas tradicionais. É subordinada, no sentido de que o espaço econômico que a produção informal ocupa - seu acesso a matérias primas, tecnologia, meios de comercialização, etc. - estaria sujeito a modificações que se operam no conjunto da produção capitalista.

⁵² "O mundo do pequeno produtor e do trabalhador ocasional interpenetra aquele das corporações multinacionais, do grande comércio, dos bancos e das agências internacionais. No entanto, como em todas as relações caracterizadas pelo binômio dominação/subordinação, não existe igualdade na extensão e natureza desta interpenetração. Cada pólo da relação se beneficia e depende do outro, mas de maneira diversa. A dependência é complexa e fortemente favorável à hegemonia capitalista". Cacciamali. (1983), op. cit., p.24 (A autora refere-se ao trabalho de Gerry, C. (1978), "Petty Production and Capitalist Production in Dakar: The Crisis of the Self-Employed", in *World Development*, v.6, n.9/10, out.,p.1150).

⁵³ "A expansão e crescimento da produção capitalista incide sobre todas as atividades econômicas que forneçam taxa de retorno competitiva. Nessa expansão abrem-se novos espaços à atuação econômica, é neles que se insere a produção informal. ...As grandes empresas imprimem sua dinâmica sobre o espaço

economia, em especial a urbana". Além disso, desvincula-se a caracterização do "setor informal" do uso de baixa tecnologia. Na produção informal pode-se usar também tecnologias mais avançadas, porém não há saltos tecnológicos, e sim uma utilização de tecnologia que é dependente e em conformidade com os padrões dados pela produção formal.⁵⁴

A origem do "setor informal" estaria na dinâmica do movimento da produção capitalista, na constante criação e recriação de espaços econômicos que passam a ser ocupados pela produção informal. Uma dada atividade produtiva informal pode extinguir-se, ser economicamente "destruída" pela ampliação do "espaço" de atividade da produção capitalista. Mas, "simultaneamente", a produção capitalista como um todo pode ampliar o mercado específico em que atuava a produção informal "destruída", e poderia haver um deslocamento dos "trabalhadores informais para uma outra atividade informal" ⁵⁵. É no processo de destruição, criação e recriação de espaços econômicos que residem a origem e existência continuada da produção informal ⁵⁶.

Na perspectiva conceitual de Cacciamali, a delimitação empírica do "setor informal" inclui "os trabalhadores por conta-própria, as unidades de produção de base familiar, ajudantes e/ou trabalhadores que ocasionalmente trabalham para esses grupos" ⁵⁷.

Um avanço interessante desse estudo foi verificar, a partir de uma comparação entre trabalhadores formais e informais, que há uma variabilidade de

econômico, delimitam os interstícios permissíveis para a produção informal, isto é, ao se fixarem, determinam em um só movimento e de forma simultânea, o leque das possíveis formas de produzir informalmente em um dado momento". Cacciamali (1983), op. cit. p.32.

⁵⁴ Cacciamali. (1983), op. cit. p.27.

⁵⁵ Cacciamali. (1983), op. cit. p.30. Ou pode ocorrer um deslocamento de outro tipo, como para o assalariamento ou o desemprego.

⁵⁶ "As atividades recriadas têm conotação de novas, pois correspondem a alterações das relações no exercício do trabalho, decorrentes do progresso técnico que modifica os processos produtivos e de trabalho". Cacciamali. (1983), op. cit., p.33.

⁵⁷ Cacciamlai. (1983), op.cit., p.24.

renda no "setor informal" que vai de rendas "relativamente mais altas e condições de trabalho mais satisfatórias" à situação de "mera sobrevivência física" ⁵⁸, dissociando assim a produção informal da baixa renda. A autora demonstra através de uma análise comparativa entre trabalhadores assalariados e trabalhadores informais, que os informais têm acesso a diferentes níveis de renda e que auferem níveis de renda altos se comparados aos de uma posição ocupacional similar assalariada ⁵⁹; demonstra, ainda, que a baixa renda não é uma característica das formas de produção informais ⁶⁰. Ao nível da caracterização empírica do "setor informal", isso pressupõe uma desvinculação das características da produção informal das da mão-de-obra excedente (que está associada à baixa qualificação); de outra parte, explicita melhor a dissociação entre informalidade e situações de "subdesenvolvimento", "atraso", pobreza, etc.- que marcou a literatura dos anos setenta.

Nos traços peculiares identificados a partir dos dados de campo - além da conclusão geral com relação, por exemplo, a renda auferida - estão presentes características pertinentes à relação do trabalhador com a forma de organização informal do trabalho. Assim, o trabalhador informal é caracterizado como tendo traços "individualizantes", tais como: habilidade individual; irregularidade no

⁵⁸ Cacciamali. (1983), op. cit., p.32-33.

⁵⁹ A autora analisa comparativamente dados obtidos em entrevistas domiciliares com trabalhadores assalariados e por conta-própria, no município de São Paulo. Essa é sua principal fonte de informação, mas usa complementarmente dados da PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Considera que o fato de existirem no "setor informal" trabalhadores que obtêm um baixo nível de renda com seu trabalho "e, em determinadas circunstâncias, serem até a maioria relativa do setor, não implica que a maior parte dos trabalhadores de rendimento relativamente inferior esteja no Setor Informal". A autora argumenta que a baixa renda não é uma condição característica do "setor informal", mas do conjunto do mercado de trabalho. Conclui que "não se pode afirmar que os trabalhadores do setor informal...constituam proporcionalmente a massa de trabalhadores que detém as piores condições de trabalho e níveis de renda". Cacciamali (1983), op.cit., citações às p.33 e p.71-72, respectivamente.

⁶⁰ Essa e outras conclusões do estudo de Cacciamali - como, por exemplo, a de que o "setor informal" não se caracteriza por ter uma proporção significativa de mulheres, jovens e idosos - são sustentadas também por outros estudos. Veja-se Oliveira (coord.) (1990), op.cit.; este autor cita a respeito os trabalhos de : Richardson, Harry W.. (1984), "The role of the urban informal sector: an overview". *Regional Development Dialogue*, fev.; Raczynski, D.. (1977), "El sector informal urbano: interrogantes y controversias". *Série Investigaciones sobre Empleo*, n.e, PREALC, Santiago.

exercício da atividade; exercício de várias funções, estabelecimento de relações pessoais; um certo traquejo ("manha") no exercício da atividade, etc.. O trabalhador é individualizado enquanto trabalhador qualificado, com experiência profissional, com capacidade decisória que, independentemente do nível de renda, vê no trabalho por conta-própria uma condição de trabalho que "corresponde" a suas "aspirações...por se libertar de um patrão, de um chefe ou de horários rígidos", pois manter-se enquanto trabalhador informal requer "liderança, criatividade, desembaraço e até agressividade em determinadas circunstâncias...aptidão para se manter no exercício deste trabalho" ⁶¹ - traços que são, por vezes, determinantes para que os indivíduos se ocupem e se mantenham no espaço econômico da informalidade. Além disso, a autora identifica nos traços organizacionais das atividades informais uma menor burocratização e rotinização de tarefas.

Nesse sentido, a pesquisa de Cacciamali adequa melhor as conclusões empíricas à visão dinâmica e assimétrica da realidade econômica, que está presente, mas que nem sempre é elaborada, na conceituação geral adotada pela literatura brasileira da área econômica.

O estudo dessa autora, de uma certa maneira, resgata a utilização da noção de "setor informal" daquele verdadeiro "casulo" em que se encontrava nos estudos dos anos 70 - sempre associado à discussão da pobreza e da marginalidade, das condições "terceiro-mundistas" e do "subdesenvolvimento". Elimina-se assim a redutibilidade das formas de organização informais da produção àquelas condições socioeconômicas específicas. Tal redutibilidade havia sido também minimizada já nos estudos que, desde uma visão não dualista, passaram a considerar a produção informal como parte do conjunto da produção ⁶², mas que mantiveram a idéia de

⁶¹ Cacciamali (1983), op. cit., p.39.

⁶² Por exemplo, o trabalho de Souza, (1980a), op.cit.; _____. (1980), op. cit..

subordinação do "setor informal" ao "setor formal", associada às condições de inferioridade (tecnológica, de renda, etc.) no conjunto da produção.

A autora relativiza o papel funcional da produção informal frente à formal, como *locus* econômico de ocupação circunstancial da mão-de-obra excedente, pois considera que, embora esse excedente "alimente" o "setor informal" em certos ramos de atividade, essa não é sua "dimensão vital", ou seja, a produção informal, para existir, não depende da existência daquele excedente (como pressupõem as análises econômicas anteriores). A sua origem estaria na própria criação de espaços econômicos, num movimento que é dinâmico e assimétrico, onde não há uma ação unilateral de criação de um contingente "reserva de mão-de-obra" para posterior informalização no mercado. Portanto, não há uma simetria entre expulsão ou não- absorção de mão-de-obra no formal e correspondente ocupação informal dessa parcela da população; os "indivíduos expulsos temporariamente ou definitivamente da produção" não necessariamente se informalizam ⁶³.

A autora mantém a concepção de que a produção capitalista ora "cria" espaços econômicos que são ocupados pelas formas de produção informal, ora os reocupa, deslocando continuamente a produção informal. Mas esse é um movimento dinâmico (de criação e recriação de espaços econômicos) que atinge os diferentes níveis e tipos de atividades. A subordinação da produção informal à formal não é linear, mas desigual na extensão e natureza da desigualdade, e favorável à produção capitalista, não só a nível conceitual, mas descritivo.

Tanto Cacciamali como Souza consideram o fato de que a mobilização da mão-de-obra ocorre em diversos graus e níveis, porém diferem na adequação dessa visão, na análise e caracterização empírica do mercado de trabalho informal. Para

* ⁶³ Cacciamali (1983), op.cit., veja-se capítulo 2. As citações estão à p.34. Isso é corroborado pelas conclusões de outros estudos sobre trabalhadores industriais desempregados. Veja-se por exemplo Hirata, Helena e Humphrey, John. (1989), "Trabalhadores Desempregados; trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil", in Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.11, v.4, out., pp.71-84.

Cacciamali deve-se levar em conta que, na reabsorção pelo "setor formal" da mão-de-obra potencialmente mobilizável, há informais com possibilidade de "resistência" a esta (re)absorção: "parte do excedente de mão-de-obra é criativo na adequação aos trabalhos possíveis, deixados em aberto pelas formas de organização da produção capitalista". E, a partir disto, refuta a idéia da origem funcional do "setor informal" na ocupação dessa parcela da população ⁶⁴. Mesmo porque entre as situações produtivas informais nas quais não se atinge elevado nível de renda, "as condições de trabalho por conta correspondem às aspirações de muitos trabalhadores de se libertarem de um patrão, de um chefe ou de horários rígidos ⁶⁵. Muitos se estabelecem por conta após terem sido assalariados e terem acumulado dinheiro ou bens, ou mesmo após terem se desligado desta relação e recebido os direitos trabalhistas", o que reforça o argumento de que a "alimentação", a origem do "setor informal" não está no conjunto "excedente" de mão-de-obra, mas no próprio "movimento" da produção formal. O trabalhador informal estaria numa condição de trabalho em que pode, se comparado ao trabalhador assalariado, tanto receber rendas relativamente altas e/ou exercer serviços qualificados e/ou atuar em mercados dirigidos a demandas de alto nível de renda ou salário e/ou ter condições de trabalho satisfatórias; como ainda pode estar recebendo uma renda que lhe garanta somente a sobrevivência física, exercendo ocupações menos qualificadas, mais instáveis e ocasionais, em condições mais precárias de trabalho.

⁶⁴ "...a vida da produção informal é antes determinada pelos espaços econômicos permissíveis pela dinâmica produtiva do capital do que pelo excedente de mão-de-obra. É evidente que este contribui e alimenta o Setor Informal em certos ramos e atividades, no entanto, não é esta a dimensão vital...o excedente de mão-de-obra não pode gerar espaço produtivo"; são "os movimentos da produção capitalista [que] determinam num só movimento e momento o Setor Formal e Informal", numa dinâmica que é "assimétrica a favor do Setor Formal e é criada por este". Cacciamali (1983), op.cit; esta citação e a subsequente estão na p.34.

⁶⁵ Característica do trabalho informal identificada também por Machado (1971), op. cit., e por outros estudos como veremos adiante.

Portanto, para Cacciamali, o "setor informal" tem um "duplo caráter": um deles é associado a condições mais favoráveis de trabalho e o outro, associado a condições de trabalho para mera sobrevivência.⁶⁶

Diferentemente do que se postulava até então, o "setor informal" não é distinguido necessariamente como um setor de fácil acesso, um espaço econômico aberto à mão-de-obra "sobrante", como resultado do modelo econômico capitalista, mas como uma forma de produção e prestação de serviço que requer um dado patamar de "propriedade e/ou comando de instrumentos de trabalho e qualificação e/ou experiência profissional"⁶⁷ - que, ao invés de facilitar, dificulta o acesso de trabalhadores que não possuem esses predicados. A autora caracteriza o "setor informal" enquanto um "leque de alternativas", sendo caracterizado tanto por condições favoráveis de trabalho, que são de acesso mais restrito, quanto por condições de trabalho de mera sobrevivência, essas de mais fácil acesso⁶⁸. O espaço econômico informal constitui-se num leque de possibilidades que acompanha de forma subordinada a diversidade do conjunto da produção, e tem seu limite no espaço ocupado pela produção propriamente capitalista.

A produção informal, enquanto leque de possibilidades, não pode ter sua origem restrita ao excedente de mão-de-obra - e, conseqüentemente, o trabalho informal não se distingue pelas qualificações e características dessa mão-de-obra. É um espaço econômico que é multiqualificável, tem uma variedade de situações de trabalho que mostra as diferentes possibilidades de formas de participação

⁶⁶ Entre os primeiros estão os "profissionais liberais, pequenos comerciantes, prestadores de serviço e técnicos, cuja remuneração, caso se transformassem em assalariados, seria, em geral, inferior à atual"; e entre os outros estão os trabalhadores que têm "baixa qualificação e não têm meio de vida e/ou por opção e/ou por não serem absorvidos de forma regular por algum empregador", ocupam-se no "setor informal" Cacciamali, (1983), op. cit., p.33.

⁶⁷ Cacciamali (1983), op.cit., p.33.

⁶⁸ O "espaço econômico-informal cria, dessa maneira, oportunidades de formas de participação na produção e tipos de atividades e trabalhos, em função de gradações tanto na propriedade de meios de produção como de qualificação da força de trabalho, para boa parte daqueles que não conseguem ser absorvidos pelas formas de organização da produção capitalista, ou que podem, desejam e conseguem escapar desta opção". Cacciamali (1983), op. cit.,p.35. Grifos nossos.

informal na produção. O que caracteriza empiricamente o trabalho informal não seria a baixa ou alta renda ou qualificação, mas uma variedade de situações.

Essa análise, entre as macroeconômicas já consideradas acima, é a que expressa melhor a 'noção de que as oportunidades de trabalho informal acompanham as gradações do conjunto do mercado de trabalho e é, assim, um espaço econômico que, devido a essas gradações, "cria" oportunidades, tanto aos que não conseguem empregos formais quanto aos que "desejam e conseguem escapar" das opções "tipicamente capitalistas" do mercado.

A origem do "setor informal", no estudo dessa autora, fica associada mais adequadamente à diversidade de possibilidades abertas pelo movimento da produção capitalista, ao invés de ficar centrada no papel funcional de ocupação da mão-de-obra excedente, presente em outras análises econômicas, como vimos.

Uma das diferenças entre o estudo dessa autora e as abordagens econômicas anteriores é quanto ao sentido que toma a subordinação do "setor informal" frente ao conjunto da produção. Como vimos, os estudos econômicos têm um mesmo conceito geral de "setor informal". A diferença com essa autora estaria em que, nos demais estudos, a subordinação da produção informal (núcleo não tipicamente capitalista) à formal (núcleo capitalista) seria tanto com relação aos movimentos de expansão do "setor formal" (sua existência depende destes movimentos), como com relação ao papel que a produção informal desempenha enquanto *locus* econômico de emprego (provisório e ocasional) da mão-de-obra excedente. Assim, a produção informal seria explicada como *locus* de ocupação da mão-de-obra não absorvida pela produção formal. A origem do informal residiria nesse papel de absorção da mão-de-obra excedente.

Diferentemente, no estudo de Cacciamali, mantém-se a idéia de subordinação, porém enfatiza-se que aquela origem estaria no próprio movimento dinâmico do "núcleo propriamente capitalista" da produção. É um movimento que

se processa de maneira diversa nos (e entre os) diferentes segmentos produtivos. Assim, a destruição e recriação dos espaços econômicos informais acompanha as diversidades e diferenças do núcleo propriamente capitalista da produção. "... À medida em que o mercado se amplia e a tecnologia imprime níveis de produtividade social que permitem a exploração dos mercados ocupados em bases capitalistas, a produção informal é deslocada mas não se extingue obrigatoriamente. O movimento relevante é que a produção capitalista pode vir a destruir certas atividades informais num determinado momento e local e, simultaneamente, criar e recriar outras". Nas modificações no mercado de trabalho que acompanham esse processo é relevante que "também as características pessoais e habilidades profissionais que o trabalhador informal possua, a capacidade de resistência ou não para abandonar o Setor Informal e suas possibilidades efetivas para não se assalariar são aspectos importantes nos movimentos dos produtores deste setor" ⁶⁹. Assim, na aplicabilidade de um mesmo conceito geral considera-se que o "setor informal" inclui um leque de possibilidades produtivas ⁷⁰, portanto não se restringe a ter o papel de absorver uma parcela específica da mão-de-obra, e a caracterização empírica envolve também situações de trabalho favoráveis ao trabalhador.

Essas análises econômicas brasileiras sobre o tema representam avanços ao nível da sua conceituação, pois superaram a visão dualista e, ao nível da

⁶⁹ Essa simultânea criação e recriação de espaços econômicos ocupados e desocupados pela produção informal é assim descrita: "... a produção capitalista como um todo pode ampliar " um dado mercado " ou, então, plantas adicionais podem ser introduzidas em outros ramos e mercados. Os trabalhadores informais nessa situação se assalariam, deslocam-se para outra atividade informal, ficam desempregados ou são obrigados a abandonar temporariamente ou definitivamente a produção. Isso dependerá, principalmente, do vigor, do ritmo e do padrão de crescimento econômico e, portanto, das opções de postos de trabalho oferecidas pelo conjunto dos ramos e atividades econômicas, pelas formas de organização da produção capitalista e pelo espaço econômico permissível às atividades informais". Cacciamali, (1983) op.cit., p.30.

⁷⁰ Como já foi visto, no estudo de Cacciamali, o "setor informal" inclui tanto formas de inserção no mercado de trabalho que visam à mera sobrevivência quanto às que produzem bens e serviços de melhor qualidade e/ou dirigidas a faixas de mercado consumidor de melhor renda. Como decorrência desse deslocamento empírico do conceito geral, a origem do "setor informal" estaria no próprio movimento da produção capitalista, estaria na criação dos espaços intersticiais.

abordagem empírica, ampliaram a compreensão do trabalho informal. Porém, alguns desses trabalhos mantêm uma visão do trabalho informal como excessivamente dependente da expansão da produção formal, mantendo, portanto, a dificuldade para enquadrar adequadamente ao conceito geral não dualista os aspectos do trabalho informal caracterizados empiricamente, tais como : diversidade e níveis elevados de renda e de qualificação dos trabalhadores, e o fato de ser uma opção desejada de trabalho que responde às aspirações de ocupação dos trabalhadores (não ter patrão, ter horários mais flexíveis). Esses últimos aspectos são apenas destacados nos estudos econômicos que têm um forte respaldo em pesquisas de campo que utilizam como fonte de informação principal entrevistas com trabalhadores ⁷¹. Por outro lado, nos estudos que têm como fontes de informação os indicadores usuais de caráter macroeconômico ⁷², tais aspectos não são mencionados, ou praticamente inexistem.

Outros estudos recentes, ainda na área econômica ⁷³, retomam a visão conceitual de Souza. Assim, no processo de "acumulação de capital", o movimento do "segmento organizado da produção" ("núcleo capitalista" ou "setor formal", nos estudos econômicos vistos) atinge o conjunto da estrutura econômica, determinando o tipo e a forma das modificações que se processam. As formas de

⁷¹ É o caso dos estudos de Machado (1971), op.cit.; Cacciamali (1983), op.cit.; Sorj, Bila. (1988), "Camêlos. O Sonho Perseguido", in *Revista Ciência Hoje*, v.8, n.7, out., SBPC, Rio de Janeiro, pp.20-24; Despres, Leo. (1988), "Macrotheories, Microcontexts, and the Informal Sector: Case Studies of Self-Employment in three Brazilian Cities", *Working Paper* 110, sept., Kellogg Institute/University of Notre Dame, Notre Dame, Estados Unidos; que fizeram entrevistas com trabalhadores no domicílio ou na unidade produtiva, e basearam suas análises nessa fonte de informação. Mais a frente trataremos destes dois últimos autores.

⁷² É o caso dos estudos de Deddeca, Claudio Salvadori. (1990) (Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: Uma Abordagem da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, mimeo); Souza (1980a), op. cit., que utilizaram, o primeiro, dados da PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/IBGE e da PED, que é uma pesquisa sobre emprego e desemprego do SEADE/DIEESE/UNICAMP, o segundo utiliza dados de estudos do PREALC- Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe da OIT; e basearam suas análises nestas fontes de informação (Cf. a documentação citada pelos autores).

⁷³ Deddeca. (1990), op. cit..

produção "não-organizadas" ("núcleo não tipicamente capitalista" da produção ou "setor informal") modificam-se de maneira subordinada ao "segmento organizado",⁷⁴ na medida em que só ocupam o espaço que é "criado e recriado" pelo movimento de "acumulação do núcleo capitalista", e de maneira dinâmica, na medida em que aquela "acumulação de capital" "impõe uma permanente transformação das atividades 'não-organizadas' "⁷⁵.

Nesses estudos econômicos recentes mantém-se uma visão que associa a origem do "setor informal" ao fato de que seria nesse setor que estaria ocupada a parcela da mão-de-obra mais inexperiente e com menor qualificação, a qual não teria acesso aos postos de trabalho nos setores produtivos "modernos"⁷⁶ ("núcleo capitalista"). O modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil teria diferenciado a produção de tal modo, que haveria uma ocupação diferenciada e seletiva de mão-de-obra, com exclusão de imenso contingente populacional do mercado de trabalho⁷⁷.

⁷⁴ O uso da terminologia "segmento" no estudo de Dedecca. (1990), op.cit., parece que está relacionado à consideração de que as diferenciações do mercado de trabalho acompanham a segmentação da produção: o termo "segmento" expressaria melhor a noção que o autor adota de que há um *continuum* de formas de ocupação no mercado, o qual teria num extremo o empresário (trabalho "organizado" ou formal) e no outro o trabalho autônomo para o público (trabalho "não-organizado" ou informal). O autor adota a diferenciação da categoria ocupacional autônomo entre o que trabalha para o público, o que trabalha para empresa e o que trabalha por produção - que é utilizada pela PED. A primeira representaria melhor a condição de trabalho "não-organizado" (ou informal em outros estudos).

⁷⁵ Dedecca (1990), op.cit.. Veja-se p.17-18 e p.162.

⁷⁶ Processo de modernização é entendido nesses estudos como a "preponderância do assalariamento com perda de importância do trabalho autônomo". Dedecca, op.cit., p.153. A mão-de-obra teria um padrão moderno de inserção no mercado na medida em que tivesse acesso ao trabalho assalariado.

⁷⁷ Veja-se p.21-22, Dedecca (1990) op.cit.. Na estrutura produtiva haveria diferentes níveis de produtividade (mais ou menos modernos, sejam empresas grandes ou pequenas) e do perfil da mão-de-obra a ser absorvida (com níveis de qualificação e experiência ocupacional diferenciados). Os segmentos produtivos mais modernos ocupam relativamente mais mão-de-obra qualificada, e os outros segmentos mais atrasados empregam o trabalho não qualificado - o que é associado às diferenciações de níveis salariais. Seria um modelo de desenvolvimento que, no caso brasileiro, ocorreu de maneira "perversa", resultando na existência de um excedente de mão-de-obra heterogêneo, com níveis de qualificação e formação que afetam suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal. Em consequência, haveria a exclusão do mercado "de parcelas expressivas da população em idade ativa [o que] significou a manutenção de um estoque desproporcional de população disponível para a acumulação de capital...", pois só uma pequena parcela desta população "é necessária para os movimentos conjunturais de ajuste do nível de atividade": as ocupações informais cumpriram o papel, nesse modelo econômico, de abrigo da mão-de-obra excluída. Dedecca, (1990), op. cit., cap.1, item 4, citação à p.23 e p.21. Parece claro que este estudo

A continuidade de um "segmento não organizado" do mercado de trabalho estaria subordinada e dependente do processo de "modernização", ou seja, dependente de quão preponderante é o emprego assalariado e da expansão da produção capitalista. Reafirma-se, assim, a associação entre baixa qualificação, menores níveis salariais e trabalho "não-organizado" (ou informal) ⁷⁸.

Nesses estudos, a existência e origem do "setor formal" relaciona-se à manutenção de um modelo de estrutura produtiva com um padrão de "modernização" precária. O "setor informal" teria um papel de absorção de uma dada mão-de-obra e seria dependente da própria tendência de expansão do capital sobre as formas não propriamente capitalistas da produção.

Ao nível das conclusões empíricas, esses estudos sugerem que, ao contrário do usualmente suposto, nos momentos de crise econômica conjuntural, o "segmento não organizado" não absorve necessariamente a mão-de-obra que sai ou não é absorvida pelo "segmento organizado". O papel do "segmento não organizado" nos mercados de trabalho urbanos varia conforme o nível de desenvolvimento econômico capitalista alcançado numa ou noutra região brasileira, havendo diferenças desse papel para as regiões nordeste e sudeste. Nas regiões com maior nível de desenvolvimento, aquele "segmento" se expande nas fases de crescimento econômico e se retrai nos momentos de crise econômica, ao passo que nas regiões com menor nível de desenvolvimento, o "segmento não-organizado" cresce nos períodos de crise conjuntural ⁷⁹.

retoma, em vários pontos, não só a visão conceitual, mas a análise e a temática do estudo de Souza (1980a) e (1980), op. cit., que é um estudo de referência central nesse trabalho. E, nesse sentido, o estudo de Cacciamali, embora de data anterior, oferece uma contribuição inovadora, em certos aspectos, frente aos estudos da área econômica que abordam a temática do "setor informal", conforme será visto a seguir.

⁷⁸ "A forte expressão de trabalho desqualificado" nos "setores informais" ("com processos produtivos atrasados") "abre a possibilidade" de não haver "melhores níveis de remuneração nas grandes empresas" relativamente ao que elas poderiam pagar. Dedecca, op.cit., p. 26.

⁷⁹ "...Não se deve restringir a análise do funcionamento do mercado de trabalho aos trânsitos existentes entre formas de atividades" organizadas e não-organizadas "cabendo incorporar também aqueles [movimentos] entre inatividade e atividade e vice-versa, na medida em que os movimentos do capital não se restringem à parcela mobilizada". A população disponível incluiria a população inativa e não só o

Os trabalhadores informais aparecem nesses estudos enquanto parte de uma estrutura ocupacional capitalista ("organizada"); não são destacados traços individuais que poderiam eventualmente ser caracterizados como relacionados ao exercício do trabalho informal. Constituem-se num "segmento" e não numa parcela ou setor diferenciado dentro dessa estrutura ocupacional. Empiricamente, considera-se como parte do "segmento não-organizado" do mercado de trabalho os trabalhadores autônomos, os assalariados sem carteira assinada que trabalham em empresas com menos de seis empregados e os empregadores com menos de seis empregados ⁸⁰. O trabalho assalariado e o trabalho autônomo corresponderiam aos dois pólos extremos de um *continuum* formado pelas modalidades de ocupação no mercado ⁸¹. Ao nível da produção, estes pontos extremos corresponderiam à

"contingente de empregados e desempregados". Dedecca, (1990), op.cit., na sequência da citação: p.80, p.31-32.

⁸⁰ Dedecca (1990), op. cit., p.168. O autor utiliza como fonte de informação dados da PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE e da PED-Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo da SEADE/DIEESE/UNICAMP. Parece-nos que há um certo desajuste entre a visão conceitual, a sua aplicabilidade e os critérios de delimitação empírica. O autor faz a ressalva de que a pesquisa PED não foi voltada à diferenciação das categorias ocupacionais distinguidas conforme fossem do "segmento organizado" ou do "não-organizado" do mercado de trabalho. Para o autor, essa não adequação entre classificação ocupacional em campo e a distinção de dois "segmentos" no mercado não se constituiria num problema - já que as diferenciações no mercado de trabalho são parte de um *continuum* que reflete o "grau de heterogeneidade da estrutura produtiva" (p.167) e as categorias ocupacionais "podem ou não representar estoques de trabalhadores relativamente mais inseridos em cada um dos mercados" (organizado ou não-organizado) (p.166). Ou seja, como não há um limite rígido, uma dualização do mercado, não teríamos necessariamente que eleger em campo categorias ocupacionais rigidamente distribuídas entre aqueles "segmentos". De outra parte, o autor trabalha com a noção de que há a preponderância, por exemplo, da categoria ocupacional de autônomo no "segmento não organizado" (o empresário seria a categoria típica do "organizado") (p.169). Mas, para viabilizar sua análise, que pressupõe que há duas dimensões do mercado (uma organizada e outra não organizada) que têm um comportamento distinto de uma região brasileira para outra, conforme o período econômico seja de expansão ou retração, faz uma demarcação empírica distinguindo categorias ocupacionais - que foram elaboradas pela PED pressupondo que não há aquelas duas dimensões do mercado.

⁸¹ Essa idéia de um *continuum* no mercado de trabalho está presente também em Machado (1971), op.cit. e parece que Dedecca (1990), op. cit., parte daquela noção. Porém os objetivos e o desenvolvimento analítico desses trabalhos são bastante diferentes. Parece que em Dedecca há uma certa incoerência na utilização de uma noção de mercado como um *continuum* com o recorte empírico que faz. Justifica a manutenção da noção de continuidade porque aceita a noção de um mercado informal "tem-se...que obter uma concentração das pessoas que cumprem as restrições eleitas por definição" como sendo "do setor informal"(p.164) - ou melhor, restrições eleitas como definidoras do "setor informal". O que, segundo o autor, conferiria um "perfil precário" aos informais, porque estariam enquadrados em características definidas *a priori*. Seria esse um procedimento limitado, porque a estrutura produtiva teria características que se modificam conforme vai se processando a expansão do capital e não características permanentes -

empresa, que estaria no "segmento organizado" do mercado de trabalho, e à prestação de serviço "autônomo para o público" ⁸², que estaria no "segmento não organizado" ⁸³.

Os estudos da literatura brasileira, vistos até aqui, tratam do tema "setor informal" a partir de visão conceitual macroeconômica que superou a visão conceitual dualista dos anos setenta. A informalidade no mercado é analisada enquanto unidade de produção, inserida na dinâmica e na lógica do conjunto da produção e que tem seu espaço de atuação subordinado e determinado pelo "movimento" e conveniência do "núcleo propriamente capitalista" da produção. As inserções em formas de trabalho informais cumprem um papel no ajuste entre o mercado de trabalho e as conveniências do capital.

Existem dois tipos entre os estudos econômicos que abordam a temática do "setor informal". Um deles, de análises macroeconômicas que enfatizam na conceituação tanto a origem subordinada do "setor informal" (ou setor não tipicamente capitalista, ou segmento não-organizado) - ou seja, a sua subordinação

que, aí sim, configurariam "setores" produtivos. Daí a noção de *continuum*. Porém, para viabilizar sua análise de comportamentos diferentes do "segmento não-organizado" (conforme seja o nível de "modernização" da região) faz a demarcação empírica distinguindo as categorias ocupacionais entre organizadas e não-organizadas - o que se justifica "pela preponderância" de determinadas categorias ocupacionais num ou noutro dos "dois grandes mercados de trabalho"(p.169). Ou seja, ao nível empírico há uma constância de dadas características ocupacionais em segmentos que não podem ser vistos como iguais (no mínimo porque um é composto por produções capitalistas e o outro não). Tudo se passa como se víssemos empiricamente como informais situações de trabalho que são meramente circunstanciais, as quais tendem a modificar-se e a desaparecer com a expansão do capital. Usando uma alegoria, é como se tivéssemos a ilusão de ver uma realidade que não existe hoje porque não vai existir amanhã. Parece que, nessa visão, o uso da noção "segmento não-organizado" seria um recurso figurativo para explicar a lógica de expansão da produção capitalista no país, expansão que teria resultado na expulsão de parcelas da população dos empregos mais "nobres" do mercado; o uso dessa noção seria como que um recurso para explicar a desocupação e a exclusão dessa população pelo capitalismo, ficando assim a existência, a continuidade e as características da produção "não-organizada" redutíveis ao movimento de expansão do capital. E deixando em aberto a questão do que é e qual o sentido do trabalho informal, que há duas décadas tem ocupado a literatura brasileira.

⁸² Dedecca,(1990) op. cit., utiliza a classificação de ocupações da Pesquisa PED (citada em nota anterior).

⁸³ Cabe destacar que nesse estudo (Dedecca,op.cit.) parte-se da proposição de que entre os trabalhadores informais estariam aqueles que já têm um histórico ocupacional como assalariados, e que utilizam o trabalho autônomo como forma de suplementar seus níveis de renda.

às possibilidades, aos "espaços econômicos" deixados livres pelo "setor formal" (núcleo capitalista/segmento organizado) -, quanto o papel das formas de produção informais nos ajustes entre necessidades da estrutura produtiva e absorção de mão-de-obra. Estes ajustes operam-se num modelo econômico em que prevalece a conveniência e necessidade da produção capitalista, em detrimento das possibilidades dos trabalhadores terem - ou virem a ter - um padrão "moderno" de inserção no mercado de trabalho (leia-se, possibilidade de assalariamento). Esses estudos analisam o "setor informal" enquanto unidade de produção. Empiricamente destacam as características econômicas das unidades produtivas informais - que permitem uma análise das relações macroeconômicas entre essas unidades produtivas e o conjunto da produção.

Nesse tipo de análise macroeconômica, o "setor informal" se origina e se expande acompanhando, de maneira dependente e subordinada, o movimento dinâmico de expansão da produção capitalista. Mas essa subordinação é simétrica, no sentido de que o "setor informal" atende a uma conveniência específica da produção capitalista, ao ocupar os estratos econômicos que requerem um padrão tecnológico menos moderno. A produção informal acompanha a formal, ocupando o extremo inferior do *continuum* do mercado - o setor menos "moderno" (porque "não tipicamente capitalista") abrigando uma mão-de-obra cuja qualificação acompanha os requisitos dessa produção "inferior".

Assim, os baixos estratos de renda e de qualificação são características associadas à produção informal. E, como decorrência, ser pobre e sem qualificação profissional adequada são traços do trabalhador - que ganham *status* de atributo dos que trabalham informalmente.

Nesse bloco analítico, o trabalhador é visto basicamente enquanto força de trabalho, como parte integrada à unidade produtiva não-capitalista (não-organizada) e ao mercado. As características, os traços distintivos da condição do

trabalhador informal confundem-se com aqueles que são específicos da unidade produtiva. A análise, enquanto visão conceitual e descrição empírica, sendo feita do ponto de vista da unidade produtiva, toma o trabalhador como recurso produtivo e parte intrínseca daquela unidade.

Os estudos do segundo tipo, dentro da visão macroeconômica, analisam o "setor informal" também como unidade produtiva e enfatizam na conceituação do informal a sua origem subordinada aos movimentos e expansão do núcleo capitalista da produção (aqui, "setor formal"). Porém, empiricamente, destacam características do "setor informal" que o qualificam, enquanto espaço econômico, como um "leque" de possibilidades (salariais, de qualificação), desvinculando assim da noção de informalidade a idéia de que são espaços econômicos de fácil acesso. Esse desdobramento na análise e caracterização empírica do "setor informal" permite compreender melhor a diversidade de situações ocupacionais em seu interior, pois desvincula a caracterização do trabalho informal da visão unívoca, na qual ele corresponde a situações de baixa renda e menor qualificação. Adotam, portanto, uma visão conceitual em que aquela subordinação é assimétrica com relação às diversidades presentes no conjunto da produção.

Embora esse segundo tipo de estudos acompanhe o anterior, quanto ao conceito mais geral de "setor informal", parece-nos que aplica essa análise de maneira mais coerente ao nível da caracterização empírica do "setor informal", ao considerar que o informal abriga tanto unidades produtivas não facilmente acessíveis a qualquer extrato da mão-de-obra, quanto as de fácil acesso. Portanto, a diversidade de situações produtivas do conjunto da economia está refletida no interior do "setor informal", superando mais adequadamente a visão dualista antes predominante nas análises do tema.

Uma outra diferença desse segundo tipo de abordagem econômica, com relação ao anterior, é quanto à caracterização do trabalhador informal. O

trabalhador, nestes estudos, tem uma dimensão enquanto indivíduo e não só enquanto recurso produtivo. Estes estudos destacam as características individualizantes, pertinentes à relação entre o trabalhador e a modalidade de organização informal da produção.

Ao considerarem empiricamente a produção informal como um leque de possibilidades produtivas, concluem, como vimos, que há unidades produtivas informais cujo acesso é restrito a trabalhadores com características individualizantes (tais como: capacidade de controle e comando da produção, habilidade pessoal, conhecimento prévio, um certo traquejo na condução do trabalho, a valorização da maior autonomia de horário, decisões de trabalho, etc.)

⁸⁴ - a partir do que é possível estabelecer que não há uma associação simétrica entre produção informal e extratos produtivos com menores níveis salariais e de qualificação (essa é apenas uma entre outras possibilidades dentro da produção informal). Essa caracterização permite explicar melhor as diferenças de renda e qualificação do trabalho no "leque" produtivo que compõe o "setor informal". Há uma diversidade produtiva no informal, embora acompanhando de maneira subordinada a expansão e as modificações na produção formal.

Assim, o trabalhador aparece nestes estudos com traços distintivos relacionados ao exercício do trabalho informal, tais como: "desembaraço", criatividade, uma atuação mais desburocratizada, uma certa "manha" na condução dos negócios. São indivíduos com aspirações de autonomia com relação ao trabalho, capacidade decisória, uma dada experiência ocupacional, etc. e com outras características que se compõem com as que delimitam empiricamente as unidades produtivas informais (ser um trabalhador que participa em todas as fases

⁸⁴ E com maior nível de renda se comparado aos trabalhadores assalariados em ocupações similares. Identificaram empiricamente também trabalhadores com menor qualificação e que auferem baixos níveis de renda. A partir do que concluíam que a produção informal é aberta a um leque de possibilidades de inserção econômica no mercado, conforme vimos anteriormente.

da produção, que não depende do trabalho de outrem para produzir, etc). Os trabalhadores têm uma dimensão enquanto indivíduos em relação com o seu trabalho, e não só enquanto recurso produtivo.

Essa caracterização da produção informal, que inclui também os traços individualizantes do trabalhador, tem reflexo na análise do tema na literatura brasileira, em pelo menos três aspectos. Um deles é que abre a possibilidade da incorporação da visão microsocial na análise - que, até então, era marcadamente macroeconômica. Um segundo aspecto, relacionado ao anterior, é que essa abertura na análise econômica permite estabelecer um ponto de conexão com estudos do final dos anos oitenta que retomam, na literatura brasileira, uma abordagem socioantropológica do tema da informalidade no mercado de trabalho, até então analisado principalmente dentro de uma perspectiva econômica.

Outro aspecto é que, ao considerar-se a possibilidade de níveis de renda relativamente mais altos no informal e a existência de padrões de qualificação de trabalho também elevados (ou seja, ao incorporar-se características empíricas do "setor informal" que o desvinculam das condições de baixa renda, abrindo o leque de possibilidades produtivas no informal), tem-se uma análise mais assimétrica da relação entre a produção informal e os movimentos gerais da produção. Nas outras análises macroeconômicas, essa relação estava prisioneira do caráter subordinado da produção informal à produção capitalista - ainda que vista essa subordinação no movimento dinâmico da produção - e não conseguia desvincular adequadamente a baixa renda e o trabalho desqualificado da caracterização do "setor informal". Havia uma ênfase na funcionalidade da subordinação (através do papel do "setor informal" em abrigar o excedente da mão-de-obra) que passa a ter uma feição de assimetria na subordinação, no segundo tipo de estudos.

Abordagens socioantropológicas

Uma outra abordagem sobre o "setor informal" no mercado de trabalho brasileiro é a que retoma a análise a partir de uma visão especificamente social do tema. Nesses estudos - desenvolvidos no final dos anos oitenta - a delimitação empírica do trabalho informal é feita considerando-se a singularidade de uma dada condição ocupacional urbana, qualificada como informal ⁸⁵, ou segundo uma modalidade específica de trabalho urbano, por exemplo, a dos camelôs ⁸⁶. A unidade produtiva informal é um referente para analisar uma situação de trabalho peculiar e não o objeto do estudo. As características da produção informal são as pertinentes à relação do trabalhador com o modo de organização informal do trabalho. Se nos estudos da literatura brasileira, vistos anteriormente, prevalecia uma visão macroeconômica, nestes a ênfase recai numa abordagem microsocial.

Os estudos que abordam uma modalidade específica de trabalhadores urbanos contrariam a afirmação de que o "setor informal" é uma área de trabalho dos que não conseguem emprego no mercado formal de trabalho. Considera-se que as formas de organização informal da produção (por exemplo, o comércio ambulante) vêm a ser uma opção de trabalho para a maior parte dos indivíduos nele ocupados ⁸⁷.

Entre esses estudos, propõe-se que a informalidade no mercado de trabalho seja analisada como tendo origem em alguma relação de lealdade interpessoal - sejam essas relações familiares ou religiosas ou de moradia - que assegurariam o

⁸⁵Veja-se o estudo de Despres. (1988), op. cit.. Despres faz um estudo comparativo sobre trabalhadores de três cidades brasileiras - Manaus (AM), Juiz de Fora (MG) e Joinville (SC). Seu levantamento de dados inclui algumas empresas, trabalhadores e famílias de trabalhadores, mas no texto em questão ele se atém aos trabalhadores por conta própria.

⁸⁶Veja-se o estudo de Sorj. (1988), op. cit..

⁸⁷Sorj. (1988), op.cit..

funcionamento ilegal da unidade produtiva. A origem e a expansão da produção informal poderiam ter por base os elos pessoais decorrentes dessa relação de lealdade ⁸⁸. Essas são propostas interessantes de abordagem do tema, mas que não chegaram a ser desenvolvidas ao nível da análise empírica. E, nesse sentido, ganham mais o caráter de um redirecionamento para uma possível análise do tema - o que, por sua vez, remete a questões adicionais, tais como: as relações de lealdade interpessoal seriam geradoras da informalidade? Como aplicar essa visão conceitual às inúmeras situações de trabalho informal que, em conjunto, são caracterizadas pela heterogeneidade, inclusive no que toca às relações interpessoais ⁸⁹? E como estabelecer aplicabilidade e generalização das conclusões aos possíveis casos que se enquadrem na proposta analítica, para o conjunto dos trabalhadores informais? ⁹⁰

Outras análises, feitas a partir de estudos de caso de situações ocupacionais específicas ⁹¹, distinguem os trabalhadores informais como trabalhadores com nível salarial melhor, frente à condição anterior de assalariamento; que valorizam no trabalho informal a flexibilidade de horário, o acesso diário a parcelas da renda auferida, a ausência de chefia, a perspectiva que têm de ascensão social pelas possibilidades de mobilidade ascendente dentro da ocupação que exercem informalmente; que valorizam a oportunidade de progresso no negócio comercial que mantêm informalmente - o que é valorizado pelos trabalhadores frente à ausência dessa possibilidade na condição de assalariado. Alguns desses fatores

⁸⁸ Sorj, Bila. (s/d), "A Regulação Social do Setor Informal: Os Vendedores Ambulantes no Rio de Janeiro", UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, mimeo.

⁸⁹ Há um reconhecimento generalizado dos que estudam o tema de que a heterogeneidade é um traço empírico marcante do "setor informal". Veja-se entre outros, Klein, Emilio. (1990), "Emprego e Heterogeneidade do Setor Informal", in Classes e Movimentos Sociais na América Latina, (org.) Sônia Larangeira, Editora Hucitec, São Paulo, pp.176-193.

⁹⁰ Questões que levantamos à guisa de comentário, mas que fogem aos propósitos desta dissertação desenvolver, porque não vamos tratar do tema da informalidade no plano das relações interpessoais.

⁹¹ Sorj. (1988), op. cit., faz um estudo dos camelôs que trabalham em áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro.

foram a causa da saída voluntária do último emprego dos trabalhadores estudados; outro fator, foi o motivo de terem preferido permanecer no trabalho informal. São dados que, para esses estudos, fazem do trabalho informal uma opção de trabalho e não uma alternativa forçada frente à expulsão do mercado formal. Entre as conclusões empíricas dessas análises, uma é que as ocupações informais não são instáveis e/ou temporárias; outra, é que os que são nela ocupados geralmente auferem um nível de remuneração maior do que o que recebiam como assalariados. Assim, discordam de pressupostos contrários existentes na literatura.

O trabalhador informal é caracterizado enquanto indivíduo que exerce seu trabalho sob a condição de informalidade e não segundo as características da unidade produtiva. Essas análises identificam traços característicos dos trabalhadores informais, tais como uma certa habilidade e/ou capacidade para lidar com questões de comércio, para relacionar-se com o público e com outros profissionais da área. São traços individualizantes, requeridos para a própria manutenção do empreendimento de trabalho informal.

Sendo esses estudos circunscritos a uma condição ocupacional de conta própria bastante específica (por exemplo, os camelôs de uma área urbana central), a caracterização desses trabalhadores poderia ser considerada como específica ao caso estudado. Porém, outros estudos comparativos entre trabalhadores urbanos por conta-própria e de centros urbanos de diferentes regiões e, portanto, com base empírica mais ampla, concluem com uma caracterização dos trabalhadores informais bastante semelhante ⁹².

São estudos que também partem de uma visão especificamente social do tema. Neles, os trabalhadores informais teriam como traços distintivos a valorização das ocupações que exercem informalmente. Essa valorização se relaciona a, por exemplo: ser um trabalho exercido sob uma ordem de prioridades

⁹² Despres. (1988), op.cit..

estabelecidas por eles mesmos e não por um patrão; o trabalho por conta-própria ser mais "desafiante" e interessante; ser um trabalho que lhes traz maior independência decisória e melhores possibilidades de renda ⁹³. Nesses estudos, sugere-se que os trabalhadores decidem permanecer no trabalho informal por valorizarem esses aspectos. Fica implícito que há uma escolha por parte dos trabalhadores pela forma de organização produtiva informal, quando vista comparativamente a outras possibilidades de trabalho no mercado. Assim, o trabalho informal é visto como uma forma de organização do trabalho que responde às expectativas dos trabalhadores.

Nesses estudos, de base empírica mais ampla, prevalece uma análise com foco microssocial e questionam-se as possibilidades das macroteorias econômicas apreenderem os valores sociais envolvidos no exercício e permanência dos trabalhadores em ocupações por conta própria, "valores que não são inteiramente estruturados...por forças macroinstitucionais" ⁹⁴; embora esses estudos também reconheçam a importância das macroteorias econômicas para o entendimento da dinâmica geral da economia que, indubitavelmente, afeta o trabalho urbano. Esse questionamento é feito a partir de uma revisão crítica das abordagens sobre o "setor informal" preponderantes na literatura, especialmente as dos anos setenta e início dos oitenta. A questão da participação dos indivíduos nas decisões sobre seus trabalhos é vista como um problema teórico que não está adequadamente respondido pelas visões conceituais macroteóricas dos anos setenta e oitenta (dualismo tradicional/moderno; informalidade como parte das relações de dependência ou do subdesenvolvimento; dualismo da dependência estrutural entre setor formal e setor informal) ⁹⁵.

⁹³ Despres. (1988), op.cit., p.18-22.

⁹⁴ Despres. (1988), op. cit., p. 22. "...values which are not entirely structured by ...macroinstitutional forces."

⁹⁵ Despres. (1988), op. cit., p.1-3.

Enquanto a macroteoria econômica preocupa-se em saber por que existe a produção informal - e, em decorrência, o trabalho informal, na produção capitalista - os estudos microssociais, do final dos anos oitenta, concentram-se em localizar por que os indivíduos se inserem informalmente na produção e por que têm expectativas de permanecer nele. Isso significa que os estudos dessa última abordagem questionam os pressupostos de que os trabalhadores estão inseridos na produção informal porque seriam parte de, ou responderiam a um dado papel funcional, nas modificações e nos "movimentos" que sofre o processo produtivo; supõem ainda que há outros valores sociais presentes na inserção informal no mercado. Vêem o "setor informal" do ponto de vista do indivíduo, em sua relação com uma forma de organização informal de trabalho - uma forma de inserção que foge ao padrão usual no mercado capitalista.

Em alguns estudos de abordagem microssocial não há uma preocupação com a definição prévia de informalidade no trabalho ⁹⁶. O que se observa é que o referencial para delimitação empírica do que seja o trabalho informal varia entre a condição não regular frente às normas jurídico-fiscais que regem as atividades econômicas e as características da produção que realizam, quais sejam, as da condição de trabalho por conta-própria.

Por outro lado, a discussão entre informalidade no mercado de trabalho e atuação do Estado como cerceador da livre atuação dos indivíduos no mercado tem também estado presente na literatura latino-americana ⁹⁷, e observa-se alguma

⁹⁶ Sorj. (1988), op.cit., nesta publicação, dá por suposto que a ocupação dos vendedores ambulantes é um segmento do "setor informal", sem contudo referir-se ou realizar uma discussão quanto às caracterizações que envolvem a terminologia. Já Despres (1988), op. cit., parte de uma visão crítica das diferentes linhas de análise do tema, concluindo que não cabe a adoção do termo "setor informal" como um conceito. Trata do auto-emprego como uma forma de ocupação dos que preferem vender um produto ou serviço a outrem a vender a si mesmos como força de trabalho.

⁹⁷ Um dos estudos de maior impacto na literatura latino-americana, e também na internacional, nessa linha de abordagem, é o de Hernando de Soto, em colaboração com Enrique Gherzi, Mario Ghibellini e Instituto Libertad y Democracia. (1987), *El Otro Sendero*, 2a. impressão da 1a. edição mexicana (1a. edição peruana: ILD, 1986), Editorial Diana, México, DF. Parece-nos que o livro deva ser visto sobretudo como uma análise interessante sobre uma realidade específica, a peruana, porém com conclusões, no

influência dessa discussão ⁹⁸ nos estudos que têm uma abordagem microsocial, desenvolvidos no final dos anos oitenta, sobre trabalho informal no Brasil.

mínimo, discutíveis enquanto propostas de atuação pública. A polêmica maior em torno do livro parece girar ao redor da sua contundente crítica à intervenção estatal nas atividades socioeconômicas. Aborda a temática do trabalho informal de um ponto de vista que foge às linhas de discussão do tema desenvolvidas até então. Trata das atividades produtivas informais do ponto de vista de que são uma inserção alternativa dos indivíduos no mercado (ou uma "revolução silenciosa"), frente aos entraves burocráticos à formalização das atividades econômicas. As normas e procedimentos exigidos pelas instituições públicas estatais funcionariam como uma barreira quase intransponível ao acesso da população mais pobre ao trabalho e aos recursos necessários à vida urbana, barreiras que na América Latina não seriam produto das burocracias estatais, mas são mantidas pela elite desses países - com ocupações definidas em vários setores econômicos e instituições públicas - onde se beneficiam com as regulamentações e normas estatais na proteção de seus espaços de atuação (acesso a empregos, oportunidades, a canais de corrupção, proteção a mercados de bens, etc.). A noção de informal tem, nesse estudo, uma dimensão mais ampla, que não é exatamente econômica, mas que considera informal o espaço de vida social urbana em geral: do trabalho, da moradia, etc.; incluiria a totalidade das atividades que geram remuneração e que poupam gastos (ao não cumprirem com as exigências jurídicas e institucionais para serem realizadas). São as atividades e as formas de atuação social as que seriam informais e não apenas a produção. A noção de informalidade não estaria designando casos ou situações específicas, mas caracterizando uma situação sacionormativa. A ação de informalidade seria então uma modalidade de resistência silenciosa e efetiva da população, porque logra o acesso ao trabalho que de outro modo lhe estaria negado, fazendo-o de forma criativa e espontânea. Nesse estudo, caracteriza-se o trabalhador informal como produtivo, que exerce com afinco seu trabalho. Além do que, exerce um papel socialmente útil - na medida em que, enquanto individualmente alcança seus objetivos, socialmente contribui para a economia nacional, tanto pelo incremento da atividade econômica como por outros benefícios urbanos com sua ação em outras áreas que não a da produção. Além disso, tem um papel socialmente útil também porque auto-fornece recursos humanos ao país ao desenvolver sua astúcia, habilidade empresarial; educa-se a si mesmo e a seus familiares para uma sociedade mais desenvolvida sob uma economia de mercado (sem o apoio da estrutura educacional formativa oficial). A ação estatal é considerada prejudicial, porque mantém as limitações da produção informal em termos de produtividade, de baixa capacidade de alocação de recursos e de renovação tecnológica nessas atividades, limitações que superariam se tivessem acesso aos recursos reservados às atividades produtivas formais. A partir disso, o estudo considera que o desenvolvimento e a riqueza de um país só seria possível sem as barreiras à livre iniciativa. Os indivíduos deixados livres para atuar de maneira ótima, frente às possibilidades abertas pelo mercado - que é o que a ação informal representaria - conseguiriam resultados econômicos individualmente e para o país - que não seriam possíveis se mantido um dado padrão de interferência estatal na economia. A respeito do trabalho de Soto, veja-se Bromley. (1992), op.cit.. Cabe esclarecer que a menção a este autor é aqui feita principalmente pelo inegável impacto que seu estudo teve na literatura sobre o trabalho informal - não só na latino-americana, como na internacional. De outra parte, o tema trabalho informal com respeito à ação estatal ultrapassa os limites desta dissertação, além de que nosso recorte temático centra-se na literatura brasileira.

⁹⁸ Alguns desses estudos de abordagem microsocial argumentam que embora os trabalhadores informais tenham expectativas de modificar seu trabalho expandindo-o, encontram na ilegalidade um obstáculo a isso. A atuação do Estado seria no sentido de manipular essa ilegalidade. Constata-se que não existe uma política pública, mas sim uma estratégia de regulação e controle das modalidades informais de ocupação. Sob mecanismos de regulação e controle haveria uma "transferência de renda" via práticas de corrupção e a manipulação política pelo Estado dos indivíduos envolvidos na questão. Sugere-se, então, que há uma relação entre informalidade e presença estatal não exatamente reguladora, mas corrupta e cerceadora. Veja-se Sorj (1988), op. cit..

As questões desta dissertação a partir da revisão bibliográfica

Nesta dissertação retoma-se e aprofunda-se algumas das proposições das análises microssociais, segundo as quais na origem e na continuidade das formas de organização informal do trabalho está presente uma opção ou escolha dos trabalhadores por essa alternativa de trabalho e que, portanto, o trabalho informal tem sua origem também em outra dimensão social que não a dos determinantes macroeconômicos do mercado. Enquanto fato econômico, a informalidade decorre de uma possibilidade no mercado, depende do funcionamento da estrutura econômica, mas como todo fato econômico tem uma dimensão social, pois decorre de um comportamento humano relacionado à vida de trabalho e com impacto nas outras esferas das relações sociais.

São inegáveis os avanços analíticos conceituais das análises macroeconômicas na literatura brasileira, conforme vimos, e tomamos algumas delas como referência importante para este trabalho ⁹⁹. As decisões no mercado, seja nas suas organizações formais ou informais, obedecem a uma lógica econômica, e é essa lógica econômica que norteia as decisões que resultam em situações produtivas e ocupacionais distintas. Mas são decisões tomadas por indivíduos que atuam e que dão razão de ser a esse mercado. O que não é razoável é considerar que a lógica das ações humanas esteja cerrada e afeita só à dimensão econômica da vida social. Nossos entrevistados, como veremos no Capítulo 3, em suas decisões no mercado de trabalho, têm também em conta o que identificamos como seus objetivos profissionais, que expressam dados valores que orientam suas condutas ao longo de suas trajetórias ocupacionais. As ações humanas têm outras

⁹⁹ Consideramos como referencial principal os estudos de Cacciamali, conforme já apontados.

dimensões que, embora esbarrem nas delimitações impostas pelas situações econômicas, nem por isso deixam de existir. Se não fosse assim, não haveria o sonho, o desejo, o gosto, a satisfação ao realizarmos as ações, sejam as estritamente econômicas, sejam outras. Os indivíduos podem estar condicionados pela lógica econômica, mas não estão aprisionados a ela. A origem e a continuidade do trabalho informal passam pelas escolhas dos indivíduos, escolhas que não são derivadas unilateralmente dos processos macroeconômicos.

Ao retomarmos essas conclusões preliminares sobre a literatura, consideramos que as análises microsociais estão excessivamente centradas nas preferências individuais desses trabalhadores. Por essa razão supõe-se nesta dissertação que a ação de escolha vai além das preferências isoladas dos indivíduos, já que estes realizam escolhas que dependem dos condicionantes econômicos dados pelo mercado, e considera-se que tais escolhas passam pelo crivo de suas normas pessoais de conduta nas quais se orientam em sua trajetória ocupacional, passam por seus objetivos profissionais, como veremos no capítulo 3. O aprofundamento destas proposições tem como referencial a concepção de ação de escolha de Jon Elster ¹⁰⁰, segundo a qual os indivíduos não têm um leque aberto e ilimitado de alternativas, mas apenas um leque de alternativas mais possíveis ou menos possíveis. São processos de escolha que Elster qualifica como processo seletivo de sucessivas filtragens¹⁰¹. Numa dada situação, o indivíduo seleciona dentre as alternativas as que são mais factíveis, num processo de escolha que passa

¹⁰⁰ O autor apresenta sua concepção de ação de escolha racional em mais de um de seus estudos. Veja-se entre outros, Elster, Jon. (1988), Ulysses and the Sirens. Studies in rationality and irrationality, 2a. edição (1a. ed. 1979), Cambridge University Press, New York and Editions de la Maison Des Sciences de L'Homme, Paris.

¹⁰¹ Esta concepção de Jon Elster pode ser encontrada em mais de um de seus trabalhos. Veja-se, por exemplo, (1988, reprinted) Ulysses and the Sirens. Studies in rationality and irrationality, Cambridge University Press, New York and Editions de la Maison Des Sciences de L'Homme, Paris, (1a. ed. 1979); _____, (1989), Marx Hoje, tradução de Plínio Dentzien, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, (original em inglês, 1986, An Introduction to Karl Marx, Cambridge University Press).

por sucessivas filtrações. Na primeira filtração o indivíduo seleciona as alternativas possíveis e, num segundo momento deste processo de filtração, escolhe qual o melhor curso de ação a adotar, dentre as alternativas mais factíveis, ou seja, escolhe a sua melhor alternativa. Concorrem nesse processo de filtração tanto as condições - o que pode obter - quanto as suas preferências - o que considera melhor ou preferível para si naquela dada situação. São alternativas interdependentes, relacionadas às condições ou às preferências, e que são interdependentes, mesmo que o resultado do processo decisório recaia sobre as preferências do indivíduo. Nessa visão, o comportamento de uma pessoa numa dada situação é um, ao invés de outro, como resultado desses dois processos sucessivos de filtração. No primeiro "filtro" o indivíduo limita o rol de "possibilidades abstratas de ação a um elenco plausível", possível de ação¹⁰². Na segunda "filtração", ele seleciona, dentro do conjunto de alternativas remanescentes, a ação que irá adotar, define-se por uma "ação que é possível ser levada adiante". Há um processo seletivo de uma das partes do conjunto factível, processo seletivo que é efetuado através de uma escolha racional.

Entende-se nesta dissertação que a ação de ingresso no trabalho informal deve ser analisada no conjunto da trajetória ocupacional do entrevistado e não só como uma ocorrência pontual nesta trajetória. Assim, o relevante não é só saber a circunstância específica em que se deu este ingresso, mas também entender o seu significado na trajetória ocupacional do entrevistado. O momento específico de escolha por um trabalho informal não é um fato isolado na sua vida de trabalho, tem relação com suas experiências ocupacionais prévias, com os condicionantes e limitações de toda ordem que enfrentou, tem relação com seus desejos e pretensões para sua vida de trabalho. Entende-se que uma possível escolha por um

¹⁰² Veja-se dentre outros, Elster. (1988), op.cit. e (1989), Marx Hoje, tradução de Plínio Dentzien, Paz e terra, Rio de Janeiro, (original em inglês, 1986: An Introduction to Karl Marx, Cambridge University Press).

dado trabalho - no caso, o informal - é de algum modo parte e resultado do que foi vivenciado por este trabalhador.

A partir do histórico ocupacional dos trabalhadores informais entrevistados, buscaremos identificar qual o significado da escolha de um trabalho informal. E, além disso, procuraremos verificar: se há no grupo entrevistado alguma, e qual, característica peculiar no processo de ingresso e na permanência no trabalho informal; e se há uma relação entre essas duas situações (origem e permanência). Enfim, procuramos verificar, a partir da análise das trajetórias ocupacionais dos entrevistados, qual o sentido social da ação de escolha de um trabalho informal.

São essas questões que orientam a análise desta dissertação, que será desenvolvida no capítulo 3. Antes, ainda neste capítulo, exporemos no item 1.3 o conceito adotado para delimitação empírica do trabalhador informal e, no item 1.4, os principais critérios adotados para o trabalho de campo e outras observações pertinentes aos procedimentos de pesquisa. No capítulo 2, exporemos alguns dados gerais sobre os trabalhadores informais entrevistados, complementares à análise, que faremos no capítulo 3.

1. 3. Trabalho Informal: O Conceito Adotado

Neste estudo, o uso do termo "setor informal" tem um sentido alusivo e figurativo, que nos possibilita ter algum critério - embora não ideal - para nominar essa realidade de trabalho que de algum modo se diferencia no mercado. Contudo, isso não significa que adotamos uma visão dualista da realidade social. Pelo

contrário, nós entendemos que essa realidade é um conjunto, mas que abriga diversidades e diferenças e tem dimensões que não se restringem à economia - apesar da sua importância. O termo "setor" permite pensar os trabalhadores informais quanto às diferenças decorrentes da forma como exercem seu trabalho, sem circunscrever o tema tratado num marco dualista ¹⁰³.

Concordamos com Lisa Peattie em suas considerações acerca do uso do termo "setor informal": apesar de certa dificuldade na adoção dessa terminologia, ela é aplicável a um grupo específico de atividades - sem com isso constituir-se em categoria teórica, que interprete e dê uma clara e rigorosa compreensão sobre este conjunto de atividades no mercado de trabalho. Ela serve apenas para designar essas atividades e desenvolver nossa análise, com vistas a atingir um melhor nível de compreensão daquela realidade empírica. Portanto, o termo "setor informal" quando aqui usado, o é apenas como uma noção ou como um conceito descritivo. E dada a temática desta dissertação, nos referimos, geralmente, a trabalho informal e não às unidades produtivas onde se realiza este trabalho, ou seja, as do chamado "setor informal".

Em primeiro lugar, tratou-se de adotar algum critério para seleção dos entrevistados para o trabalho de campo. Adotamos como referencial para o trabalho de campo a discussão e definição de "setor informal" feita por Cacciamali, especialmente a do seu trabalho de 1983, porque nos parece ser o estudo brasileiro específico sobre o tema que tem uma conceituação mais atualizada e útil - conceituação que a autora adota a partir de uma revisão crítica interessante das abordagens conceituais anteriores ¹⁰⁴.

¹⁰³ Auxiliou-nos para compreensão do porquê do uso de expressões como "setor", "parte", o raciocínio feito por Ardití, Benjamim. (1994), Rastreado lo Político, Centro de Documentación y Estudios, Assunção, Paraguay, mimeo, guardadas as devidas diferenças e distâncias temáticas com o nosso trabalho.

¹⁰⁴ A adoção da definição desta autora como referencial, se prende também a que consideramos que suas conclusões constituíram um avanço importante entre os estudos sobre a questão no Brasil, embora isso não signifique necessariamente uma concordância irrestrita com o conjunto da linha teórica da autora.

Os trabalhadores foram entrevistados em nossa pesquisa conforme atendessem ao seguinte conjunto de características:

- prestassem um serviço ou produzissem um produto numa condição irregular frente às normas jurídico-fiscais pertinentes ao funcionamento das atividades econômico produtivas;
- participassem diretamente da produção e fossem proprietários dos instrumentos e matérias-primas utilizados para realização de seu trabalho;
- trabalhassem sozinhos ou com a ajuda de familiares ou outros ajudantes, num número não superior a 5 ajudantes;
- que seus empreendimentos de trabalho não dependessem da contratação do trabalho de outrem para existir ou funcionar;
- não terem vínculos empregatícios, ainda que indiretos, com empresas na prestação de serviço ou produto (pela qual foram selecionados) ¹⁰⁵. Esse vínculo "indireto" seria o caso, por exemplo, de costureiras que trabalham em suas residências fazendo serviços de acabamento ou outros para indústrias têxteis, ou então de vendedores de alimentos na rua, que são parte de um grupo de vendedores exclusivos de uma dada indústria e ganham um percentual sobre a venda. Consideramos que esses seriam "assalariados disfarçados" ¹⁰⁶.
- que o rendimento obtido fosse usado para sustento pessoal e/ou familiar e para manterem seu trabalho como próprio ¹⁰⁷.

Nessas características estão basicamente os trabalhadores que exercem sua atividade de trabalho por conta-própria ¹⁰⁸. Estabelecemos o limite empírico entre

Queremos frisar, tão somente, que é o trabalho que consideramos mais útil e atual enquanto referencial conceitual ao tema do trabalho informal na literatura brasileira.

¹⁰⁵ Como veremos, há entrevistados que têm mais de uma ocupação; às vezes ambas informais, e outras vezes uma ocupação formal e paralelamente uma informal. Daí que as características conceituais que adotamos se refiram unicamente à atividade pela qual foram entrevistados.

¹⁰⁶ Concordando com Cacciamali (1983) op. cit. e (1989) op. cit..

¹⁰⁷ Não há acumulação em termos capitalistas, ou seja, sua atividade própria tem como objetivo principal obter um fluxo de renda pessoal.

trabalho exercido informalmente ou formalmente, tanto pela regularidade da condição jurídico-fiscal da unidade produtiva como pela forma como se organiza a produção.

Não consideramos como informais os que trabalham para empresas, mas o fazem autonomamente em suas residências, sem receber salário pelo serviço, e sem um pagamento extra-registro. Concordamos com outros autores que, neste caso, trata-se de um assalariamento disfarçado.

Nossa caracterização empírica também não inclui o que tem sido denominado de "produção subterrânea" ou "submersa" ¹⁰⁹. Incluem-se aqui as atividades ética e juridicamente condenadas pela sociedade (por exemplo, os procedimentos produtivos ilegais em termos fiscais, praticados por empresas formais). A característica que distingue a produção "submersa" é a de que a ilegalidade é seu objetivo central, ou é fundamental para sua existência. As outras características que se atribuem à atividade econômica "subterrânea" dependem (ou decorrem) da condição de ilegalidade. Diferentemente do trabalhador por conta-própria, que tem como condição definidora o fato de trabalhar para si mesmo, autonomamente, o produtor "subterrâneo" tem como objetivo a acumulação - e a ilegalidade é sua condição de base para alcançar esse objetivo. O trabalhador por conta-própria contempla a possibilidade de vir a formalizar-se como autônomo, sem com isso afetar sua condição-fim. Num caso, a ilegalidade é uma condição-fim, da qual não convém sair ("subterrâneo"); no outro, é uma condição produtiva que viabiliza um dado padrão de trabalho (informal) ¹¹⁰.

¹⁰⁸ A categoria ocupacional conta-própria tem sido considerada a mais típica do "setor informal". Veja-se, entre outros, Cacciamali. (1983), op.cit.; Dedecca. (1990), op.cit..

¹⁰⁹ No capítulo 3 voltaremos à distinção entre produção informal e submersa, que os dados daquele capítulo nos ajudam a esclarecer.

¹¹⁰ Para uma discussão comparativa entre produção informal e "subterrânea", veja-se Cacciamali, Maria Cristina. (1989), "Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro", Documento FEA Universidade de São Paulo, São Paulo, mimeo; especialmente p.20 a 30. A autora argumenta que enquanto a informalidade origina-se na dinâmica capitalista - visão conceitual que já consideramos neste capítulo 1 -, a economia submersa origina-se ou nos excessivos níveis de regulação e/ou na elevada carga

1. 4. Procedimentos de Pesquisa

Critérios adotados

Realizamos trinta entrevistas com trabalhadores informais, no período de dezembro de 1992 a fevereiro de 1993, das quais utilizamos vinte e cinco ¹¹¹. As entrevistas foram conduzidas principalmente em torno do histórico ocupacional de pessoas que trabalham informalmente prestando serviço ou produzindo e vendendo algum produto. O histórico ocupacional foi o fio condutor da entrevista, atendendo nosso propósito central de identificar, na trajetória dos trabalhadores entrevistados, como e por que se deu o ingresso no trabalho informal, e por que permanecerão (ou não) trabalhando informalmente.

Nosso interesse de pesquisa se prende a um conhecimento melhor do tema e não a alguma característica específica da localidade onde realizamos as entrevistas (município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina), sem desconsiderar, é claro, que seria relevante um estudo específico sobre o município de Florianópolis. Esse, entretanto, não é o caso do presente estudo. Por outro lado, o

tributária e/ou na ausência de moralidade fiscal. Ray Bromley. (1993), "Informality, de Soto Style: From Concept to Policy", (XVII International Congress of the Latin American Studies Association, setembro, Los Angeles, Estados Unidos, mimeo) - faz uma discussão acerca da distinção entre atividades informais, formais e criminais no estudo de Hernando de Soto - que é esclarecedora sobre a distinção entre "setor informal" e atividades com fins ilegais.

¹¹¹ Chegamos a vinte e cinco entrevistas após uma seleção das que melhor atendiam aos critérios de seleção em campo.

trabalho informal é parte da realidade do mercado de trabalho em seu conjunto, não sendo característico apenas de uma dada região ou município. O trabalho de campo foi feito neste município tão somente porque dentro dos limites de nosso orçamento para a pesquisa convinha realizar a pesquisa de campo no município onde residíamos na época ¹¹².

Os entrevistados são trabalhadores que têm um empreendimento de trabalho informal, prestando serviços, vendendo bens produzidos - na grande maioria dos casos - por eles mesmos. Trabalham, como veremos, nas mais variadas atividades. Têm características pessoais e de moradia também variadas (idade, sexo, grau de instrução, tempo de residência no município, diferentes padrões de acesso a serviços públicos e bens de consumo, moradia, etc.) ¹¹³. O grupo entrevistado é heterogêneo, tanto quanto ao tipo de atividade com que trabalham, como quanto a características pessoais e de moradia.

Em conformidade com a conceituação que adotamos para definir a unidade produtiva na qual trabalha o entrevistado, e com os estudos que tomamos como

¹¹² O município de Florianópolis tem 531.540 habitantes, segundo o censo demográfico de 1991 (IBGE - Censo Demográfico 1991, n.23, Santa Catarina). Quanto aos principais setores de atividade econômica, segundo a Revisão do Plano Diretor de Florianópolis, feita em 1986 (V.I: Diagnóstico) pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (não há ainda esses e outros dados do censo de 1991 disponíveis para o município), no município o setor de serviços é o que emprega o maior contingente da população, e o que teve o maior crescimento no período de 1960 a 1980. "Neste setor se incluem: serviços de alojamento e alimentação; de reparação, manutenção e conservação; serviços pessoais (de higiene, confecção sob medida, limpeza de roupas, fotografia); serviços comerciais (auxiliares ao comércio de mercadorias e valores, processamento de dados, publicidade, assessoria contábil e outras técnicas); serviços de diversão, radiodifusão e televisão, e promoção de espetáculos artísticos." Assim, "o grande percentual de empregos encontra-se no terciário (83%)". Foi esse setor que no período de 1960 a 1980 cresceu "praticamente sete vezes (644%), enquanto o setor secundário apenas duplicou (182%)... A média de pessoas ocupadas por estabelecimento na região metropolitana (...) no setor terciário está em torno de 5,6 pessoas". No ano de 1985 a população residente era de 183.400 habitantes, com um crescimento anual de 3.24% entre 1970 e 1980. Segundo as projeções efetuadas, "o fenômeno mais notável situa-se no sensível alargamento da faixa dos 10 aos 30 anos na pirâmide etária". Quanto ao emprego, a PEA teria subido de 40% da população em 1970 para 49% em 1980. "Em termos absolutos, no entanto, aumentou a população não economicamente ativa, de 92.440 em 1970 para 106.466 indivíduos em 1980", devido ao crescimento demográfico. Quanto à renda interna por setor de atividade, 90,02% da renda gerada em 1980 se localizava no terciário. Em 1970 a renda interna per capita em Florianópolis (em CR\$ 1.000 constantes de 1975) era de 19,73, e superior à média estadual de 5,39. Essa situação se inverteu em 1980: Florianópolis, 5,80 de renda interna per capita, e média estadual 11,53.

¹¹³ Esses dados estão no Anexo.

referência a essa definição, a categoria ocupacional central em nossa delimitação empírica é a do trabalhador por conta própria, conforme visto no item 1.3., deste capítulo. Essa é a categoria ocupacional que tem sido considerada, por estudos de diferentes abordagens, como a categoria ocupacional mais típica da produção exercida informalmente ¹¹⁴.

Os critérios de seleção dos entrevistados, além da condição de informalidade da sua atividade econômica, incluíram, tanto quanto possível, uma heterogeneidade nas outras características do grupo entrevistado. Assumiu-se essa heterogeneidade como um dado de campo, pois considerou-se que poderia funcionar como um fator de teste para o propósito de verificar se no grupo entrevistado há um traço característico comum, associado à condição de informalidade, seja quanto a seu processo de ingresso no "setor informal" do mercado de trabalho, seja quanto à permanência ou não no trabalho informal. Tratava-se de saber se mantida aquela heterogeneidade, poderia ser possível estabelecer um sentido comum no grupo entrevistado, que desse significado a seu processo de deslocamento no mercado. Assim, a consideração de alguns pesquisadores de que o setor informal tem pouca relevância para o estudo sociológico exatamente por sua "heterogeneidade sócio-econômica" ¹¹⁵, é incorporada em campo como um fator de teste para as questões que queremos verificar.

No levantamento de campo, evitamos que as entrevistas se concentrassem num tipo específico de trabalho ou em pessoas de um mesmo perfil socioeconômico. Assim, não entrevistamos majoritariamente ou somente lavadeiras, pedreiros, músicos, artesãos, cabeleireiros, professores ou os chamados "empresários de fundo-de-quintal". E nem só os trabalhadores temporários, que

¹¹⁴ Como já mencionado, tomamos como referencial central à nossa conceituação, o estudo de Cacciamali (1983) op. cit.. Mas vários autores têm considerado essa ocupação como ocupação típica do "setor informal". Veja-se Dedecca (1990), op. cit..

¹¹⁵ Klein, Emilio. (1990), "Emprego e Heterogeneidade do Setor Informal", in Classes e Movimentos Sociais na América Latina, (org) Sônia Laranjeira, Editora Hucitec, São Paulo.

aproveitam, por exemplo, o afluxo de turistas ao município no verão para "ganhar um dinheirinho extra" no comércio, na área de serviço, beneficiando-se da expansão da demanda neste período do ano.

Esse procedimento se deve a que cada uma dessas situações ocupacionais, se vista isoladamente, não caracteriza a produção informal como um todo. Assim, como não são só lavadeiras que se constituem em trabalhadores informais, também não são só pessoas pobres que compõem o conjunto dessa produção ¹¹⁶. Privilegiar uma dada condição socioeconômica ou uma dada situação ocupacional significa ignorar que esses são aspectos ou características presentes no conjunto do mercado de trabalho e não um dado que caracteriza e/ou define o conjunto da produção informal. Ao privilegiá-los, corre-se o risco de introduzir, desde o levantamento empírico, um viés que comprometeria as conclusões da pesquisa, que é voltada ao trabalho informal de modo geral e não a uma parcela específica desses trabalhadores.

¹¹⁶ E como outros estudos já demonstraram, não é uma característica conexa ao conjunto da produção informal abrigar jovens, mulheres e idosos como trabalhadores. Como vimos no capítulo 1, este tipo de caracterização é associado na literatura sobre o tema à concepção - já superada - de que esta produção absorve de maneira temporária e circunstancial a mão-de-obra (de menor qualificação) não absorvida pela produção formal e tida como "reserva" a essa produção. Os estudos que superaram esta concepção da produção informal demonstraram que as diferenças entre dadas características da mão-de-obra (idade, sexo) e de níveis de renda são comuns ao conjunto do mercado de trabalho e não caracterizam a situação de informalidade. Ao invés disso, a produção informal se caracteriza por abrigar um leque de situações produtivas. Veja-se Cacciamali, op.cit.. Veja-se também Oliveira (ccord.). (1990), op.cit. Este relatório refere-se a como vem sendo sendo criticada a caracterização do "setor informal" como o que abriga aquela mão-de-obra. Cita-se nesse estudo os trabalhos de: Richardson, Harry W. (1984), "The role of the urban informal sector: an overview". *Regional Development Dialogue*, fev.; Raczynski, D. (1977), "El Sector informal urbano: interrogantes y controversias". *Série Investigaciones sobre Empleo*, n.3, PREALC, Santiago. Cabe mencionar a interessante abordagem introdutória de Machado Silva sobre a necessidade de revisar-se a abordagem usual da organização do trabalho no Brasil. O autor sugere que as diferenciações com as quais trabalha-se analiticamente ("trabalho-não trabalho, trabalho assalariado-por conta própria, trabalhador ativo-trabalhador em reserva, trabalho-pauperismo, trabalho-criminalidade, população ocupada-população excedente,etc.") não designam "categorias sociais definidas. Ao contrário, embora nem de longe possam ser abandonadas como meras fantasias...todas e cada uma delas tem uma vigência muito mais difusa, pois não denominam mais do que práticas sociais que não são estanques." (Silva, Luis Antonio Machado da. (1990), "A (Des)Organização do Trabalho no Brasil Urbano", in *São Paulo em Perspectiva*, v.4, n.3/4, jul/dez, SEADE, São Paulo, pp.2-5), citação a p.5, grifos nossos.

Como outros trabalhos dos anos 80 já apontaram, a baixa renda não é uma característica do "setor informal", mas é parte da realidade de trabalho da população brasileira em seu conjunto¹¹⁷. Na mesma linha de raciocínio, se os estudos que tratam da população de baixa renda identificam a informalidade como a maneira predominante de execução do trabalho (ou, senão, como uma maneira de trabalhar importante entre esta população), isso não significa que o trabalho informal seja só encontrado nesta parcela da população - como se houvesse uma vinculação característica entre trabalho informal e população de baixa renda ou entre trabalho informal e um dado tipo de atividade de trabalho. Nesse raciocínio, o trabalho informal seria descrito (e conceituado) como possuindo características que são específicas daquela parcela da população pesquisada, ou específico de um dado tipo de trabalho.

Se estabelecêssemos uma identidade unívoca entre a especificidade de uma parcela dos trabalhadores informais e o conjunto deles, estaríamos confundindo e prejudicando a delimitação das características deste último. Atribuir ao trabalho informal as características dos "casos" que o compõem seria inverter a ordem de prevalência do "tipo" sobre o "caso", ignorando que o tipo sobrevém ao caso¹¹⁸. Nessa inversão, o que fosse aplicável, específico ao grupo estudado, seria tomado como característica que define e delimita a produção informal no mercado de trabalho, quando é o contrário que acontece. Na explicação dos fatos sociais, não há uma única propriedade do "caso" que corresponda ao "tipo" em questão, mas muitas das propriedades do "caso", por isso o geral - que é o "tipo" - sobrevém ao específico - que é o "caso"-; não há uma correspondência unívoca entre todas as

¹¹⁷ Ver Capítulo 1.

¹¹⁸ Veja-se a respeito, Levine, Andrew; Sober, Elliot e Wright, Erik Ollin. (1987), "Marxismo e Individualismo Metodológico", *Revista Zona Abierta*, n 41/42, out/86-mar/87, Madri, pp. 131-197. E utilizamos também as considerações que fizemos, tendo como referência este texto de Levine, Sober e Wright, em: Vasconcellos, Eliane. (1990), "Resenha crítica sobre teoria dos jogos, centrada no trabalho de Jon Elster, 'Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos' ", mimeo.

propriedades do "caso" e as do "tipo". Um exemplo ilustrativo, já usual, de correspondência unívoca é o da água. A água é redutível à molécula H₂O, porque todos os efeitos da água podem ser reduzidos aos efeitos da molécula H₂O, mas o mesmo não ocorre com os fenômenos sociais. Por exemplo, pode-se definir o capitalismo como um tipo de sociedade e os Estados Unidos como um caso desse tipo. A análise do tipo capitalista de sociedade serve à compreensão da sociedade norte-americana (caso), mas esse não explica o tipo, ou seja, o tipo é irredutível ao caso. Não se estabelece uma correspondência única entre este caso (sociedade norte-americana) e o tipo (sociedade capitalista). Na ordem explicativa as propriedades do tipo são supervenientes às propriedades do caso.

Assim, cada um dos "casos" (no nosso tema, por exemplo, as lavadeiras de roupa, os camelôs, os professores particulares, etc.) que compõem um "tipo" (no nosso tema, o trabalho informal) têm peculiaridades não aplicáveis aos demais "casos". Mas, em contrapartida, as características do "tipo" são aplicáveis a cada um dos "casos"; na ordem explicativa o "tipo" sobrevém ao "caso". Se invertêssemos o que sobrevém na ordem explicativa do trabalho informal, estaríamos considerando o que é específico ao grupo estudado como se fosse característica que define e delimita o conjunto dos que trabalham informalmente, quando é o contrário que acontece. Dentro desse prisma, procuramos não só identificar as peculiaridades do ingresso no trabalho informal na trajetória de cada entrevistado, mas estabelecer uma compreensão do sentido desse ingresso que ultrapassasse os casos singulares. Buscou-se explicar qual o sentido comum aos diversos processos individuais de ingresso no trabalho informal ¹¹⁹.

¹¹⁹ Como nos ensinam Levine, Sober e Wright. (1987), op. cit., à p.150-151: " 'explicar es proporcionar um mecanismo, abrir la caja negra y mostrar las tuercas y los tornillos, los dientes y las ruedas, los deseos y las creencias que generan los resultados globales'" (os autores mencionam Elster, Jon. (1985), Making sense of Marx, Cambridge University Press, p.5).

Voltando à questão da heterogeneidade do grupo de trabalhadores entrevistados, mantê-la durante o trabalho de campo teve também a função de testar a frequência com que um dado tipo de resposta se repetia. Assim, por exemplo, quando as entrevistas realizadas nos bairros mais centrais passaram a apresentar um tipo de resposta constante a uma questão diretamente relacionada a um objetivo central da pesquisa, diversificamos os entrevistados indo a bairros mais distantes do centro. Dentro do mesmo critério, diversificamos o tipo de ocupação do entrevistado, conforme se desenvolvia a pesquisa de campo ¹²⁰.

Cabe ainda mencionar, a modo de esclarecimento sobre os critérios adotados, que durante as entrevistas foram se configurando três tipos de situações de histórico ocupacional no grupo entrevistado. Uns exercem atualmente um trabalho informal e concomitantemente têm um emprego (trabalho formal) (grupo A: três entrevistados). Outros exercem só o trabalho informal e em outros períodos já trabalharam formalmente como assalariados¹²¹ (grupo B: dezenove entrevistados). Os entrevistados desses dois grupos, A e B, tiveram experiências ocupacionais formais (como assalariados e/ou como proprietários de pequenos negócios) e informais (tiveram empreendimentos de trabalho próprio, em um outro período não consecutivo ao atual). E há um terceiro grupo, que são os entrevistados que exercem atualmente só o trabalho informal e que nunca trabalharam formalmente (grupo C: três entrevistados). Um deles já exerceu ocupações diferentes da atual, trabalhando também informalmente.

Uma vez que a entrevista estava estruturada em torno do histórico ocupacional, essas diferentes situações ocupacionais obrigaram a um ajuste da

¹²⁰ A partir desse entendimento é que procuramos, no levantamento de campo, não concentrar em um só tipo de ocupação ou condição de trabalho. Assim, por exemplo, se obtínhamos de um músico a declaração de que iniciou aquele trabalho porque sentia prazer em fazê-lo e/ou se sentia vocacionado para ele, procurávamos ver como a mesma pergunta era respondida por um lavador de roupa, por um produtor de alimento, etc.. Do mesmo modo, variávamos o trabalho de campo quando observávamos a repetição de uma dada situação de renda ou moradia.

¹²¹ Dois deles já tiveram pequenos negócios formais.

formulação das questões ao entrevistado, conforme ele estivesse em uma ou outra situação. Por exemplo, a pergunta sobre qual foi o último emprego, em que tipo de função e empresa, tem uma formulação que se aplica aos do grupo B (têm um trabalho informal e já trabalharam formalmente). Mas a pergunta não se ajusta tão bem aos do grupo A (que têm um trabalho informal e outro formal concomitantemente), e não era adequada aos do grupo C (que trabalham só informalmente e nunca tiveram um trabalho formal). Além disso, pelo fato de os entrevistados terem vivenciado diferentes situações ocupacionais, tinham referenciais avaliativos também diferentes quando respondiam as questões avaliativas do Bloco "Razões de Ingresso e Permanência no Trabalho Informal".

Essas contingências da pesquisa de campo nos fizeram decidir pela tabulação das respostas distinguindo os entrevistados conforme pertencessem a um dos três grupos. Assim temos elementos para verificar em que medida, e no que, aquelas diferenças entre os entrevistados se relacionavam ao ingresso e permanência no informal. Essas diferenças entre os entrevistados resultariam em perfis diferentes quanto a seu ingresso no trabalho informal ? O fato de nunca ter trabalhado formalmente - como assalariado ou em outra condição - seria o fator determinante de sua decisão de permanecer, ou não, trabalhando informalmente ? Essas preocupações estão presentes na análise dos itens "Razões de Ingresso no Trabalho Informal" e "Avaliação do Deslocamento no Mercado de Trabalho para o Trabalho Informal", no capítulo 3.

Seleção dos entrevistados. Formas de entrada em campo

Conforme já ressaltamos, nosso trabalho não tem o objetivo de um levantamento quantitativo e nem a pretensão de que seus resultados sejam extensivos ao conjunto dos trabalhadores informais. Mas, de qualquer maneira, cumpria estabelecer algum critério para a seleção das pessoas a serem entrevistadas, e essa seleção foi uma das dificuldades da pesquisa de campo.

Essa dificuldade se deve a que o nosso universo - os trabalhadores informais do município - era não apenas desconhecido, mas também "invisível"¹²². Não havia, e nem há até o presente, um levantamento estatístico desse dado. Portanto, ignorávamos o número destes trabalhadores, qual seu peso no conjunto do mercado de trabalho, etc. O que se sabia era a partir da vivência diária no município - até como consumidora, conversando com vendedores de produtos e serviços -, que parecia haver uma quantidade expressiva de trabalhadores que operavam fora dos padrões legais pertinentes às atividades econômicas.

Além da falta de dados oficiais a respeito, este universo é formado por um conjunto de pessoas que, até para manterem seu trabalho, sua fonte de renda, não querem se tornar "visíveis" à fiscalização e ao controle dos órgãos públicos¹²³.

A conveniência desses trabalhadores em se manterem invisíveis trouxe uma outra dificuldade: a de encontrar a forma mais adequada de propor a entrevista - de modo que o entrevistado não nos tomasse por funcionário de órgão público e/ou que houvesse confiabilidade na não divulgação de dados que o identificassem - e recusasse a entrevista ou prejudicasse o seu desenvolvimento.

¹²² Os dados da Fundação IBGE para o "setor informal" do mercado de trabalho no Brasil são estimativos e apóiam-se em projeções calculadas a partir de comparações e ajustes dos dados do "Censo Econômico do Censo Demográfico, das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio e a Matriz Insumo-Produto para o ano de 1980, e indicam que a economia submersa situava-se, em 1987, ao redor de 14% do PIB e, segundo essa Fundação, esse viés encontra-se devidamente incorporado ao PIB do país". Cacciamali (1989), op. cit., p.29. Além disso, não havia nenhum levantamento, mesmo que parcial - do IBGE ou outro - para o município onde realizamos as entrevistas (Florianópolis/SC).

¹²³ Alguns trabalhadores informais se recusaram a dar entrevista. Entre os que entrevistamos, em alguns casos, foi feita mais de uma tentativa para obter a entrevista. Nesses casos, o trabalhador só concedeu a entrevista depois de ter certeza de que não trabalhávamos para qualquer órgão de fiscalização pública.

Na fase de teste do questionário, verificamos que tal resistência era mais freqüente do que esperávamos, pela insegurança que tinham os trabalhadores de se tratar ou não de uma fiscalização dos órgãos públicos. O que fizemos foi utilizar, além do habitual documento de apresentação da Universidade, um outro no qual nos comprometíamos e nos responsabilizávamos pela não divulgação de endereço, nome do entrevistado, ou a menção detalhada do local onde realiza seu trabalho. Fornecemos uma cópia desse documento para cada entrevistado - além, é claro, do compromisso de que nosso trabalho faria um uso estritamente acadêmico dos dados.

Quanto ao número de entrevistas, como não foi possível definir uma amostra que tivesse como base de referência o universo estudado, optamos por selecionar os entrevistados a partir de várias modalidades de entrada em campo. Utilizamos como meios de entrada em campo, para acesso aos que trabalham informalmente, anúncios de prestação de serviços ou venda de produtos no bairro, afixados em estabelecimentos comerciais. Observamos residências onde havia pequenas placas que indicavam, por exemplo, a prestação de um serviço ou alguma característica que indicava que ali se produzia algum produto. Por exemplo, em uma residência, desde a rua, viam-se máquinas instaladas em um dos cômodos e depois verificamos que havia ali um pequeno estabelecimento onde se produzia um dado produto informalmente. Outras vezes, na qualidade de consumidora, procurávamos pela venda de um dado produto ou serviço no bairro; ou o próprio entrevistado - após o final da entrevista, quando já tinha se certificado do propósito de nossa pesquisa - espontaneamente indicava uma outra pessoa que trabalhava informalmente.

Utilizamos tanto entrevistas domiciliares como entrevistas na unidade produtiva. E para definir qual o número de entrevistas, consideramos que não se tratava de uma amostra estatística, mas de estabelecer um número de entrevistas

que nos permitisse uma análise qualitativa do tema. Consideramos ainda o fato de que cada entrevista demorava de 50 a 60 minutos e tínhamos que nos ater ao tempo disponível para a fase de trabalho de campo e também à baixa disponibilidade de recursos financeiros para a pesquisa. E, como já mencionamos, decidimos por fazer até trinta entrevistas das quais utilizamos vinte e cinco ¹²⁴.

Roteiro de entrevista

As entrevistas foram individuais, em profundidade, e tiveram como fio condutor central o histórico ocupacional do entrevistado. Incluíam 45 perguntas com respostas fechadas e uma outra parte com um roteiro orientador para a entrevista, esta última contendo 30 perguntas com respostas abertas e 36 com respostas explanatórias, perfazendo um total de 111 questões.

A entrevista foi organizada em blocos temáticos que tratam de informações pertinentes aos objetivos da pesquisa¹²⁵. Abaixo sintetizamos os sete blocos temáticos que compõem o questionário/roteiro.

O Bloco Temático "Características Gerais" inclui 44 perguntas com dados sobre o perfil mais geral dos entrevistados e outros sobre o perfil enquanto trabalhadores, especialmente enquanto trabalhadores informais. Alguns desses dados estão expostos no capítulo 2, e os demais encontram-se no Anexo. Incluem:

¹²⁴ A análise qualitativa adotada neste estudo e o fato do número de entrevistas realizadas não ter representação estatística não justificou também uma apresentação numérica dos dados e/ou sob a forma de tabelas.

¹²⁵ Consideramos também que a sequência das perguntas deveria ser tal que nos auxiliasse durante a entrevista a deixar claro ao entrevistado que não se tratava de uma pesquisa de algum órgão público de fiscalização. Como mencionado anteriormente, havíamos identificado esse tipo de receio por parte dos entrevistados ainda na fase de teste do questionário. A organização da sequência das questões para esse fim e não da sequência de análise dos dados trouxe uma dificuldade adicional na reorganização das questões para análise. A reorganização da sequência das perguntas também foi necessária porque há perguntas formuladas para atender a mais de um item de análise e que, por isso, aparecem em mais de um Bloco Temático. Por exemplo, a informação da renda que o entrevistado aufera no informal faz parte do Bloco 1: Características Gerais e também do Bloco 2: Razões de Ingresso. Avaliação/Permanência ou não no Informal.

1. Características Gerais:

1.1. Condição de moradia - acesso a bens de serviço público (água, esgoto, etc.) e acesso a bens privados de moradia (geladeira, fogão, freezer, TV, etc.).

1.2. Características Pessoais:

(a) Gerais (idade, sexo, cor, estado civil);

(b) Origem (nascimento);

(c) Migração para o município (tempo, moradia anterior, motivo, etc.).

1.3. Formação Escolar

1.4. Formação Profissional:

(a) Conhecimento inicial da atividade que exerce no trabalho informal;

(b) Formas de aprendizado dessa atividade;

(c) Dados sobre o trabalho dos pais.

1.5. Histórico Profissional:

(a) Geral (ingresso no mercado de trabalho - idade, motivo/emprego anterior/fonte de renda/etc.);

(b) No trabalho formal (tipo de trabalho, condição atual, etc.);

(c) No trabalho informal (cursos, ingresso - motivo/tempo de - etc.).

No Bloco Temático 2, "Razões de Ingresso e Permanência no Informal", que incluiu 28 perguntas, agregamos as informações relacionadas ao ingresso e permanência dos entrevistados no trabalho informal. Por exemplo: como se deu o ingresso, por quais razões, está relacionado a que fatores. São questões acerca das razões de ingresso e permanência no trabalho informal. Esse bloco temático contém também questões da avaliação, feita pelo entrevistado, de seu processo de deslocamento no mercado de trabalho. Esses dados estão analisados no capítulo 3. O Bloco temático 2 é composto pelos seguintes tópicos:

2.1. Razões de Ingresso no Trabalho Informal e saída do Trabalho Formal;

2.2. Avaliação.

Os demais blocos temáticos são:

3. Situação Oficial no Mercado de Trabalho;
4. Caracterização da Atividade Produtiva Informal:
 - (a) Características de funcionamento (local em que faz o trabalho, informações sobre ajudantes, etc);
 - (b) Perfil da clientela/recursos para implantação e manutenção/renda/número de dependentes;
 - (c) Fiscalização por órgãos públicos/planos de expansão (efetivo e desejado);
 - (d) Dificuldades relacionadas à execução do trabalho;
5. Relação entre Trabalho e Vida Pessoal;
6. Atividades e Tendências Associativas;
7. Relação entre Atividade Profissional e Instituições Públicas. ¹²⁶

¹²⁶ Estes dois últimos pontos temáticos foram levantados tendo em vista pesquisas futuras.

CAPÍTULO 2

ALGUNS DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS

Introdução

No capítulo anterior fizemos um breve histórico do conceito de "setor informal" - a partir de quando foi utilizado, quais estudos o divulgaram - e tratamos dos principais marcos conceituais da literatura brasileira sobre o tema, destacando principalmente aspectos relacionados à forma como aquela literatura explica a origem do "setor informal", a que relacionava às possibilidades de permanência dos trabalhadores na informalidade e qual a qualificação e como era concebido o trabalhador informal nesses estudos. Também apresentamos ali nossas questões de pesquisa e a metodologia que adotamos.

Neste capítulo apresentaremos alguns dados gerais do histórico ocupacional dos entrevistados. Não temos pretensão analítica ao expor esses dados, pois a análise dos dados da pesquisa é feita no capítulo 3, sendo as informações deste capítulo 2 complementares àquela análise.

Devemos salientar, conforme já nos referimos, que a pesquisa tem um propósito qualitativo e utiliza basicamente dados qualitativos de entrevistas em profundidade que realizamos com trabalhadores informais. Não há pretensão de que os dados coletados sejam representativos do conjunto dos trabalhadores informais, porque o número de entrevistados não constitui uma amostra estatisticamente estabelecida ¹.

2. 1. Alguns Dados Gerais dos Trabalhadores Entrevistados

Neste item exporemos o conjunto de informações relacionadas ao ingresso dos entrevistados no mercado de trabalho em geral ². Incluem:

- . qual o trabalho dos pais;
- . idade com que o entrevistado ingressou no mercado de trabalho (em geral) e em que ocupação;
- . por que motivo começou a trabalhar;
- . qual foi (ou é) a sua principal profissão;
- . qual foi seu último trabalho assalariado.

Quanto ao trabalho dos pais e se há relação entre a área de atividade de trabalho do entrevistado e a de seus pais, os dados são como segue.

¹ Além de dados qualitativos, levantamos em campo também dados quantitativos, tanto para verificar a adequação dos entrevistados às características que adotamos como definidoras do trabalho informal, quanto para esboçar um perfil geral dos entrevistados que servisse como contraponto ilustrativo (e quanto a alguns dados, complementar) da análise qualitativa. Do mesmo modo, são dados referentes a um conjunto de entrevistados que não constituem uma amostra estatisticamente estabelecida e sobre os quais não cabe uma correlação com a condição de trabalho informal. Os demais dados quantitativos estão no Anexo.

² Neste capítulo não trataremos do ingresso no trabalho informal que, conforme já mencionado, será visto no capítulo 3.

Para um pouco mais da metade dos entrevistados, as mães realizavam um trabalho não remunerado (a maioria delas como dona de casa, outras como pintora, agricultora na propriedade da família). Para os demais, as mães trabalhavam por própria conta, seja com estabelecimentos comerciais próprios ou familiares (eram: estilista, musicista, comerciantes), seja como cozinheira ou empregada doméstica ou agricultora ³, e, para um entrevistado, a mãe trabalhava como assalariada (funcionária pública) ⁴. Prevalece, quanto ao trabalho das mães, o trabalho familiar não remunerado e, com menos frequência, é citado o trabalho por própria conta.

Há um pouco menos da metade dos entrevistados cujo pai trabalhava por conta própria, sendo a maioria como agricultor, mas há também comerciantes, empresários, moleiro, motorista de caminhão, cicleteiro. E em um pouco mais de um terço dos entrevistados o pai era assalariado, funcionário público, exercendo a profissão de borracheiro, jardineiro, carregador de malas ou "chefe de setor" em penitenciária, marceneiro, militar, engenheiro. Quanto ao trabalho dos pais, prevalece o trabalho por conta própria e, em menor número, o trabalho assalariado.

Relacionamos a informação sobre o tipo de atividade profissional dos pais à atividade de trabalho realizada informalmente pelo entrevistado, considerando a profissão da mãe e do pai separadamente. As atividades de trabalho dos pais e do entrevistado foram agregadas conforme fossem :

- a) da mesma área de atividade do entrevistado;
- b) de área correlata à do entrevistado;
- c) de área diferente da do entrevistado.

³ Em propriedade da família.

⁴ Alguns entrevistados mencionam mais de uma profissão para as mães, havendo casos em que nenhuma das profissões é a de dona-de-casa, embora geralmente uma das profissões citadas seja essa. Esta menção a um duplo trabalho é mais frequente quando se trata do trabalho da mãe, e bem menor quando mencionam a profissão do pai. Nesse último caso, quando aparece, é associando a profissão de agricultor a uma outra.

Nessa comparação, no caso do pai, observa-se que, para grande parte dos entrevistados (dois terços), este trabalhava em área diferente da do entrevistado. E só em três casos o pai trabalhava em área correlata ou igual à do entrevistado.

No caso das mães também prevalece o fato de o entrevistado ter um trabalho informal (atual) em área diferente da que a mãe trabalhava. Se excetuarmos o trabalho de dona-de-casa, ainda assim prevalece esse resultado.

Esses dados parecem indicar - além da variedade de profissões dos pais - que para o grupo entrevistado não houve uma continuidade entre a profissão dos pais e a que eles exercem no trabalho informal atual. Porém, fica a questão de haver ou não uma influência, quanto ao modo como os pais exerceram o trabalho, ou seja, por sua própria conta (e não quanto à profissão em si). Embora nas respostas haja indicação de que alguns pais trabalhavam por própria conta (especialmente no caso do pai), não temos outros dados específicos sobre os pais ⁵ para uma comparação mais aprofundada. Nem temos dados sobre quais seriam as alternativas possíveis aos pais na realidade de mercado de sua época, o que poderia definir uma eventual "escolha" de trabalho pelos pais e uma possível tradição familiar - o que, como dissemos, não podemos analisar por falta de elementos. Os dados que temos indicam que, em geral, não houve continuidade entre a profissão dos pais e a do entrevistado quanto à área de trabalho e, além disso, levantam a questão de uma possível tradição familiar no trabalho por própria conta, a ser estudada por outras pesquisas.

⁵ Trabalho informal e família é um tema amplo que requer uma pesquisa específica, o que não é o objetivo deste estudo. Os dados sobre familiares do entrevistado, levantados neste estudo, são relevantes no sentido de que agregam dados às informações centrais, auxiliando a compreender como e por que o entrevistado iniciou - e permanecerá ou não - no trabalho informal. Os dados sobre familiares têm o propósito de fornecer informações de caráter mais geral acerca do histórico ocupacional do entrevistado. Razão pela qual não sobrecarregamos a entrevista (já longa) com outras informações mais detalhadas sobre os familiares, detalhamento que seria próprio a uma pesquisa específica sobre família e trabalho informal, tema que nos parece interessante para possíveis pesquisas futuras, mas que não é o caso do presente estudo.

Quanto ao ingresso dos entrevistados no mercado de trabalho em geral, há uma parcela maior deles - um pouco menos da metade - que começou a trabalhar muito cedo, ainda em idade escolar elementar, de 8 a 14 anos - a faixa etária correspondente ao I.o grau. E um terço começou a trabalhar em idade escolar secundária, de 15 a 17 anos (faixa etária do II.o grau). A situação menos freqüente é a dos que começaram a trabalhar com idade de 18 a 25 anos (um pouco mais de um quarto). Portanto, prevalece no grupo o ingresso no mercado de trabalho em idade escolar elementar ou secundária, com maior freqüência da primeira.

Esse ingresso no mercado de trabalho ocorreu fora da unidade familiar, para mais de dois terços dos entrevistados, e para menos de um terço restante, na unidade familiar - na lavoura ou em estabelecimento comercial familiar. E todos esses que começaram a trabalhar na unidade familiar o fizeram na idade de 8 a 12 anos, ou seja, em idade escolar elementar.

Esse trabalho na infância é geralmente mencionado como um trabalho/obrigação decorrente da condição de uma "vida de pobre" porque, afinal, "como é que a gente não vai trabalhar ?!" - ainda que tendo só 8 anos de idade. Em outros casos, esse trabalho é referido pela maioria dos entrevistados como algo que "a gente já nasceu fazendo", ou ainda que era um trabalho familiar do qual todos participavam. E esse último caso não se associa à condição de pobreza, mas a um procedimento usual na família. De qualquer forma, é visto como um trabalho/obrigação e não como uma profissão.

É interessante observar que, quando mencionaram qual foi seu primeiro trabalho, a maioria dos que começaram a trabalhar na infância citam como primeiro trabalho não este, na infância, mas um trabalho posterior, e sempre fora da unidade familiar ⁶. É na conversa em torno da resposta à pergunta que fica claro que o

⁶ Mesmo neste caso o ingresso no mercado de trabalho (em geral) ocorreu cedo, a partir de 10 anos de idade. Se considerássemos o trabalho fora da vida familiar como ingresso no mercado de trabalho - o que é discutível -, uma vez que tinham iniciado sua vida de trabalho na unidade familiar - teríamos que a

primeiro trabalho, foi em idade escolar básica. Assim, um dos entrevistados disse : "desde pequeno, 8 anos, lidava aqui e ali . Vendia picolé... essas coisas que a **maioria** das crianças é obrigada a fazer"- uma obrigação decorrente da vida de pobre, porque esta "maioria" do ponto de vista dele, da experiência de sua vida, são os "pobres", mas "aquilo não era trabalho", era obrigação de vida.

Portanto, parece que o trabalho só se torna trabalho/profissão quando tem algum outro elemento que o diferencia desta "obrigação de vida" - seja por ser pobre, seja pelo envolvimento inescapável em uma atividade de trabalho familiar, a qual é valorizada, pela maioria, como tendo sido parte de um aprendizado útil para a vida em geral.

Quanto ao tipo de ocupação que exerciam, quando do ingresso no mercado de trabalho em geral, não há uma frequência maior de respostas para um tipo específico de atividade. Ingressaram no trabalho em áreas variadas, com alguma concentração em atividades da área de serviços: alguns no comércio (em serviços gerais ou como caixa ou balconista), outros na construção civil (ajudante de e/ou pedreiro), em áreas administrativas (em funções auxiliares), como doceiro, servente, na agricultura, e outros ainda em áreas que requerem maior conhecimento técnico ou especialização (técnico de computação, agrônomo, telegrafista). Exceto no caso da agricultura, que foi sempre mencionada como um trabalho familiar pelo qual não se recebia uma remuneração específica, as demais eram funções remuneradas e, como vimos anteriormente, exercidas em idade escolar elementar ou secundária.

Os entrevistados indicaram outras razões, além da razão já apresentada acima - devido à condição "de ser pobre " - por que ingressaram no mercado de

maioria desses entrevistados começou a trabalhar em idade de 10 a 17 anos, ou seja, em idade escolar básica.

trabalho em geral. São razões relacionadas ou não a esta e podem ser diferenciadas em quatro grupos, conforme estejam relacionadas a :

- a) falta de recursos para sustento básico da unidade familiar;
- b) ser um trabalho "habitual" na família;
- c) buscar uma alternativa financeira, *vis a vis* à familiar(e/ou busca de uma profissão);
- d) um conhecimento prévio ou gosto por uma dada atividade.

Via de regra (mais de dois terços) os entrevistados mencionaram mais de uma razão do mesmo grupo de motivo ou de mais de um grupo. Só um quarto mencionou uma única razão para o seu ingresso no mercado de trabalho.

Os motivos mais mencionados pelos entrevistados para ingresso no mercado de trabalho em geral são os relacionados a terem uma alternativa financeira *vis a vis* ao que obtinham da família e/ou a busca de uma profissão (mencionados por catorze entrevistados). Há ainda os motivos relacionados à falta de recursos para sustento básico da própria unidade familiar (mencionados por treze entrevistados). Os motivos mais freqüentes referiam-se a uma busca de alternativa, não somente à condição de pobreza, mas também de uma alternativa para ter "independência" financeira da família. E, ao lado disso, aparece com relevância a busca por exercer um trabalho que fosse também uma "profissão".

Se, por um lado, a vida de pobre obriga a trabalhar, por outro, é uma questão de que, ficar na condição em que estava, "é andar para trás... Se você está na miséria ... você tem que sair... buscar alternativas porque se ficar, não tem saída !". É uma questão não só de obrigação de trabalhar mas de, através do trabalho, buscar alternativa a uma situação ruim ou inaceitável para o entrevistado. Para outros, ir trabalhar proporcionaria uma independência financeira da família, ou um futuro profissional diferente daquele que a família poderia oferecer.

O ingresso no mercado de trabalho está em geral, para a maioria dos entrevistados, relacionado à ida para uma condição social melhor do que a situação anterior lhe oferecia, seja quanto à condição financeira seja quanto à profissionalização.

2.2. Alguns Dados Gerais dos Trabalhadores Enquanto Informais

Vistos esses dados sobre o ingresso no mercado de trabalho em geral, trataremos neste item de alguns dados do trabalho informal, quanto ao aprendizado da atividade que exercem no trabalho informal atual, outros relacionados ao exercício anterior de trabalho informal (num período não consecutivo ao atual) e a relação do trabalho atual com a vinda para o município. Conforme já esclarecido na introdução a este capítulo, são dados complementares à análise do capítulo 3. Incluem:

- . qual a profissão no trabalho informal atual;
- . através de que formas (cursos, etc.) aprendeu ou aperfeiçoou o trabalho informal atual;
- . há quanto tempo exerce o trabalho informal atual;
- . se anteriormente trabalhou concomitantemente num trabalho formal e num trabalho informal;
- . há quanto tempo trabalha concomitantemente num trabalho formal e num informal ⁷;

⁷ Pergunta dirigida para os do grupo A - trabalham paralelamente num trabalho informal e num formal.

- . se há, e qual, relação entre a vinda para o município onde reside e o ingresso no trabalho informal atual;
- . se já exerceu o trabalho informal antes (em outro período não consecutivo ao atual);
- . se no trabalho informal anterior exerceu a mesma atividade de trabalho ou outra.

Primeiramente veremos qual foi a última atividade de trabalho exercida pelo entrevistado no trabalho formal, qual a sua profissão principal ⁸ e qual profissão exerce no trabalho atual (informal) ⁹. Consideramos como profissão principal a que exerceu por mais tempo ao longo de seu histórico ocupacional.

Todos os entrevistados eram assalariados no seu último emprego (trabalho formal), em diferentes funções e com diferentes níveis salariais ¹⁰.

As profissões no trabalho informal são diversificadas, heterogêneas quanto ao tipo de trabalho que fazem. Há alguns entrevistados que exercem ao mesmo tempo mais de uma atividade na mesma área (p. ex.: costureiro e professor de costura; instrumentista e professor de música) ou em áreas diferentes (p. ex.: bici-

⁸ Para definir a profissão principal consideramos que não era adequado utilizar como parâmetro o curso ou formação escolar regular. Como vimos, a maioria dos entrevistados não cursou mais do que o 11o. grau e não fez cursos profissionalizantes. Mesmo se considerarmos a informação de cursos extra-curriculares que tenham feito, não parece haver no grupo entrevistado relação direta entre preparação escolar (nível, tipo de curso feito) e a profissão no mercado de trabalho. A profissão parece estar muito mais associada a outras circunstâncias e/ou à prática no mercado de trabalho. A partir disso é que decidimos considerar como principal a profissão que exerceram por mais tempo. A respeito da relação entre educação e mercado de trabalho, veja-se, por exemplo, GAMUS, Esther, "Reflexiones sobre las Nuevas Relaciones entre Educación y Mercado de Trabajo", XIX Congresso da ALAS, Caracas, Venezuela, junho 1993, mimeo.

⁹ Sempre que nos referirmos ao trabalho atual será ao trabalho que exercem de maneira informal. Portanto, no caso do entrevistado que exerce dois trabalhos "paralelos"- um formal e outro informal - estaremos nos referindo ao trabalho informal como o trabalho atual. No caso do entrevistado que exerce mais de um trabalho informal, estaremos nos referindo àquele pelo qual o contactamos para a entrevista. Há entrevistados que já exerceram a atividade que exercem hoje no trabalho informal só como atividade, ou seja, sem receber remuneração - e, em alguns casos, a exerceram por mais tempo do que sua profissão principal no mercado de trabalho. Nesse caso consideramos como profissão principal só a atividade exercida sob remuneração por mais tempo, ainda que tenha vindo a trabalhar com a outra atividade depois.

¹⁰ Excetuam-se aqui os do grupo C - que nunca trabalharam formalmente. Os que têm concomitantemente um trabalho informal e um trabalho formal, são assalariados no trabalho formal.

cleiteiro e pintor de parede; eletricista e pedreiro; musicista e agrônomo). Consideramos a(s) profissão(ões) que exerciam no trabalho informal à época da entrevista e encontramos vinte e oito profissões diferentes entre as vinte e cinco entrevistas utilizadas na análise.

Utilizamos os três conjuntos de dados (atividade de trabalho formal; profissão principal; atividade no trabalho informal) de forma comparativa, para ver se havia alguma relação entre a atividade que exercem hoje de maneira informal e outras atividades de trabalho exercidas ao longo de seu histórico ocupacional.

Comparando a profissão no último emprego (trabalho formal) com a profissão principal, vemos que para a grande maioria dos entrevistados (dois terços) a última profissão exercida no trabalho formal é a mesma que exerceram por mais tempo na sua vida profissional, ou seja, a profissão do trabalho formal é sua profissão principal. Para estes há uma equivalência entre profissão principal e a que exerceram no trabalho formal.

Quando comparamos a profissão exercida atualmente no trabalho informal e a do último emprego (trabalho formal), a grande maioria dos entrevistados (mais de dois terços) tem no trabalho informal uma profissão diferente da profissão principal. Ou seja, a profissão exercida informalmente é diferente da profissão no trabalho formal e, conseqüentemente, da profissão principal do seu histórico ocupacional. Ao deixarem o trabalho formal - ou ao exercerem um trabalho paralelo ao formal - deixaram também o exercício de um dado tipo de atividade ocupacional.

Do ponto de vista do histórico ocupacional, há uma descontinuidade, em alguns casos uma ruptura, entre a profissão do último trabalho formal (ou concomitante) e a profissão informal atual. Por exemplo: de jogador de futebol para artista plástico; de gerente de vendas numa empresa multinacional para musicista e/ou técnico agrícola; de pescador para marceneiro; de telegrafista para fotógrafo;

de gerente de vendas para terapeuta massagista; de balconista para lavadeiro; de técnico administrativo no setor público para músico; de administrador em um órgão público para costureiro; de professor secundarista para músico; de coordenador de creche para esteticista; de professor primário para costureiro; de professor primário para artista plástico; de motorista para serralheiro; de garçom para pintor de parede; de auxiliar de limpeza para cabeleireiro; de porteiro de edifício para vendedor de alimentos.

Em outros casos (que são a minoria dos entrevistados), há uma continuidade entre a atividade de trabalho que exerciam como assalariado (ou que ainda exercem) e a que exercem no trabalho informal, sendo geralmente atividades da mesma área. Assim, como assalariado, um deles exercia cargo de destaque na área administrativa e no trabalho informal presta serviços de apoio administrativo. Outro era um técnico programador numa empresa de computação e segue exercendo essa e outras atividades no trabalho informal. Do mesmo modo, um outro era pedreiro e passa a técnico de construção; ou era gerente de vendas no trabalho formal e no informal vende produtos de beleza; era balconista em uma confeitaria e passa a produtor de alimentos.

Portanto, o que prevalece é o fato de os entrevistados terem trabalhado formalmente (ou ainda trabalharem) em atividades completamente diferentes das que exercem informalmente. Nesse sentido, há uma ruptura frente ao trabalho formal. O que fica marcante no relato desses históricos ocupacionais é a passagem de uma profissão para outra, e não a passagem da condição de assalariamento para a de estar exercendo um trabalho por própria conta de maneira informal.

Além disso, essa modificação ou ruptura significa também que a profissão exercida informalmente é algo novo para os entrevistados ? Considerando-se o histórico ocupacional do entrevistado, a informalização seria um momento de ruptura com uma dada profissão ou, pelo contrário, é uma atividade que já conhe-

ciam e/ou exerciam paralelamente à profissão principal, e com o trabalho informal há um redirecionamento, uma escolha, relacionada à profissão ?

Em outros termos, a descontinuidade profissional está na passagem do último emprego (trabalho formal) para o trabalho informal, mas haveria essa descontinuidade ao considerar o conjunto do histórico ocupacional ?

O que observamos é que a atividade exercida no trabalho informal é uma atividade que já era praticada pelos entrevistados (não como um trabalho), ou de que já tinham algum conhecimento. Esse aspecto é praticamente comum ao conjunto dos entrevistados. E observamos que, ao se informalizarem, deram continuidade à prática ou conhecimento que já tinham de uma dada atividade.

Constatamos que praticamente todos os entrevistados já haviam exercido, em um período não consecutivo ao atual, a atividade que exercem no trabalho informal. Por exemplo: um técnico em computação, desde adolescente, já utilizava conhecimentos de computação e pesquisava esse assunto; um lavador de roupa aprendeu com a mãe, e sempre exerceu em família, a atividade de lavar roupa; um pedreiro realizava essa atividade, aprendida com o pai, na residência da família; um músico já conhecia música e tocava um instrumento musical (não profissionalmente) etc. Ou seja, já conheciam algo da área com a qual trabalham informalmente por interesse pessoal, ou por ser parte de um *hobby*, ou como decorrência de alguma situação familiar.

Vale destacar que há entrevistados (um terço) que exerceram, durante boa parte de sua vida ocupacional, duas profissões em áreas de trabalho diferentes. Por exemplo: telegrafista e fotógrafo, músico e professor secundarista, garçom e pintor de parede, agricultor e pedreiro, auxiliar de limpeza e cabeleireiro, funcionário público administrativo e músico, esteticista facial e professor secundarista. Em alguns desses casos eram trabalhos feitos "paralelamente", um como assalariado e o outro de maneira informal. E geralmente o trabalho informal tinha uma dinâmica

diferente (quanto ao número de horas dispendido, a época do ano em que era exercido, a constância), que tornava viável o exercício de dois trabalhos diferentes, de maneiras diferentes.

Em conclusão, o trabalho informal que fazem atualmente é a continuidade de uma atividade (em alguns casos, de um trabalho) já praticado anteriormente. Se há uma descontinuidade entre a profissão do último trabalho formal, a profissão principal, frente à que exercem no trabalho atual, isso não significa que a atividade em si seja algo novo ¹¹.

Vistas essas diferenças e continuidades quanto à profissão, trabalho formal e informal, os dados seguintes nos indicam se o exercício informal do trabalho é algo novo em seus históricos ocupacionais. O vir a trabalhar por conta própria significou uma experiência de trabalho nova para os entrevistados, visto que a experiência de assalariamento é comum ao grupo pesquisado ¹² ?

Além disso, se compararmos os períodos diferentes em que os entrevistados trabalharam como conta própria informal, permaneceria a característica apontada anteriormente, de descontinuidade profissional (entre profissão no trabalho formal, a principal, e a no trabalho informal)?

Considerando essas últimas questões, temos que dois terços dos entrevistados já trabalharam de maneira informal anteriormente, e comparando os dois períodos distintos de trabalho informal, quanto à profissão que exerciam em ambos, destacam-se três situações :

- (a) trabalharam na mesma atividade ou atividade correlata à atual ;
- (b) trabalharam em atividades diferentes ;
- (c) trabalharam tanto na mesma atividade quanto em atividade diferente.

¹¹ Como veremos no capítulo 3, este dado referente à profissão tem relação com as razões de ingresso no trabalho informal.

¹² Exceto os do grupo c - que nunca trabalharam formalmente.

O que observamos é que a maioria de entrevistados já tinha trabalhado informalmente com a mesma atividade (ou correlata) com que trabalham hoje, o que indica que entre suas experiências de trabalho informal houve uma continuidade ocupacional e não uma ruptura - que é o que ocorria quando comparamos a profissão no trabalho formal com a no informal.

De outra parte, a condição de trabalho por conta própria não é uma experiência nova no histórico ocupacional dos entrevistados. Há uma retomada de uma experiência ocupacional por conta própria e geralmente na mesma profissão. Ou seja, ao ingressarem no trabalho informal, estes entrevistados, que têm majoritariamente uma experiência no trabalho formal, não estão ingressando numa modalidade de trabalho que seja nova para eles. Em outros termos, não parece que ao ingressarem no trabalho informal, o objetivo era romper, ou deixar o trabalho formal (ou assalariado); antes, o ingresso no trabalho atual significa uma retomada de uma experiência de trabalho já vivida. Reforça esse dado o fato de que só uma pequena parte deles refuta a possibilidade de trabalhar (ou voltar a trabalhar) formalmente ¹³.

Quanto aos cursos ou outras formas de aprendizado do trabalho atual, a resposta mais frequente entre os entrevistados (mais de dois terços deles) foi que aprenderam por si mesmos, ou seja, tiveram um aprendizado autodidata. Mas esse é um dado que deve ser relativizado, porque sempre foi mencionado (exceto por um dos entrevistados) junto com outras formas de aprendizado. O aprendizado foi apoiado por outras formas de conhecimento, tais como: um curso de curta duração, algumas aulas particulares com outros profissionais.

¹³ No capítulo 3 analisaremos mais detalhadamente como e por que os entrevistados começaram a exercer um trabalho informal, e as razões por que permanecerão ou não nesse trabalho.

A segunda associação mais freqüente com o aprendizado autodidata é através de recursos proporcionados pela família (acesso a um equipamento) ou então algum familiar que lhe ensinou a atividade que hoje exerce profissionalmente.

Além dessas formas de conhecimento da profissão atual, foram citadas com menor frequência - e todas com igual peso - o aprendizado "com outros profissionais" ou o que recebeu junto com o trabalho que realizava formalmente. Porém, o conhecimento adquirido no trabalho formal não teve uma importância significativa para o conhecimento específico da atividade que exercem hoje no trabalho informal. Isso vai ao encontro do dado que vimos anteriormente, de que não há uma seqüência ou continuidade entre a profissão exercida (antes ou atualmente) no trabalho formal e a que exercem no trabalho informal.

Quanto à relação entre o trabalho atual e a vinda para o município, consideramos os seguintes dados: se já trabalharam informalmente em um outro período e se já residiam no município à época; tempo de residência no município; o que motivou a vinda para o município e tempo de início do trabalho informal após a chegada.

Grande parte dos entrevistados (mais de dois terços) já trabalhou informalmente em um outro período, não consecutivo ao atual. Considerando-se todos os períodos em que já trabalharam informalmente (o atual e os anteriores) e a vinda para o município, a maior freqüência está entre os entrevistados que exerceram trabalhos informalmente antes da vinda para o município (cerca da metade dos entrevistados). Os demais (menos de um terço) ingressaram no trabalho informal quando já residiam no município.

Uma outra comparação é quanto aos dados sobre quando iniciaram o trabalho informal atual, agregados em períodos de tempo, e comparados ao tempo de residência no município. Há nesta comparação concentrações em três períodos de tempo de residência. Uma, é a dos que iniciaram o trabalho informal atual no ano

em que chegaram ao município, ou 1 a 2 anos após (é o caso de sete entrevistados). Outra concentração entre início do trabalho atual e tempo de residência é a dos que o iniciaram após residirem 6 ou mais anos no município (oito entrevistados). A situação mais freqüente é a dos que iniciaram o trabalho atual num período posterior ao de instalação (estabelecer residência e trabalho) no município.

Esses dados indicam, portanto, que é mais frequente entre os entrevistados o ingresso no trabalho informal antes da vinda para o município e, quando esse ingresso ocorreu após a vinda para o município, foi depois do período de instalação, e não quando da chegada. Não parece predominar uma relação entre esta vinda e o início do trabalho informal, ou seja, a vinda para o município não parece ser um fator determinante para o ingresso no trabalho informal para a maior parte dos entrevistados ¹⁴.

Complementando esses dados, consideramos o período entre a saída do último emprego e o ingresso no trabalho informal atual, para ver quais tentativas de busca de emprego foram feitas pelos entrevistados neste período, e se as fizeram. E, principalmente, para saber se há relação entre essas tentativas de busca de

¹⁴ Nas razões que motivaram a vinda para o município há uma concentração e predomínio de motivos relacionados à família (dez entrevistados). Por exemplo, um veio para o município para estar próximo a familiares que moram ali ou acompanhar familiares que vieram trabalhar nessa cidade, ou ainda para cuidar da saúde de familiar residente. O segundo tipo de razões mais freqüentes são as relacionadas a trabalho (seis entrevistados). Assim, um veio para tentar uma "promessa" de trabalho formal, ou acompanhando a empresa onde já trabalhava antes ou, então, já veio com a intenção de voltar a fazer aqui um trabalho que fazia antes ou para buscar "um ganho melhor". As demais razões apresentadas estão relacionadas, seja à tentativa de sair de uma situação social anterior (de "miséria" ou de possibilidades de conhecimento limitadas onde residia), ou às características naturais e urbanas da cidade ("fomos atraídos pela beleza do lugar") ou por considerar que no município poderiam compatibilizar um dado estilo de vida com o acesso dos filhos à escola. Quase um terço dos entrevistados mencionam mais de uma razão para terem vindo residir no município e em combinações variadas quanto ao tipo de razão. Este dado reafirma que não há uma relação causal direta entre vinda para o município e ingresso no trabalho informal. Embora em alguns casos haja esta relação, ela não é uma situação predominante no grupo entrevistado. Especialmente considerando-se que a grande maioria dos entrevistados (dezoito deles) veio de - e nasceu em - outros municípios, esta não-relação tem um peso significativo no grupo, pois a maioria dos entrevistados são migrantes.

emprego (trabalho formal) e o ingresso no trabalho informal - se acaso seria este ingresso resultado de tentativas de emprego mal sucedidas.

Quanto à situação neste período, entre a saída do último emprego e o trabalho informal atual, os entrevistados podem ser agrupados entre:

- (a) terem buscado um emprego e não terem conseguido encontrar ou não terem aceito o que o mercado lhes oferecia, ingressando a seguir no trabalho informal. Para estes entrevistados, não há praticamente um lapso de tempo entre a saída do trabalho formal e o ingresso no trabalho informal;
- (b) não terem buscado um emprego. Nesse caso, antes do atual trabalho, foram cuidar de familiares ou de assuntos pessoais ou se aposentaram, e há um hiato de tempo entre aqueles dois momentos;
- (c) não terem buscado um emprego. Iniciaram logo em seguida à saída do trabalho formal o trabalho informal atual.

Além desses, há aqueles cujo histórico ocupacional não se aplica à questão - que são os que trabalhavam concomitantemente num trabalho formal e num trabalho informal na época da entrevista - e os que não forneceram a informação ou não responderam.

O que observamos é que no grupo entrevistado a situação de histórico ocupacional que prevalece é aquela em que não houve um hiato de tempo entre aqueles dois trabalhos. Ou seja, ao deixar o trabalho assalariado deram continuidade ao trabalho informal que já vinham fazendo (ou planejavam fazer) paralelamente. Ou, então, imediatamente montaram um negócio próprio. Nesse tipo de situação, o entrevistado, enquanto trabalhava como assalariado, já vinha se preparando, com recursos financeiros e outros, para exercer um trabalho por própria conta.

Uma outra situação - que ocorreu para a minoria dos entrevistados - é a dos que não buscaram um outro emprego. Antes de iniciarem o trabalho informal atual

passaram um período cuidando de assuntos pessoais ou familiares e só então voltaram a trabalhar. Em alguns desses casos, retomam no trabalho informal uma atividade de trabalho que já tinham exercido informalmente, em um outro período, antes do último emprego ¹⁵.

Surpreendeu o número pouco expressivo de entrevistados que iniciaram o trabalho atual por terem feito tentativas mal sucedidas de busca de emprego. Se fosse essa a situação predominante, poderia levar à interpretação de que o ingresso no trabalho informal seria resultado de uma oferta insuficiente ou inadequada (ao entrevistado) de postos de trabalho no mercado. Mas isso não é o que prevalece no grupo entrevistado, posto que essa é a situação de histórico profissional de apenas uma minoria no grupo.

Os dados parecem indicar que, neste deslocamento no mercado de trabalho, os fatores predominantes do deslocamento estão relacionados a outros fatores que não a "expulsão" do mercado de trabalho formal (falta de postos de emprego ou por encontrarem empregos de difícil aceitação quanto a salário e tipo de atribuição). Não nos parece haver, no grupo entrevistado, um deslocamento decorrente, direta e unilateralmente, de fatores restritos ao funcionamento do mercado ou a situações conjunturais deste mercado - o que as questões do capítulo 3 confirmam, como veremos.

Finalmente, quanto a dados mais específicos do histórico ocupacional sobre o trabalho informal, temos: o tempo em que o entrevistado trabalha no infor-

¹⁵ Os que estão nesse último tipo de situação geralmente são mulheres casadas e o cônjuge exercia então um trabalho remunerado que sustentava as despesas familiares. Vale citar que essas mulheres foram trabalhar informalmente por razões variadas, e que outras mulheres entrevistadas se enquadram na primeira situação (não terem aceito salário ou condições de trabalho oferecidos no formal). Portanto, não é uma alternativa de resposta específica das mulheres entrevistadas. Destacamos esse fato para esclarecer melhor o contexto de seus históricos profissionais, mas foge aos propósitos deste trabalho uma análise específica do trabalho informal feminino. Esse é um, entre outros temas, que pode, merecer pesquisas específicas por parte de outros autores.

mal atual; a principal fonte de renda do entrevistado; o número de horas de trabalho informal e o montante de renda auferida neste trabalho.

Quanto ao número de anos de trabalho no informal atual, há desde os que trabalham há menos de um ano até os que trabalham há mais de vinte anos e não há uma frequência predominante de respostas em nenhuma das faixas de tempo.

Considerando esse dado, agregado por faixas de tempo, temos duas faixas que são igualmente predominantes: a dos que trabalham de 3 a 5 anos e a de 6 a 10 anos (cada uma com sete entrevistados). A seguir, pela ordem de predominância, temos: os entrevistados que estão trabalhando no informal atual de 01 a 02 anos (quatro deles); os que estão de 11 a 15 anos (três entrevistados); e os que estão há menos de 01 ano ou estão há mais de 20 anos (há dois entrevistados em cada uma dessas últimas faixas) ¹⁶.

Os que trabalham concomitantemente num trabalho formal e num informal (grupo A) têm 02 anos ou menos no atual trabalho informal ¹⁷. Os entrevistados do grupo B acompanham, nas demais faixas de tempo, a mesma proporção do conjunto dos entrevistados ¹⁸. E os três entrevistados do grupo C estão, um deles há 3, outro há 6 e o terceiro há 23 anos no trabalho atual.

Para o dado "Principal Fonte de Renda (familiar ou pessoal)" utilizamos informações contidas em mais de uma pergunta - a maior parte do Bloco Temático "Características Gerais da Atividade Produtiva" - que trata das características do empreendimento de trabalho informal que os entrevistados exercem. Agregamos as informações de modo a obter três conjuntos básicos de informação: (1) o destino do ganho do trabalho informal (se é para sustento próprio ou familiar); (2) origem da principal renda familiar ou pessoal (no caso de não viver com ou depender de

¹⁶ O número de anos de trabalho no informal inclui somente o período atual e não períodos anteriores, não consecutivos ao atual, em que os entrevistados também trabalharam informalmente.

¹⁷ Todos esses já tiveram, em um outro período, a mesma experiência de trabalho "paralelo".

¹⁸ O que é esperado, já que correspondem à maior parcela do grupo entrevistado.

familiares); (3) natureza do trabalho do cônjuge. Esses dados são particularmente relevantes para a pesquisa, na análise da permanência ou não do entrevistado no trabalho informal, o que será tratado no capítulo 3.

Quanto à renda auferida no trabalho atual, considerando-se faixas de renda equivalentes a números de salários mínimos (s.m.), temos uma variedade de faixas de renda que vai desde 1 a 3 s.m. até 35 s.m. entre os entrevistados - sendo que declaram a renda líquida, já descontada a despesa de manutenção do trabalho, ou seja, declaram a parcela da renda que têm disponível para despesas pessoais e/ou familiares. Temos três blocos de faixas de renda que são mais freqüentes, a saber: de 1 a 3 s.m. (sete entrevistados); de 3 a 5 s.m. (sete entrevistados) e de 5 a 10 s.m. (seis entrevistados). Além desses, temos dois entrevistados que ganham de 11 a 15 s.m. e dois que ganham mais de 30 s.m.¹⁹. Portanto, no grupo entrevistado a renda auferida no trabalho informal é variada e com maior concentração nas faixas até 10 s.m.. E, conforme outros dados que veremos no item "Avaliação do Deslocamento no Mercado de Trabalho", no capítulo 3, os entrevistados mencionam uma certa imprevisibilidade quanto ao montante de renda auferido, comparativamente à condição de assalariamento.

Para a quase totalidade dos entrevistados (vinte e um deles) a renda auferida no trabalho informal é para o sustento da família. Para a maioria dos entrevistados a principal renda familiar, ou pessoal, provém do trabalho informal (quinze deles). Em menor medida, resulta do trabalho formal (cinco entrevistados). E há ainda três entrevistados cuja renda auferida no trabalho informal equivale ao que o cônjuge recebe no formal, um outro entrevistado tem outra fonte de renda como a principal e outro não respondeu.

Quanto ao trabalho do cônjuge, predominam três características: o cônjuge trabalhar formalmente ou obter renda formal (por exemplo, aluguéis,

¹⁹ E não há resposta para um entrevistado.

aposentadoria - sete entrevistados); ou o cônjuge trabalhar no informal junto com o entrevistado (cinco entrevistados); o cônjuge não exerce atividades de trabalho (cinco entrevistados) ²⁰. Para os demais: o cônjuge trabalha em outro trabalho informal (três casos); são solteiros ou moram com familiares ou sozinhos (quatro entrevistados); não há resposta para um caso. Estas situações de trabalho do cônjuge em alguns casos são complementares (por exemplo, recebem renda ou trabalham formalmente e também trabalham no informal junto com o entrevistado).

Quanto aos dependentes, não temos resposta sobre o seu trabalho em um terço das entrevistas. De qualquer modo, verificamos que catorze entrevistados têm pelo menos um filho que não exerce atividade remunerada e que há cinco entrevistados que são ajudados por filho(s) - eventual ou constantemente - no empreendimento de trabalho informal ²¹.

Temos, como situação predominante (dezessete entrevistados), que a principal fonte de renda familiar, ou pessoal (no caso de morar sozinho e/ou ser solteiro e/ou não ter dependentes) é o empreendimento de trabalho informal. Para os demais entrevistados: em seis casos, a principal fonte de renda familiar é a do trabalho informal, seja trabalho seu (quatro entrevistados) ou do cônjuge (dois casos); e em dois casos são similares a renda que o entrevistado aufera no informal e a que o cônjuge recebe no formal ²².

²⁰ Consideramos aqui o trabalho não remunerado de dona-de-casa como não-trabalho, embora isso nos pareça discutível.

²¹ Quanto ao trabalho dos dependentes não há, no grupo entrevistado, uma situação familiar em que os mesmos sejam arrimo de família. Cabe citar que há dois entrevistados solteiros que moram com os pais e têm a renda do trabalho informal principalmente para sustento próprio, não tendo a co-responsabilidade de sustento dos pais e outros familiares. Assim também é o caso de outro entrevistado, não solteiro, que mora com um irmão já casado. Não temos informações completas de todos os dependentes do entrevistado, já que os dados dos familiares não foram detalhados em campo, pelas razões já expostas.

²² Uma outra característica do empreendimento de trabalho informal no grupo entrevistado é que quase a totalidade dos entrevistados (vinte e um deles) trabalha tendo a ajuda de um familiar ou outro ajudante. Essa ajuda é em alguns casos eventual e em outros constante e varia o tipo de participação do ajudante no trabalho (se na atividade principal ou auxiliar).

Quanto ao número de horas trabalhadas no informal, os trabalhadores entrevistados, em sua maioria, trabalham mais de oito horas por dia. Assim, por exemplo, mencionam que trabalham "das 7 às 23 horas, no mínimo. Às vezes um pouco mais...depende". O que mais os caracteriza, quanto à jornada de trabalho, é esse "depende", ou seja, uma instabilidade e uma variedade quanto ao número de horas/dia trabalhadas. Por vezes, há uma concentração de trabalho em um período do dia ou época do ano, e há uma ausência (ou forte diminuição) em outras horas ou épocas, o que é decorrente de uma flexibilidade para poder administrar seu trabalho, o tempo nele utilizado, definir-lhe as prioridades e a forma de executá-lo.

Se, por um lado, isso pode ser visto como uma vantagem, por outro pode significar um envolvimento grande com o trabalho, com um possível desgaste físico ²³, fato que alguns expressam claramente, dizendo que não separam os horários (de almoço e de trabalho). Assim, diz um entrevistado: "Às vezes não paro para almoçar ...dependendo do serviço trabalho até final de semana..." porque quando se está "envolvido" com um trabalho (ou pelo compromisso com clientes) prefere-se terminá-lo e só depois se alimentar e/ou ter horas de descanso. É um desgaste físico de que o entrevistado está ciente: "mas eu sei que preciso cuidar com isso... teve uma época em que fiquei muito esgotado".

O que caracteriza o grupo entrevistado quanto ao número de horas trabalhadas é que prevalece a média de 9 a 11 horas de trabalho/dia. Além disso, caracteriza-os também a variabilidade - na quantidade de horas, dias de semana e períodos de trabalho - que "depende" do volume de serviço, da vontade de se dedicar mais a um dado tipo de tarefa ou serviço que à outra, do andamento que esses trabalhadores imprimem ao trabalho.

²³ Aspectos que aparecem nas entrevistas e que são vistos no capítulo 3, na análise das razões de ingresso no trabalho informal e na avaliação do deslocamento dos entrevistados no mercado de trabalho.

Estes dados gerais sobre os entrevistados fornecem, portanto, indicações úteis e complementares às informações centrais levantadas por esta pesquisa, acerca de sua trajetória ocupacioal. Estas últimas informações, sobre o tema central desta pesquisa, serão analisadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

PROCESSO DE DESLOCAMENTO NO MERCADO DE TRABALHO

3.1. Razões de Ingresso no Trabalho Informal

Introdução

No capítulo 2 vimos alguns dados gerais do histórico ocupacional dos entrevistados. Foram dados sobre aspectos pontuais desse histórico, alguns relacionados ao trabalho informal. Neste capítulo, no item 3.1, trataremos das informações do histórico ocupacional relacionadas ao ingresso no trabalho informal e no item 3.2, das informações relacionadas à avaliação e permanência ou não no atual trabalho informal. Assim, veremos as razões pelas quais os trabalhadores entrevistados vieram a trabalhar informalmente, por que o fizeram e,

depois, como avaliam essa experiência ocupacional, identificando qual o sentido desse deslocamento no mercado de um trabalho formal para um trabalho informal.

Este capítulo terá a seguinte sequência expositiva: primeiramente, exporemos os dados que embasam nossas considerações a respeito do sentido que tem este ingresso no trabalho informal para os entrevistados e, em seguida, refletiremos sobre os dados tendo como referencial a concepção de ação de escolha dos indivíduos - no caso, no mercado de trabalho - como uma ação de escolha racional, conforme propõe Jon Elster, concepção a que já nos referimos no subitem 1.2.3, do capítulo 1, e que retomaremos neste capítulo. Faremos uma leitura crítica da noção de racionalidade da ação nesta concepção de escolha, utilizando as noções de John Rawls (1993) acerca da racionalidade e razoabilidade dos indivíduos.

A partir da revisão da literatura sobre "setor informal", vista no capítulo 1, nossa análise dos dados, conforme já mencionado ¹, pressupõe que o processo de deslocamento da produção formal no mercado (ou da "criação" de espaços econômicos intersticiais) é relevante para entender-se a origem da produção informal, mas que é insuficiente para entender-se a complexidade das ações dos indivíduos no mercado de trabalho. Pressupomos também que o ingresso no trabalho informal não é um momento circunstancial e provisório na inserção dos entrevistados no mercado de trabalho. Conforme já referido no capítulo 1, quando este momento de inserção é visto como circunstancial e provisório, pressupõe-se que o trabalho informal daria lugar paulatinamente ao assalariamento, já que esta seria a condição melhor (mais "moderna") de trabalho para o trabalhador - visão que, como vimos, não apreende a complexidade das ações e modificações que se processam no mercado de trabalho. Entende-se aqui que os indivíduos, em suas ações de escolha no mercado, interagem com as situações e as limitações

¹ Vide capítulo 1, especialmente itens 1.2. e 1.3..

decorrentes das características, das modificações e deslocamentos da produção, ou seja, em suas ações interagem com as características e condicionantes do mercado.

Como veremos, na trajetória ocupacional dos trabalhadores entrevistados, o ingresso num trabalho informal não significa algo provisório, ou uma simples resposta a uma situação econômica específica, mas tem um sentido mais amplo em sua trajetórias ocupacionais, respondendo a uma busca constante por exercer um trabalho que atenda melhor às normas pessoais de conduta na vida de trabalho, busca que não inicia e nem finaliza no trabalho informal.

Convém reafirmar, como já ressaltamos no capítulo 2, que não temos a pretensão de que os dados e as conclusões aqui apontados sejam generalizáveis ao universo dos que trabalham informalmente, pois constituem muito mais uma ilustração de uma possibilidade de abordagem ao tema.

O ingresso dos entrevistados no trabalho informal é visto através das seguintes questões :

1. quando começou o trabalho atual;
2. já tinha trabalhado informalmente em um outro período não consecutivo ao atual;
3. o trabalho atual e a vinda para o município;
4. a situação no mercado de trabalho no período após a saída do último emprego;
5. por que exerce uma dada atividade no trabalho informal atual e não uma outra atividade.

Os dados das quatro primeiras questões são aqui referidos e já foram analisados no capítulo 2. A quinta questão e as relacionadas abaixo tratam das razões, dos porquês do ingresso no trabalho informal. Assim temos :

- . as razões pelas quais saiu do último emprego no trabalho formal;
- . por que começou o trabalho atual ao invés de empregar-se (formalmente);
- . por que começou o trabalho atual.

No item 2.2 do capítulo 2, tratamos de como os entrevistados aprenderam a atividade com que trabalham informalmente e desde quando exercem o trabalho informal atual. Entre outros dados vimos que a quase totalidade dos entrevistados já foi assalariada, ou ainda o é. Esse é o caso dos do grupo A (que trabalham "paralelamente" num trabalho informal e num formal). Apenas não têm experiência de trabalho formal os três do grupo C (que sempre trabalharam informalmente).

Nos dados expostos no capítulo 2, pudemos constatar que a experiência de trabalhar paralelamente num trabalho formal e num informal é freqüente entre os entrevistados. Vimos que a experiência de trabalho informal em um outro período, não consecutivo ao atual, é também uma experiência comum à maioria deles, ou seja, já trabalharam informalmente, em um outro período, concomitantemente ou não a um trabalho formal. Vimos que os dados do capítulo 2 sugerem que houve uma ruptura entre profissão do trabalho formal (que geralmente coincide com a profissão principal ²) e profissão que exercem no trabalho informal; mas também que o trabalho atual retoma tanto uma experiência anterior de trabalhar numa dada profissão (para a maioria deles), como a de trabalhar de modo informal. Os dados analisados no capítulo 2 indicaram também que no grupo entrevistado não houve um deslocamento no mercado de trabalho, para um trabalho informal, que tenha sido decorrente, direta e unilateralmente, de fatores restritos ao funcionamento do mercado ou a situações conjunturais deste mercado; dados que nos sugeriram que aquele deslocamento estaria relacionado a outros fatores que não a "expulsão" do mercado formal de trabalho.

Aqui, no capítulo 3, incorporamos esses dados (do **como** e **quando**) à análise dos **porquês**, das razões que os levaram a ingressar no trabalho informal.

² Conforme já visto no capítulo 2, foi considerada como profissão principal a que exerceram por mais tempo em seu histórico ocupacional.

O trabalhador, tipo de atividade exercida e condição informal de trabalho

A primeira questão a ser vista neste item - Razões de Ingresso no Trabalho Informal - refere-se à atividade com que trabalham atualmente. Pareceu-nos interessante verificar se para o ingresso no atual trabalho pesava (e qual o peso) o fato de o entrevistado conhecer uma dada atividade e ver nisso uma alternativa de trabalhar por conta própria ³.

Entre as questões que, direta ou indiretamente, se associavam a essa preocupação, uma foi o porquê de exercer no trabalho informal a atual atividade de trabalho e não uma outra atividade. Essa é uma entre outras questões que tratam do ingresso no trabalho informal e foi inicialmente pensada como uma questão secundária neste estudo. Porém, na análise dos dados, essa pergunta ganhou mais importância pela frequência com que aparecia entre os entrevistados a distinção entre "ter um trabalho" e "ter uma profissão".

Os entrevistados que nunca trabalharam formalmente (grupo C) tomam a decisão de trabalhar com uma dada atividade e não com outra, porque já tinham um conhecimento prévio da atividade e/ou já haviam trabalhado na área. Um, que já tinha trabalhado informalmente com a atual atividade e também com outra, comparou essas duas experiências e concluiu que na atual atividade profissional ganharia mais, e que essa lhe daria mais possibilidades econômicas futuras de desenvolvimento do empreendimento de trabalho. Outros, deste grupo, conheciam e sempre faziam dado produto ou serviço em família e sempre "gostaram de fazer".

³ Essa idéia nos surgiu a partir de uma discussão com o professor Ralph Della Cava.

Quando vieram a trabalhar, não pensaram em outra alternativa de profissão, mas em seguir fazendo profissionalmente algo que já sabiam ou gostavam de executar.

Quanto aos que trabalham concomitantemente num trabalho formal e num informal (grupo A), como vimos anteriormente, já tinham uma experiência anterior de trabalho com a atividade que exercem no trabalho informal atual, e na mesma situação atual de ter trabalhos "paralelos". Decidem exercer uma dada atividade no trabalho informal por poderem compatibilizar tempo gasto, horário etc, do trabalho informal com o do formal. A decisão por trabalhar com esta dada atividade no informal tem por base a experiência anterior - em outro período, não consecutivo ao atual - de trabalho informal. A partir dessa experiência anterior, os entrevistados concluem que é possível exercer "paralelamente" dois trabalhos (um formal e outro informal), e ter com isso um ganho adicional, sem "sobrecarregar" mais ainda a carga de trabalho que têm na ocupação formal. Além disso, pesou na sua decisão de trabalhar informalmente com uma dada atividade, o fato de que é uma atividade que gostam de fazer. Um deles, que é professor de música no trabalho informal, e no trabalho formal, professor de outras disciplinas, menciona que a música é uma das coisas que mais aprecia na vida (embora também goste de ser professor) e que, inclusive, em alguns momentos mais "duros da vida" em que "até fome passou", o gosto pela música o ajudou a manter-se "em pé...para enfrentar a parada...não desistir".

Para os que atualmente têm só um trabalho informal e, em outro período, já exerceram um trabalho formal (grupo B), da mesma forma pesou na escolha da atividade com a qual iriam trabalhar informalmente a experiência prévia e/ou conhecimento nesta atividade, tendo-a exercido como trabalho ou não. Para a maioria dos entrevistados desse grupo, esse conhecimento ou experiência prévia de trabalho ocorreu porque aquela atividade era algo de que gostavam, em que se sentiam "realizados" profissionalmente, sentiam-se bem fazendo-o. Essa ênfase no

se sentir "realizado" profissionalmente só é uma exceção entre os que tinham sua realização profissional no trabalho formal anterior - que é o caso só de três entrevistados. Como veremos no item "Avaliação...", estes últimos manifestam que gostariam de voltar ao trabalho anterior e uma das razões fortes para isso é a preferência profissional. Mas mesmo nesses casos a escolha da atividade não é fortuita, é sempre relacionada à atividade que tinham interesse em conhecer melhor ou na qual já tinham uma experiência prévia - o que lhes indicava ser um trabalho possível para aquele dado momento.

Entre os entrevistados do grupo B encontramos, na escolha da atividade com que iriam trabalhar informalmente, a mesma linha de avaliação comparativa que vimos nos do grupo A. Há, junto à questão do que consideram seja sua profissão, uma avaliação das conveniências operacionais, práticas de um dado tipo de trabalho, que levam a modificações, a variações quanto à atividade de trabalho no próprio trabalho informal. Assim, um entrevistado que trabalhava informalmente como agrônomo em um outro município, e que conhece composição e instrumentos musicais, chega à conclusão de que na região onde trabalhava como agrônomo havia um mercado consumidor para uma especialidade da área de música. E passa a exercê-la e a ter duas profissões no trabalho informal. Esse entrevistado autodefine seu trabalho como algo que "carrega" consigo e "administra" conforme a "região onde mora", conforme "as possibilidades se apresentam", conforme as condições de mercado. Seu trabalho inclui várias especialidades na área de agronomia e de música, o que lhe permite essa variedade de "possibilidades", seja quanto à atividade de trabalho, seja quanto à "região" onde trabalha. Como diz : "meu trabalho me permite mobilidade... eu carrego meu trabalho comigo", conforme lhe convenha.

Outro entrevistado do grupo B, dentre suas várias experiências de trabalho por conta própria , em atividades diferentes, escolheu a atual, porque a exercendo

poderia estabelecer o local da produção na residência e com isso ter - comparativamente ao último trabalho informal - uma clientela constante e de mais fácil acesso.

Os dados indicam que, em todos os grupos-tipo (A,B, e C), essas escolhas por trabalhar com uma dada atividade no trabalho informal não são fortuitas, não são por acaso, não são uma atividade qualquer que possa resolver-lhes um problema emergencial (de perda de emprego, financeiro ou outro). Mas são resultado tanto de avaliações de experiências prévias de trabalho, quanto de gostos ou de vínculos pessoais com uma dada atividade. E, ao lado das preferências pessoais, há também avaliações de adequação entre o exercício profissional desta atividade e as condições mais favoráveis de produção e venda no mercado.

Em uma boa parte das entrevistas isso aparece de maneira mais forte. Assim, um entrevistado explica sua decisão pelo trabalho, dizendo: "pensei muito sobre isto...estou fazendo aquilo que eu desejava para mim. A marcenaria para mim é criação, desenho...que sempre gostei". Um outro, que é artista plástico, diz: "eu sempre desenhei e isso foi se desenvolvendo em mim", até que chegou a mudar definitivamente de profissão e deixou o trabalho formal. Nesse exemplo, ir trabalhar com pintura foi resultado de um processo crescente de aproximação com a atual profissão de pintor. Nas palavras de um outro entrevistado serralheiro, na sua experiência ocupacional e na formação escolar, "uma coisa foi puxando, levando a outra ...parece que a gente já tem aquele seguimento...que vai tudo indo para aquele mesmo rumo", sem um momento específico de ruptura entre profissões, fato que o dado mais isolado, aparente de mudança profissional do trabalho formal para o trabalho informal, não mostra. Afinal, as transições entre motorista e serralheiro, entre jogador de futebol e artista plástico, etc., se tomadas como informações isoladas, desvinculadas de outros dados qualitativos dos históricos ocupacionais, poderiam parecer rupturas e não "seguimentos". Se é que

há um rompimento, esse seria o de passarem a se considerar profissionais numa atividade específica de trabalho e não em outras. Esse é o principal *break*: passar a trabalhar numa profissão que ele - o entrevistado - valoriza e na qual se vê valorizado por outros. Como veremos a seguir, as razões apontadas para o ingresso no trabalho informal passam de algum modo por estarem trabalhando na sua profissão, com a atividade que gostam.

Como já vimos, é comum encontrarmos nos históricos ocupacionais dos entrevistados uma variedade de profissões que os exemplos acima expressam. O entrevistado que hoje é marceneiro já foi, entre outras coisas, "vendedor de picolé", pescador, e volta à marcenaria; o que é serralheiro já foi agricultor, bicicleteiro, carteiro, motorista etc. Nessa heterogeneidade de profissões, há aquele tal "seguimento" de "uma coisa" que "leva a outra", "seguimento" que é dado, no histórico ocupacional desses entrevistados, por um aprendizado constante da profissão que exercem hoje. Esse aprendizado foi ocorrendo paralelamente às várias profissões, ainda que seja por vezes mais concentrado numa fase do histórico profissional e não distribuído, de igual modo, por todo ele. Embora nem todos os entrevistados tenham exercido um leque tão variado de profissões, a idéia de um "seguimento", que é retomado ou constante, permanece válida para o conjunto do grupo entrevistado. Assim, há um "rompimento" com a profissão do trabalho formal, mas no conjunto do histórico ocupacional, houve um processo crescente de aproximação com uma dada profissão; o que é apreendido quando verificamos não só como e quando mas também porquê ocorreu a mudança profissional, na passagem do trabalho formal para o informal.

Esses e outros dados que veremos neste capítulo indicam que parece haver uma relação entre a opção profissional do entrevistado e o ingresso no trabalho informal; uma opção que envolve outros aspectos relacionados a uma concepção pessoal do que os entrevistados consideram seja adequado à sua vida de trabalho,

dentre os quais tem centralidade a profissão almejada. Os aspectos que respondem a essa concepção pessoal valorativa quanto ao trabalho são vistos na exposição de alguns dados deste capítulo, e são denominados de objetivos profissionais ⁴.

Razões de ingresso: classificação dos tipos de razões e esclarecimento metodológico

Vista a relação entre o conhecimento prévio de uma dada atividade e a profissão exercida no trabalho informal, as questões seguintes tratam mais detalhadamente das razões, dos porquês do ingresso no trabalho informal.

O deslocamento no mercado de trabalho, no grupo entrevistado, deu-se em mais de uma direção: para uns, no sentido de saída do trabalho formal para ingresso no trabalho informal; para outros, de uma situação de ter um só trabalho formal para a de ter um duplo trabalho, um formal e outro informal concomitantemente; e outros ainda de um tipo de atividade de trabalho para outra dentro do próprio trabalho informal.

Nas demais questões deste item "Razões de Ingresso no Trabalho Informal", as razões apresentadas por cada entrevistado foram classificadas conforme:

- (a) se relacionem a uma preferência pessoal quanto ao trabalho
(preferência quanto a fazer um dado tipo de trabalho ou quanto à maneira como o faz);
- (b) se relacionem a uma situação do mercado de trabalho que
(de)limita o que ele pode fazer e/ou querer quanto a seu trabalho;

⁴ No item 3.2.8 apresenta-se em forma mais detalhada estes objetivos profissionais à luz dos dados então já expostos.

(c) se relacionem a crenças pessoais, à família e/ou à outra situação que não diretamente a do trabalho.

Como vimos no capítulo 1, os trabalhos recentes sobre "setor informal" podem ser agregados em duas modalidades de abordagem quanto a suas análises do deslocamento no mercado de trabalho. Foi essa agregação que nos levou a adotar neste item (Razões de Ingresso) estas distinções entre as razões apresentadas pelos entrevistados. Algumas daquelas análises enfatizam as características do "setor informal" conforme seu movimento frente ao conjunto do mercado de trabalho - movimento que se opera acompanhando os movimentos da produção formal, de criação e recriação dos espaços econômicos intersticiais e de modo dependente do "setor formal" - ou mesmo conforme seu papel frente a situações da conjuntura socioeconômica (p.ex.: desemprego). Outras enfatizam as características pessoais dos que trabalham como informais e os motivos, as preferências pessoais pelas quais são informais (p.ex.: esta última literatura menciona como o trabalhador informal valoriza o fato de não ter patrão, ou destaca a sua capacidade pessoal de desenvolver um empreendimento econômico numa estrutura sócioeconômica que lhe é adversa).

Ao fazermos a análise dos dados, consideramos esses referenciais da literatura, procurando analisar como se apresentavam nas respostas dos entrevistados. Foi da adequação das respostas a esses referenciais que chegamos àquela classificação das razões ⁵.

⁵ Cabe esclarecer que, na análise das respostas dos entrevistados, tem-se como pressuposto que os seus depoimentos não são dados factuais (ou "coisas" no sentido durkheimiano), mas expressam uma pré-interpretação da sua trajetória pessoal que é parte de sua cultura e de suas orientações de conduta. Como sugere Giddens: "A sociologia, em contraste com a ciência natural, versa sobre um mundo pré-interpretado, em que a produção e reprodução dos marcos de sentido é condição essencial daquilo que ela busca analisar, a saber: a conduta social humana. Por essa razão, ocorre nas ciências sociais uma dupla hermenêutica". (Giddens, Anthony. (1976), *New Rules of Sociological Method*, Londres, p.158.) É no contexto dessa dupla hermenêutica, de interpretar os fatos em referência à sua interpretação pelos entrevistados, que faz sentido a abordagem "construtivista" rawlsiana: "A idéia de construir fatos soa incoerente. Em contraste, é bem clara a idéia de um procedimento construtivista, que apela a preceitos e princípios para identificar quais os fatos que contam como razões...Fora de uma concepção moral...fatos

Razões de saída do último trabalho formal

A grande maioria dos entrevistados apresenta não apenas **uma** razão para a saída do último emprego (trabalho formal), mas um conjunto delas. Há tanto razões da esfera pessoal do entrevistado - suas preferências, razões familiares - quanto razões relacionadas às condições (de)limitadoras do mercado de trabalho (p.ex.: desemprego, baixo salário etc.).

Destacamos uma razão que foi a mais decisiva para a saída daquele emprego, que chamamos de "razão central". As demais, também importantes para esse deslocamento no mercado de trabalho, chamamos de "razões complementares".

Prevalece, entre os entrevistados, a associação entre razões "a" (preferência pessoal de trabalho) e razões "b" (delimitações do mercado) para a saída do último emprego. Aparecem com frequência bem menor, as razões que se relacionam a crenças pessoais, à família e/ou à outra situação que não diretamente a do trabalho (tipo "c"). Não há um único fator definidor dessa saída. Por exemplo, não é só o desemprego ou algum outro fator de mercado.

são simplesmente fatos. É necessário um marco de raciocínio no qual se identificam os fatos que são relevantes de um ponto de vista adequado, para determinar o seu peso como razões". E acrescenta: "Em contraste com..."o ponto de vista impessoal", o construtivismo afirma que o ponto de vista objetivo deve sempre provir de algum lugar...pois deve expressar o ponto de vista de pessoas...adequadamente caracterizadas como razoáveis e racionais". (Rawls. (1993), op. cit., citações à p.122 e p.120, respectivamente). Nos termos rawlsianos, esses são pontos de vista racionais por expressarem uma capacidade de perseguir inteligentemente um fim, e são razoáveis por expressarem uma disposição de governar a conduta pelo princípio de que essas e outras pessoas podem raciocinar em comum, e também por sua capacidade de levar em conta o ônus de seus julgamentos e das conseqüências dos seus atos, a preservação do bem-estar (*well-being*) dos demais. Concepções de Rawls que retomaremos mais à frente.

Tanto as preferências, gostos pessoais por uma dada atividade e não por outra (tipo "a"), quanto, por exemplo, as restrições à ascensão profissional impostas pela política de pessoal da empresa ou o baixo salário do último emprego (tipo "b"), é que motivaram aquela saída. Esses fatores não prevalecem isoladamente nesse deslocamento.

A razão mais mencionada como sendo a que motivou a saída do último emprego é a preferência pela atividade de trabalho que exerce no trabalho informal (tipo "a"). Embora seja apontada como a razão central dessa saída, ela vem geralmente associada a outras. Assim, um entrevistado deixou o último emprego porque considera que o trabalho que fazia, de motorista, "não era uma profissão...era um trabalho que qualquer um podia fazer... aprendeu aquilo ali (simples) não precisa aprender mais nada. Não sei disso...". Para este entrevistado, era um trabalho de execução simplória, que não permitia um desenvolvimento profissional no sentido de uma progressão nos seus conhecimentos naquela profissão ou o que podia desenvolver nela em termos de conhecimentos, habilidades, criatividade. E, a partir disso, passa a aprender por si mesmo, observando colegas de trabalho, uma outra profissão que tinha vontade de aprender - a de serralheiro. Ele só deixa aquele emprego de motorista após ter aprendido essa outra atividade, que exerce no trabalho informal atual, que ele considera "esta sim, uma profissão".

Se por um lado, a razão central que o fez deixar o trabalho formal esteve associada a uma preferência por uma dada profissão - saiu porque "já tinha uma profissão" ou o trabalho anterior "não era (sua) profissão" -, esse fator não é desconectado de outros, tais como a limitação que via para seu desenvolvimento profissional no último emprego e o fato de ser viável trabalhar com essa nova profissão no mercado, ou seja, havia um espaço econômico para o empreendimento de trabalho por conta própria que faz hoje como serralheiro. Tampouco, essa

busca de uma nova profissão se deve unilateralmente a um "gosto" ou satisfação pessoal profissional; ela está relacionada a ter tido uma experiência de trabalho anterior, na qual constatou que a profissão anterior "não (lhe) servia", trabalho que conseguiu dentro das suas limitações de nível de escolaridade e formação à época. Portanto, este entrevistado aponta como razão para saída do emprego o fato de gostar, de ter preferência por uma outra profissão. É essa sua razão central. Porém não se explica essa saída do trabalho formal sem considerar-se as razões complementares que necessariamente acompanham a primeira e que dão sentido a esse deslocamento no mercado.

Nesse último, como em outros exemplos, a informalização não parece a razão de ser do trabalho, é antes um recurso para viabilizá-lo. Esse traço, conforme dissemos no capítulo 1, marca uma diferença entre as chamadas atividades econômicas "subterrâneas" (ou "submersas") e as informais. As primeiras têm na ilegalidade um meio-fim, objetivam manter-se na ilegalidade para a própria manutenção da sua rentabilidade. No grupo entrevistado, a maneira informal de exercer o trabalho tem uma importância marginal, no sentido de que é um fator que aumenta, acresce as possibilidades do entrevistado de ter um (ou um dado) trabalho. Para os entrevistados, se a formalização de seus empreendimentos de trabalho vier a ser uma situação favorável, eles deixarão a informalidade. A ilegalidade não é um objetivo-fim para eles. O empreendimento de trabalho "submerso" e o informal funcionam com uma "racionalidade econômica...(distinta)"⁶.

Num outro exemplo, o entrevistado exercia no trabalho formal a função de auxiliar de limpeza numa empresa. Como razão para saída do trabalho formal refere-se depreciativamente a esse trabalho como sendo "só mesmo pra ganhar um

⁶ Sobre a distinção entre economia informal e economia "subterrânea", ver: Cacciamali (1989), op. cit., especialmente seção 4; Bromley. (1992), op.cit.

dinheiro, porque aquilo lá... não era profissão". Aqui também o aspecto central é o que ele considera que deva ser sua profissão. Ele tem um dado referencial valorativo para seu trabalho, a partir do qual desenha, projeta para si o que é ter uma profissão, qual é o tipo de trabalho que estará exercendo. Profissão é o trabalho que ele valoriza como tal. Nesse exemplo, o entrevistado ocupava um emprego no mercado de trabalho que exigia baixa escolaridade e qualificação profissional. O próprio entrevistado vê assim e descreve aquele trabalho como desqualificado e, assim como no exemplo anterior, limitado quanto ao desenvolvimento de seus conhecimentos. É a partir disso que ele busca uma atividade que gosta de fazer e da qual já tinha alguns conhecimentos e faz um curso na área para exercer essa dada atividade como trabalho. Deixa o trabalho formal, quando não só tem "**uma** profissão" ⁷, mas quando já formou uma dada clientela no empreendimento de trabalho informal, ou seja, quando identificou condições de mercado favoráveis para trabalhar por própria conta.

Da mesma forma ocorreu em outros casos e em variadas profissões, indicando que esse valor pessoal, a partir do qual o entrevistado considera o que seja uma profissão para si, está mais relacionado a exercer uma atividade em que se auto-reconhece como fazendo um trabalho gratificante, no qual se vê reconhecido pelos outros: "Hoje eu tenho um nome (reconhecido) na praça !", disse orgulhoso um outro, produtor de alimentos. Esse valor-profissão aparece relacionado a gostar do trabalho que faz e, a partir daí, se auto-reconhecer como exercendo uma profissão que outros - família, clientes, pessoas das suas relações comerciais - também vêem como uma profissão. É assim que o trabalho-profissão se insere nas preferências de trabalho do entrevistado, definidas por cada um em função de parâmetros, propósitos pessoais variados, e em função de experiências

⁷ O entrevistado refere-se, comparativamente, com orgulho a seu trabalho atual - "agora sim eu tenho uma profissão".

de trabalho vividas. Tais fatores o levam a considerar ser aquela sua profissão ou sua melhor profissão frente à(s) outra(s) que já exerceu e/ou que está exercendo.

Nos seus relatos, o ingresso num trabalho informal está geralmente associado a ser um "trabalho-profissão" que responde a um padrão pessoal de gosto, de satisfação quanto ao tipo de ocupação com a qual querem trabalhar, ou mesmo associado a virem ter com esse trabalho um padrão material de conforto que, para os entrevistados, equivale aos mais variados níveis de possibilidades de consumo que consideram aceitáveis para si e sua família - e/ou decorre da valoração de uma dada maneira de executar seu trabalho (o atendimento ao cliente, as especificações técnicas do que produz, etc.); conjunto de aspectos que compõem esse trabalho reconhecido, pelos entrevistados, como sua profissão, é que denominaremos de objetivos profissionais, e que estão presentes nas demais questões, como veremos. O informalizar-se seria um recurso para trabalhar dentro de dadas normas de conduta pessoais, que se associam de forma diferente, às vezes similares, em cada entrevistado. O que se observa entre os entrevistados, quanto às decisões de saída do trabalho formal e às de ingresso no informal, é haver, nas suas escolhas, uma interação dessas normas de conduta através das quais orientam as suas ações na trajetória ocupacional, com os limites do mercado. Normas de conduta que estão expressas nos seus objetivos profissionais. É um deslocamento pautado num processo decisório interativo que tem como referente os objetivos profissionais que almejam alcançar.

Assim, o entrevistado que era motorista no trabalho formal só se considera um profissional como serralheiro, trabalho que faz na condição de informal; o que era servente se considera profissional como cabeleireiro; o que era jogador de futebol "encontra" sua profissão como artista plástico; outro, como professor, se sentia na profissão errada, e sentiu-se na sua profissão quando passou a ser costureiro; um se sente "bem" e fazendo o que "gosta", sendo lavador de roupa e

não balconista numa loja; o que era um técnico-administrativo com estabilidade no emprego só se considerou um profissional quando passou a trabalhar como músico etc.

A profissão, para os entrevistados, não está restrita a ser uma condição de trabalho na qual tenham uma função que lhes permita uma inserção no mercado de trabalho ou na qual tenham uma função definida no mercado. Para a maioria desses informais, profissão não se trata disso. Uma posição definida no mercado não lhes é suficiente. Essa posição de trabalho precisa atender a um padrão pessoal de bem-estar ao realizar o trabalho. Para alguns entrevistados, ser vendedor é uma profissão e é também uma posição definida naquele mercado; para outros, um trabalho no comércio não o é, ao passo que ser lavador de roupa é uma profissão, como em um dos exemplos acima. O trabalho para eles é uma profissão quando responde a seus valores/trabalho, a parâmetros pessoais quanto a "sentir-se bem" fazendo-o, a um auto-reconhecimento e percepção da valorização de que outros também o reconhecem como exercendo um trabalho que é uma profissão.

Razões de ingresso: frente à alternativa de um trabalho formal

Quando perguntamos por que começaram o trabalho informal ao invés de procurarem outro trabalho formal, o propósito era enfatizar a referência do trabalho formal como alternativa possível para o deslocamento no mercado (que não a alternativa do trabalho informal), numa comparação entre as duas possibilidades: o trabalho informal e um possível reingresso num trabalho formal.

Quando enfatizado este referencial - a possibilidade alternativa de empregar-se num outro trabalho formal e não ingressar num trabalho informal -

também prevalece a interação entre razões e não uma única razão. Porém, nessa questão, as razões centrais mais frequentemente apontadas para a decisão de não empregar-se num trabalho formal são as relacionadas a uma dada situação ou (de)limitação do mercado de trabalho (tipo "b") complementadas tanto por razões de tipo "a" (preferências pessoais quanto ao trabalho), quanto por outras de tipo "b". Essas duas, complementares, aparecem com igual frequência, invertendo-se a ordem de importância do tipo de razões presentes nas respostas à questão anterior.

Assim, um entrevistado que trabalha concomitantemente num trabalho formal e num trabalho informal avalia que um (possível) segundo trabalho formal⁸, experiência que já teve, "não vale a pena", porque eleva demais a carga de trabalho e "só desgasta...e o que se ganha a mais é muito pouco". Ou seja, a forma como é organizado o trabalho formal em termos de horários, priorização e tipo de função a desempenhar torna-o desinteressante, tanto pelo desgaste físico que acarreta quanto pelo montante desse segundo salário. E complementa essa razão central (de tipo "b") para seu ingresso no trabalho informal, ao invés de um duplo trabalho formal, com uma do tipo "a": porque gosta, e já conhecia a atividade com a qual trabalha atualmente. É um tipo de trabalho que ele faz com satisfação. Além disso, há o risco de perda do direito de aposentadoria no trabalho formal, porque as normas de emprego na sua categoria profissional o impedem de ter um segundo vínculo empregatício. O entrevistado não tem a preocupação da perda do emprego ao quebrar essa norma - afinal "se ganha tão pouco para trabalhar tanto !" -, e já esteve nesta situação de duplo emprego (formal). Foi a partir dessa experiência que concluiu que esse duplo emprego era excessivamente desgastante. Frente a essas razões, ter um segundo trabalho formal deixa de ser uma alternativa

⁸ Esse entrevistado já teve, em um outro período, a experiência de ter dois trabalhos "paralelos", ambos no "setor formal". É a partir dessa experiência que faz essa avaliação. Atualmente ele também tem dois trabalhos paralelos, porém um é informal e o outro é formal.

interessante para ele, daí sua opção de ingresso num trabalho informal, paralelamente ao formal.

Um outro entrevistado, que trabalha só no trabalho informal e já trabalhou num trabalho formal anteriormente, antes de ingressar no trabalho informal, procurou emprego numa empresa em área em que já tinha experiência profissional, mas o salário que lhe ofereceram estava aquém de seu padrão salarial, situação empregatícia que era inaceitável para ele. Por essa razão principalmente (tipo "b") e por considerar que o mercado de trabalho no município não oferecia opções "à altura" de sua experiência e padrão salarial, é que constrói uma alternativa de trabalho informal. Mesmo porque verificou que ganharia mais trabalhando informalmente, sendo essa sua melhor alternativa. Nesse caso, a razão central de tipo "b" (relacionada à situação ou delimitações do mercado de trabalho) complementa-se com outras do mesmo tipo.

Uma outra associação menos freqüente - por que ingressaram no trabalho informal ao invés de se empregarem formalmente - é a de razões centrais "a" com complementares "b" e "a". Essa associação de razões está presente no relato de um outro entrevistado que não vê por que buscar um outro trabalho formal já que se empregou numa empresa com o propósito de juntar recursos para montar um negócio próprio. Não tinha intenção de permanecer naquela empresa, ou procurar outro trabalho formal; o seu objetivo era ter um empreendimento de trabalho próprio. Além dessa razão, relacionada a uma preferência por trabalhar por conta própria (tipo "a"), há a sua avaliação da experiência de trabalho na empresa. A partir daí ele aponta outras razões, complementares, de tipo "b". Uma delas é que na empresa onde trabalhava "o que importava era o serviço estar pronto e não se (o serviço) estava bem acabado, bom...o negócio era a quantidade" em detrimento da qualidade do que se produzia. Não queria tal procedimento para o seu trabalho, pois ele gosta de "dar um bom acabamento" às peças que produz. Ele tem um

referencial valorativo quanto à qualidade do produto que chega às mãos da clientela e esse referencial não coincidia com o da empresa onde trabalhava. Além dessa razão, já tinha trabalhado em um outro período por conta própria informalmente, e avaliava positivamente essa experiência de trabalho. Considerava que aquela experiência de trabalhar por conta própria lhe dava "liberdade de criar", de decidir sobre como fazer seu trabalho. Não queria mais trabalhar tendo um "chefe controlando" ou tendo que "bater cartão" de presença no trabalho. O trabalho que faz informalmente é o que "gosta de fazer" e por isso o faz com esmero. É a sua profissão e é assim que ele se valoriza no trabalho que faz.

Temos o exemplo de um entrevistado que nunca trabalhou formalmente e que nem pensou em procurar emprego quando iniciou o trabalho informal atual. O trabalho informal atual foi seu primeiro trabalho e, antes de iniciá-lo, pensou em trabalhar em algo que gosta, por conta própria, e que desse um rendimento adicional à família. Um outro entrevistado perdeu a confiança na possibilidade de arrumar um trabalho formal frente a uma "promessa" de trabalho não cumprida. Além do mais, já tinha experiência no trabalho atual e já sabia que ganhava mais no trabalho informal atual do que no trabalho informal anterior, de maneira que continuar trabalhando informalmente foi um caminho natural. Só deu continuidade ao que já fazia e do mesmo modo que o fazia.

Entre as razões de tipo "b"- relacionadas a situações e/ou delimitações do mercado -, que são as mais mencionadas para o ingresso no trabalho informal, quando o referencial é um possível emprego (trabalho formal), temos que: não reiniciaram um outro trabalho formal (em alguns casos, não permaneceram) porque o que lhes foi ofertado, ou o que tinham, em termos salariais e/ou de atribuições, era algo inaceitável para eles; ou então a atividade que foi possível exercer no trabalho formal "não era uma profissão", mas "só" um trabalho. Como se fosse um trabalho qualquer, substituível, descartável.

Entre as razões de tipo "a" - relacionadas a preferências e gostos pessoais - as mais freqüentemente citadas pelo conjunto dos entrevistados são: o conhecimento prévio e o gostar da atividade com a qual trabalha; a possibilidade de criação que a profissão lhe permite ; o contato com o público - o que faz parte do trabalho atual e não de um outro (ou outro trabalho possível); o fato de se sentir bem e realizado por estar trabalhando com o que gosta. Além dessas, as preferências relacionadas à maneira de fazer o trabalho por conta própria são a garantia da possibilidade de produzir com um dado padrão de qualidade da qual se orgulham; o contato direto com cliente (e não através de outros), garantindo também um padrão de trabalho (no caso de atendimento, compromisso de entrega de produto); a "liberdade" de não ter "chefe controlando", ou seja, de fazer as coisas "a (sua) moda" e definindo seu próprio horário ⁹.

Além dessas ("a" e "b") - ainda tendo como referencial um possível trabalho formal -, há outras razões que aparecem, embora com menor freqüência, e que pesam nas decisões de trabalho. Para uns, como razão central; para outros, como complementar. São essas as razões não diretamente relacionadas ao trabalho , mas a orientações religiosas, ou a questões familiares, ou a um objetivo de vida "diferente", alternativo ao de uma sociedade de consumo (razões de tipo "c").

O ingresso no trabalho informal foi visto até aqui tendo como referencial a saída do último emprego, ou seja, a última experiência de trabalho formal. Depois, esse ingresso foi visto de um modo comparativo *vis-a-vis* a um possível emprego (por que não empregar-se ao invés do trabalho informal atual).

Visto o ingresso no trabalho informal frente ao trabalho formal (anterior ou um possível), numa outra questão colocada aos entrevistados, enfatizamos o referencial da própria experiência ocupacional de informalidade, ou seja, o porquê de ter começado o trabalho atual.

⁹ Horário que, como vimos no item 2.2, do capítulo 2, não é menos extensivo do que o do trabalho formal.

Razões de ingresso: frente à possibilidade da informalidade

Quando os entrevistados mencionam as razões por que começaram o trabalho atual, os três tipos de razões ("a", "b", "c") também aparecem associados entre si. Nessa questão, as razões centrais mais frequentemente apontadas no grupo entrevistado são as relacionadas a preferências pessoais quanto ao trabalho - tanto a preferência por um dado tipo de atividade de trabalho quanto a preferência por exercê-lo de uma dada maneira - (tipo "a"). Para metade dos entrevistados é essa a razão central, que vem geralmente associada a situações do mercado de trabalho que (de)limitam o que querem ou podem fazer quanto a seu trabalho (tipo "b") ou associadas a outra razão de tipo "a" que não a central.

Na última questão vista - que enfatizava o referencial de um possível emprego (trabalho formal) ao invés do trabalho atual - as razões centrais mais frequentes para os entrevistados eram as de tipo "b". Eram as próprias limitações do mercado que não respondiam a suas expectativas ou demandas, sendo esses os motivos mais frequentes por que não preferiram procurar uma alternativa de emprego, mas sim "criar seu próprio trabalho" informalmente, vindo a seguir as razões de tipo "a".

Aqui, quando se trata da própria experiência ocupacional informal, essa prioridade se inverte. E as razões centrais mais mencionadas no grupo entrevistado são as que enfatizam suas preferências pessoais, seus gostos, vindo num segundo lugar, quanto à frequência, aquelas que expressam as (de)limitações do mercado. O que foi central à inserção do entrevistado no trabalho informal foi o "trabalhar no que gosta", o poder vir a exercer o que considera ser sua profissão. São esses os

motivos mais freqüentes. Ao lado desses, os entrevistados mencionam, ainda como razões de tipo "a", que ingressam no trabalho informal para trabalhar de uma maneira que preferem, qual seja no seu próprio negócio; que já tinham intenção de tentar trabalhar "por conta" (ou retomar essa experiência). Ou simplesmente o entrevistado nos diz que ele não precisou "buscar" um trabalho, que ele mesmo "criou" seu próprio trabalho. Além disso, há menção a que já tinha experiência na área em que trabalha hoje ou que já conhecia a atividade (sem tê-la executado como trabalho).

As razões de tipo "b" (relacionadas às delimitações do mercado), embora ainda importantes, ganham um segundo plano nessa questão - quando o referencial é a própria experiência ocupacional informal (e não o trabalho formal). Ou seja, quando é esse o referencial, o ingresso no trabalho informal parece não decorrer tanto das delimitações do mercado, mas sim do que os próprios entrevistados buscavam dentro de suas preferências de trabalho. O ingresso no trabalho informal parece decorrer de fatores que estão muito mais dentro de suas possibilidades de interferência, de ação individual direta - que é o caso de suas preferências, gostos pessoais. Diferentemente, frente às (de)limitações do mercado, são muito mais, senão totalmente, limitadas as possibilidades de interferência de cada indivíduo, ao menos isoladamente. É, no mínimo, mais difícil alterar-se, por exemplo, as condições salariais para não mencionar outras limitações e condicionantes do mercado.

Entre as razões de tipo "b", que são o segundo tipo mais mencionado nessa última questão (em que consideram o próprio trabalho informal), referem-se, por exemplo, a uma melhoria da renda familiar ou à complementação do salário, ou porque fracassou uma tentativa de emprego, ou porque aproveitou uma oportunidade de negócio que surgiu (para trabalhar informalmente), ou ainda porque não

quis aceitar o salário e/ou função que lhe foram ofertados em trabalho(s) formal(is).

São ainda mencionadas por um menor número de entrevistados as razões de tipo "c", relacionadas a situações não diretamente vinculadas ao trabalho. Assim, apontam que as razões centrais pelas quais iniciaram o trabalho informal foram: poder permanecer junto a familiares que residem na cidade; ser um trabalho que lhes permite cuidar de um familiar; ou que dentro da crença religiosa que pratica crê que só fez seguir uma "orientação de Deus" ou, ainda, o fato de ser um tipo e maneira de trabalhar compatíveis com o estilo de vida que pretende para si e para sua família.

Os traços característicos identificados neste grupo de questões são comuns ao conjunto dos entrevistados, independentemente das suas experiências anteriores de trabalho terem sido formais e/ou informais (que qualificam os grupos-tipo A, B e C). Tais experiências, conforme já explicitamos no capítulo 2, nos fizeram distingui-los em três grupos na tabulação dos dados.

Vale mencionar que, se considerarmos as razões sem diferenciá-las quanto a serem centrais ou complementares, é expressivo o número tanto de razões do tipo "a" (preferência pessoal quanto ao trabalho), quanto as do tipo "b" (situações de mercado delimitadoras das preferências), e menor o número das de tipo "c" (situações familiares ou crenças pessoais). Na questão do ingresso no trabalho informal *vis-a-vis* a um possível emprego, mantém-se maior frequência das razões de tipo "b" do que as de tipo "a", e em menor número as de tipo "c". E quando o referencial é a própria experiência ocupacional informal, as mais mencionadas são as razões de tipo "a". Portanto, permanece basicamente a mesma situação geral de frequência de quando foram distinguidas entre razões centrais e complementares.

Esse último dado reforça a idéia de que a característica comum ao grupo entrevistado é a associação entre os três tipos de razões, com menor ênfase para as razões de tipo "c".

Uma outra característica comum ao grupo é que a ação do entrevistado no sentido de um deslocamento no mercado de trabalho de um trabalho formal para um informal, enquanto um processo individual de deslocamento, parece ser centralmente resultado de querer trabalhar com uma atividade de trabalho que gosta de exercer, na qual "sente-se realizado", enfim a que considera ser sua profissão.

Ao lado disso, pesam outros fatores, tais como: buscar formas de complementar sua renda; insatisfação com procedimentos adotados no trabalho formal; suprir uma tentativa de emprego fracassada ou que estava aquém de suas expectativas. Como também esse ingresso no trabalho informal pode ser resultado de crenças e sentimentos pessoais relacionados à religião e à família.

É um conjunto de fatores que no processo de deslocamento no mercado de trabalho se interrelacionaram, sob formas variadas de um entrevistado para outro, e que resultaram no ingresso no trabalho informal.

A centralidade de um ou outro fator varia, conforme o referencial de comparação (e avaliação) enfatizado. Se é o trabalho formal - o último ou a possibilidade de um - destacam os fatores sobre os quais têm maior dificuldade ou impossibilidade de ter uma ação individual direta. Destacam as razões relacionadas às situações e condições do mercado que (de)limitam suas preferências. De outra forma, se o referencial é a própria experiência ocupacional informal, destacam as suas preferências pessoais, as suas capacidades e possibilidades individuais frente ao trabalho, que são fatores sobre os quais têm maior possibilidade de ação individual direta. Enfatizam as razões associadas a suas preferências e gostos, mais

do que isso, enfatizam suas possibilidades de ação. Quando não, são as razões de ordem familiar ou religiosa que motivam o ingresso no trabalho informal.

São tipos de razões (de mercado, de preferências, pessoais) que estiveram presentes nas ações dos entrevistados, ao optar pelo ingresso no trabalho informal. Assim, são razões relacionadas ao trabalho não ser uma profissão; e/ou o tipo de atividade de trabalho ou a maneira de exercê-lo lhe parecer inadequada ou limitada; e/ou o salário ser insuficiente ou só dar para o "mínimo"; e/ou o emprego que lhe foi ofertado ter função e/ou salário abaixo de seu padrão; e/ou a situação familiar que quer atender ou a crença religiosa que o orienta em suas ações em geral, etc. São razões que orientaram a ação de deslocamento no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o "valor-profissão", bem como os outros critérios valorativos sobre os quais os entrevistados pautaram suas decisões de deslocamento (e que aqui foram associados aos três tipos de razões), são um referencial que orienta suas decisões de trabalho, orienta suas ações de deslocamento, e dão um "seguimento", uma continuidade entre os diferentes momentos ou diferentes experiências e escolhas que tiveram no transcorrer dos seus históricos ocupacionais. Nas diferentes profissões que fizeram, nas diferentes maneiras e situações em que exerceram seu trabalho (seja informalmente, ou formalmente, ou de ambas as formas ao mesmo tempo), nessa diversidade de situações vividas por eles, como nos diz Elster, "não é possível esperar que", ao longo dessa trajetória ocupacional, tenham deixado "de *querer* fazer as coisas que a sociedade considera caras, apenas deixarão de *fazê-las*" naquele dado momento ¹⁰. Não perderam seus referenciais pessoais de conduta relativos ao trabalho, não deixaram de buscar o trabalho que seja (como disseram: "este sim!") a sua profissão, mesmo quando o trabalho

¹⁰ Elster, Jon, (1992), "Exploração, Liberdade e Justiça", in *O Contrato Social Ontem e Hoje*, org. Paulo J. Krischke, Editora Cortez, São Paulo, pp 239-264, p.260. (publicação anterior deste artigo, (1989), in *Zona Abierta* 51/52, abril/set, Editorial Pablo Iglesias, Madrid). Grifos do autor.

formal anterior ou o trabalho informal atual não correspondem a esses referenciais. É nesse "seguimento", "nesse rumo que sempre perseguem" na vida de trabalho, orientados por referenciais pessoais de conduta na vida de trabalho, que reside o fio condutor de suas trajetórias ocupacionais.

Esses referenciais pessoais à vida de trabalho não são fixos, mas são apreendidos e conformados ao longo desse "seguimento", dessa trajetória ocupacional. Assim, "as concepções pessoais do bem não são fixas, mas se formam e desenvolvem enquanto amadurecem, e podem mudar de modo mais ou menos radical no decorrer da vida" ¹¹. Os entrevistados são vistos, aqui, na concepção rawlsiana, enquanto indivíduos com capacidade de ter uma concepção de bem à sua vida de trabalho, ou seja, terem a "capacidade para formar, revisar e buscar racionalmente uma concepção do bem ou benefício próprio. Ademais (...) têm também, num dado momento, uma concepção determinada do bem que buscam alcançar" ¹². São indivíduos com uma concepção que não é fixa mas mutável, na medida em que vivenciam suas experiências ocupacionais. O que é constante é sua capacidade de ter (e formar, e revisar) uma concepção do que seja o bem para a sua vida de trabalho. A concepção de bem de cada indivíduo está relacionada a "uma perspectiva de [sua] relação com o mundo - religiosa, filosófica e moral - com referência à qual [compreendem] o valor e a significação de seus objetivos e vinculações" ¹³.

Resta ver se esses referenciais pessoais de conduta na vida de trabalho influem na sua permanência ou não no trabalho atual e como isso acontece, o que trataremos a seguir.

¹¹ Rawls. (1993), op. cit., p. 20: "... persons' conceptions of the good are not fixed but form and develop as they mature, and may change more or less radically over the course of life."

¹² Rawls. (1993), op. cit., p.19: "...a conception of the good is the capacity to form, to revise, and rationally to pursue a conception of one's rational advantage or good. In addition (...) persons also have at any given time a determinate conception of the good that they try to achieve."

¹³ "...a view of our relation to the world - religious, philosophical, and moral - by reference to which the value and significance of our ends and attachments are understood." Rawls. (1993), op. cit., p.19.

3.2. Avaliação do Deslocamento no Mercado para o Trabalho Informal

Introdução

Procuramos verificar se os trabalhadores entrevistados têm planos efetivos (ou já em execução) de deixar o trabalho atual ou não e quais razões os motivam a essa não-permanência (ou permanência). Além disso, esse redeslocamento no mercado de trabalho tenderia a dar-se na direção de um trabalho formal? E, vistas as razões de ingresso no trabalho informal, que relação elas guardam com a decisão de permanência (ou não) no trabalho informal? São essas as preocupações que orientaram nossa análise neste item, em continuidade, e complementando, a análise do item anterior.

Neste item parte-se de dois conjuntos de questões. Um coloca os dados da experiência de trabalho informal focalizando aspectos da execução do trabalho em si. Assim temos:

- . o número de horas trabalhadas;
- . se o trabalho informal é a principal fonte de renda e sustento - pessoal e familiar;
- . renda auferida no trabalho informal;
- . tempo em que está no trabalho informal.

São dados já vistos no capítulo 2, e que são agora incorporados à análise. Neste primeiro conjunto de questões temos ainda: quais são os fatores que têm dificultado e quais têm auxiliado o exercício do seu trabalho (p.ex.: quanto a fornecedores de matéria prima, manutenção de equipamentos, etc.).

O outro conjunto de questões trata comparativamente da experiência ocupacional dos entrevistados no trabalho informal e no trabalho formal, e da permanência ou não no trabalho atual. Assim temos :

- . como vêm uma eventual formalização do trabalho atual, do ponto de vista comercial e da vida pessoal familiar;
- . se têm planos, já em efetivação ou não, de voltar ou começar a trabalhar formalmente;
- . quais aspectos do trabalho informal atual foram piores e quais foram melhores para a vida de trabalho do entrevistado;
- . quais aspectos do trabalho formal (último ou concomitante) foram melhores e quais foram piores, para sua vida de trabalho;
- . após o ingresso no trabalho atual o que piorou e o que melhorou na sua vida pessoal e familiar.

O propósito é ter dados de avaliação quanto ao atual trabalho, de modo a estabelecer-se, de maneira comparativa, as diferenças entre o período anterior ao início deste trabalho e o período em que ele está sendo exercido. Assim, além de uma avaliação do entrevistado quanto ao trabalho informal em curso, utilizam-se como variantes comparativas nesta avaliação do trabalho informal a experiência ocupacional do entrevistado no trabalho formal e as modificações na vida pessoal, familiar, decorrentes do ingresso no trabalho informal. Especificando dessa forma os referenciais comparativos, haveria alguma diferença entre os aspectos negativos (o que é pior) e os aspectos positivos (o que é melhor) da avaliação do trabalho informal? Qual? Quando a decisão é não permanecer, ela decorreria especificamente da avaliação frente a algum daqueles referenciais comparativos? E, no caso contrário, quando fosse por permanecer ?

Ao estabelecermos essas variantes comparativas (o próprio trabalho informal; trabalho informal e vida de trabalho; trabalho informal e vida pessoal,

familiar; trabalho informal e formal), os entrevistados não se referiam especificamente a elas, mas principalmente ao conjunto de sua experiência ocupacional. Entre as várias situações ocupacionais dos seus históricos temos, por exemplo: trabalhos informais exercidos paralelamente; trabalhos formal e informal também exercidos paralelamente; trabalhos na condição de conta própria exercidos tanto formalmente quanto informalmente. Assim o conjunto da avaliação dos entrevistados, quanto à experiência de trabalho informal, reporta-se a esta multiplicidade de situações vivenciadas e não é uma avaliação pontual, específica ao período de trabalho informal. Esse trabalho é visto como parte de um "seguimento" que não iniciou no trabalho informal e nem se encerra com ele. As avaliações mostram em que medida a experiência de trabalho informal responde a seus referenciais pessoais de conduta na vida de trabalho e expressam também o papel que têm outros aspectos da vida pessoal que, de algum modo, os entrevistados relacionam à vida de trabalho (crenças religiosas, relações afetivas pessoais e familiares). A maneira como é exercido o trabalho (formal ou informal) não parece ser um objetivo em si, a ser atingido na vida de trabalho, mas tem um papel de responder ou não àqueles referenciais pessoais de conduta na trajetória ocupacional.

Trabalho informal: uma avaliação geral positiva

De modo geral predomina no grupo entrevistado uma visão positiva do trabalho informal atual, o que é reafirmado pelo dado de que a quase totalidade deles não têm intenção, planos (já efetivados ou em execução) de deixar esse

trabalho ¹⁴. Aparentemente esse dado poderia sugerir que há uma forte valorização do trabalho informal pelos entrevistados, mesmo porque, como vimos no capítulo 2 (item 2.2), a experiência de trabalho informal no grupo entrevistado não é recente, predominando as faixas de tempo no trabalho atual de 3 a 5 anos e de 6 a 10 anos. Vimos também que é freqüente terem tido experiência de trabalhar informalmente em um outro período, não consecutivo ao atual, experiência de trabalho que está refletida na avaliação que fazem do trabalho atual. Sabemos também que, em sua maioria só puderam trabalhar por conta própria quando o fizeram informalmente, devido aos próprios aspectos econômicos que caracterizam a informalidade (por exemplo, o baixo custo de implantação do empreendimento econômico). Vimos ainda que foi na situação informal de trabalho que puderam trabalhar "melhor", sem ter "patrão em cima", tomando eles mesmos as decisões operacionais e gerenciais do trabalho, ou sentindo-se com mais "liberdade" de horário e de execução de seu trabalho. São avaliações que poderiam indicar que os entrevistados encontraram, na informalidade, um trabalho mais "ideal", o que explicaria as decisões de permanência.

Como vimos no capítulo 1, esses aspectos positivos não são uma novidade nas pesquisas sobre o trabalho informal. Outros estudos apontaram para esse tipo de dado como fator de valorização do trabalho informal pelo entrevistado¹⁵. Porém, no grupo entrevistado, como veremos nas páginas seguintes, a decisão de permanência no trabalho informal resulta muito mais de uma ponderação entre aspectos positivos e negativos desse trabalho, numa avaliação que considera outras dimensões da sua vida de trabalho, outras experiências de trabalho, não sendo uma

¹⁴ Do total de vinte e cinco entrevistados, vinte e um permanecerão no trabalho atual e quatro não, dado a que voltaremos mais à frente.

¹⁵ Conforme nos referimos no capítulo 1, há estudos sobre trabalhadores informais que mostram que a "liberdade", o "não ter patrão" são aspectos expressos como positivos no trabalho ou parte dos traços individualizantes, diferenciadores do trabalhador informal. Veja-se Despres (1988), op.cit.; Sorj (1988) op. cit., Cacciamali (1983), op. cit..

avaliação unilateralmente dirigida a um possível trabalho "ideal" encontrado com a informalidade. No grupo entrevistado, a maneira como é exercido o trabalho (formal ou informalmente) não é um objetivo em si a ser atingido e nem expressão de um possível trabalho "ideal". O "ideal" é um padrão de trabalho que os entrevistados buscam constantemente, ao tomarem suas decisões, e que não finaliza na informalidade, mas é um processo, uma "busca" constante por estabelecer dadas condutas de trabalho ao longo de suas trajetórias ocupacionais.¹⁶

É uma visão positiva do trabalho informal a partir da qual os entrevistados têm presentes quais as outras possíveis alternativas melhores (frente a experiências já vividas ou a possibilidades que se possam abrir). É uma avaliação e decisão de permanência que não estão restritas às características do empreendimento econômico informal e àquelas positivities, embora também as mencionem.

De modo geral, as avaliações expõem os aspectos positivos de um trabalho que afinal, como diz um entrevistado, foi ele quem "criou", no qual pode dispor de seu tempo, ter decisões independentemente de ter "alguém mandando", enfim, no qual pode "decidir à sua moda". Mas outros dados que coletamos e outros aspectos avaliativos mencionados pelos entrevistados mostram, por exemplo, que o envolvimento que têm com o trabalho significa uma "sobrecarga", que é "desgastante física e emocionalmente", o que para alguns traz problemas de saúde, para outro uma deformação estética no corpo, que o constrange¹⁷. Mostram que o entrevistado "ganha bem" frente ao que ganhava ou ao que lhe ofereceram num trabalho formal, mas "não tem lazer" porque afinal "no domingo só quer descansar para enfrentar a semana". A encomenda a ser entregue ou o gosto de estar

¹⁶ Dentro de uma discussão sobre subjetividade e cultura política, Lechner tem um argumento que vem ao encontro da visão que expressamos aqui. Assim, diz que: "o que poderia parecer demandado como concepção secularizada [de política] é uma renúncia da utopia como um objetivo alcançável, mas sem abandonar a utopia como referente pelo qual nós concebemos o que é real e determinamos o que é possível...", Lechner, Nobert (1987), *Los Patios Interiores de la Democracia. Subjetividad y Política*, Flacso, Santiago, Chile, p.40.

¹⁷ Resultado da postura física exigida pela atividade de trabalho.

seguindo com um trabalho que é sua profissão, horas a fio, estão lhe tirando as possibilidades de "passear com os filhos", algo que lhe faz falta e sabe que "faz falta para eles (filhos)" também.

Os entrevistados têm claro que seu trabalho informal atual é diferente de "trabalhar de empregado" (numa empresa), onde a "pessoa fica cativa, tendo horário a cumprir, tendo que dar satisfação aos outros". Ter seu próprio negócio lhe dá "independência para trabalhar" e cumprir da melhor forma seu trabalho junto à clientela. Mas o que pode ser um "desafio constante de trabalho que exige uma postura mais dinâmica diante da vida", que o faz exigir "mais de si ao invés de acomodar-se", não é exatamente pior ou melhor; "é diferente", por exemplo, "do funcionário que fica ali parado, sentado o dia todo...a responsabilidade" dele, entrevistado, é maior, ele é que tem que "batalhar". Se o entrevistado, por um lado, valoriza "ter liberdade" de horário, por outro, diz que "se atrasar" atrapalha seu próprio ganho. Esse "atrasar" seria uma forma de "folgar no trabalho", "folga" que a responsabilidade de autogerenciar seu trabalho não lhe permite, porque é ele próprio que tem que suprir, "garantir na média" do rendimento que aufera os benefícios sociais (13o. salário, férias, auxílio em caso de doença, etc.), com o que, na condição de empregado, não tinha (ou teria) que se preocupar.

Os referenciais "trabalho informal" e "trabalho formal" aparecem como dois lados de uma mesma moeda, onde o ponto que conduz a ambas as maneiras de trabalhar é a busca ou o dar "seguimento" a um trabalho que responda melhor às normas pessoais de conduta na vida de trabalho, responda melhor ao que o entrevistado valoriza quanto ao trabalho. É nisso que parece residir as diferenças entre os entrevistados quanto a permanecerem ou não no trabalho informal, como veremos na seqüência.

Nas questões do item anterior - "Ingresso no Trabalho Informal" - era regra geral a menção a mais de uma razão para esse ingresso. Aqui, os entrevistados

mencionam mais de uma resposta às questões avaliativas, mencionam mais de um aspecto positivo ou negativo, mas isso se dá em menor proporção. Essa menção a vários aspectos, aqui, é menos expressiva que no item "Ingresso", embora ela ainda ocorra (mais da metade dos entrevistados mencionam dois ou mais aspectos positivos ou negativos). Observamos também que não há uma centralidade num ou noutro aspecto positivo (e do mesmo modo para os aspectos negativos).

Essas diferenças não justificaram que se mantivesse a distinção entre aspectos centrais e complementares, conforme feito para as razões de ingresso no trabalho informal, sem que com isso se prejudicasse a seqüência lógica da análise. Os dados do "Ingresso...", obtidos a partir de vários referenciais presentes nas perguntas (e nas respostas), foram agregados em torno das razões, para entendermos o deslocamento no mercado do grupo entrevistado. Aqui, no item "Avaliação...", os dados obtidos também têm essa multiplicidade de referenciais, mas resultou mais apropriado agregá-los em torno das positivities ou negatividades apresentadas, para explicarmos o porquê da permanência (ou da não-permanência).

No item 2.2., do capítulo 2, vimos que no grupo entrevistado: a principal fonte de renda familiar e pessoal vem do empreendimento de trabalho informal; há uma variedade e diversidade no número de horas de trabalho e o mais freqüente é uma média não inferior a oito horas/dia; há uma variedade de faixas de tempo de permanência no trabalho informal atual (de menos de um ano a mais de vinte), com alguma concentração na de três a cinco anos e na de seis a dez anos. Vimos também que a renda líquida obtida com o trabalho informal é variável e diversa (faixas que vão de 1 a 3 s.m. até 20 a 35 s.m.). Esses dados foram considerados na análise das demais questões deste item que tratam comparativamente da experiência ocupacional do entrevistado no trabalho informal e no trabalho formal.

Dificuldades e facilidades no exercício do trabalho informal

Primeiramente, quanto aos aspectos que têm dificultado (ou facilitado) o exercício em si do trabalho informal, a maioria dos entrevistados menciona que encontra alguma dificuldade no exercício de seu trabalho informal e menciona mais de uma. Cada entrevistado aponta um número maior de itens entre o que dificulta seu trabalho do que entre o que facilita a execução de seu trabalho, como veremos.

As dificuldades mencionadas são variadas e, na maior parte, econômico-operacionais, mas citam também características pessoais e outras. Entre as de ordem econômico-operacional temos as seguintes: o fato de no município não haver um mercado fornecedor de matéria-prima ou equipamentos adequados - ou esse mercado ser muito restrito quanto à variedade, ou não ter o produto ou este ser de qualidade ruim - o que os obriga, às vezes, a recorrer a outros municípios para compras e manutenção; problemas na entrega de bens de produção¹⁸ - atraso ou entrega de material errado; quebra de um maquinário; o fato de ainda não possuir um dado equipamento; o fato de o local de trabalho ser comum à residência e ao trabalho, o que acaba gerando a interferência das demandas familiares no trabalho; do mesmo modo, o uso do telefone comum ao trabalho e à residência. Ou então mencionam: a característica "de sempre querer fazer um trabalho perfeito"; ou o que dificulta é quando "bate" o cansaço; ou tem problemas de saúde e é forçado a interromper o trabalho.

Há outros fatores que dificultam o exercício do trabalho informal, tais como: as crianças que acompanham a clientela; a indecisão da clientela quanto ao

¹⁸ Ou seja, as matérias-primas e bens intermediários. Estes últimos são as matérias-primas que sofreram alguma transformação no processo produtivo.

produto que quer; o fato de no município, diferentemente de outra cidade onde prestava o mesmo serviço, ser comum os clientes marcarem hora e não virem, sem aviso prévio; o preço mais baixo dos concorrentes sem qualificação; o fato de essa mesma falta de qualificação denegrir a imagem da profissão; outros profissionais que copiam seu trabalho; o clima de inverno, que é impróprio para o tipo de trabalho; o fato de a clientela do bairro valorizar mais o profissional que trabalha no centro e "desconfiar" da competência profissional dele, que trabalha no bairro, etc.

Quanto ao que tem facilitado a execução de seu trabalho informal, da mesma forma que na questão anterior, aparecem aspectos variados. Só que aqui cada entrevistado cita um número menor de itens. E embora praticamente todos mencionem um, ou mais de um fator, que os auxilia quando da execução do trabalho, quatro entrevistados disseram não haver nada em especial que facilite seu trabalho, enquanto que na questão anterior todos mencionaram alguma dificuldade.

O que é mencionado com mais frequência como algo que facilita o exercício do trabalho é possuir um dado maquinário, equipamento cujos recursos técnicos auxiliam no trabalho. São citados também, por exemplo: o fato de ter ajudante(s) - da família e/ou outros; o fato de não ter concorrentes na sua faixa de mercado (do tipo de serviço que presta); as técnicas que utiliza; o "bom preço" do produto que vende, se comparado ao de similares; a variedade de opções e qualidade do produto que vende; o local de venda que facilita o acesso à clientela. Ou ainda, o que facilita é a "satisfação com que faz (seu) trabalho", os elogios que recebe e as críticas construtivas, etc.

Nessa avaliação do exercício do trabalho informal em si, são citados aspectos variados, tanto positivos quanto negativos. A maioria dos entrevistados menciona tanto "facilidades" quanto "dificuldades", mas é na questão com respeito

a "facilidades" que há alguns entrevistados que não citam nenhum aspecto, ao passo que todos citam "dificuldades".

Outros estudos têm demonstrado que há uma relação entre informalidade e o fato de o estabelecimento econômico informal se situar em bairros ou áreas não centrais. Essa idéia está associada à inserção das atividades produtivas informais em espaços econômicos mais concorrenciais¹⁹. De outra parte, essa localização está também associada ao fato de que os proprietários dessas unidades produtivas procuram não ter grande "visibilidade" à fiscalização dos órgãos públicos, o que fica claro no relato de alguns entrevistados. Considerando isso, formulamos uma questão para ver como o entrevistado se colocaria frente à possibilidade de instalar-se num bairro ou área mais central, o que significaria uma possível formalização, já que são locais mais visíveis à fiscalização. Isso coloca a questão entre as que procuram verificar a permanência ou não na situação de informalidade. A maioria dos entrevistados considera que ao instalar-se numa área mais central as desvantagens seriam maiores que as vantagens.

As "desvantagens" citadas convergem basicamente para o aumento do custo da manutenção do negócio. Argumentam que diminuiriam sua renda líquida com o trabalho até porque "o dinheiro de (seu) trabalho" que "deveria vir" só para ele, "estaria indo para o bolso do governo", além de despesas administrativas adicionais que teria.

Outras desvantagens mencionadas por alguns, em adição a essas, são que teriam que dedicar parte do tempo, que hoje usam só para o trabalho, para resolver problemas administrativo-contábeis, o que viria em detrimento da criação, da execução do trabalho em si. Um outro entrevistado argumenta também que como está, "está bem", pode estar junto aos filhos, já tem uma boa clientela e

¹⁹ Fizemos também essa pergunta com o propósito de ver se para o entrevistado pessoalmente, e não só comercialmente, seria melhor a mudança para uma área mais central.

observamos com outros dados tem um padrão de renda superior ao que tinha antes. Há, ainda, quanto a uma possível ampliação do empreendimento de trabalho, menção a problemas quanto ao mercado consumidor de seu serviço/produto. Alguns consideram que no município há uma demanda restrita ao tipo de serviço que presta, o que não justifica essa ampliação. Ou, ainda, que não está "suficientemente firme" economicamente e que ainda não tem uma clientela que justifique uma ampliação de seu negócio.

Não há uma recusa ou restrição a essa ampliação em si, ou seja, não há uma recusa à formalização, mas tão somente o que prevalece entre eles é uma visão de que a dimensão do empreendimento de trabalho que têm hoje lhes é adequada, seja frente ao custo de manutenção ou a como e ao que querem executar em seu trabalho (por exemplo, dedicar menor tempo à parte administrativa). Vêm uma adequação, vêem vantagens entre a dimensão do empreendimento e o que obtêm em termos do resultado econômico-financeiro e do bem-estar na execução do trabalho. Como nos disse um entrevistado, "está bem assim... se melhorar estraga".

Mas há também uma minoria de entrevistados que planejam ou já estão procedendo a uma ampliação do seu empreendimento econômico, só que geralmente estão fazendo-o ou pensam em fazê-lo dentro das instalações nas quais já trabalham, no mesmo local, sem alterar a característica de quase "invisibilidade" física à fiscalização.

Entre esses últimos, as vantagens que vêem numa possível formalização de seu trabalho são, por exemplo: instalações melhores e diversificação do produto, com o que seria mais fácil ampliar sua clientela, que hoje "ainda está" restrita; poderia aumentar sua clientela, já que os clientes tendem a confiar mais na qualidade do serviço oferecido num bairro central; um outro vê a possibilidade de fazer seu trabalho numa empresa, o que, dado o tipo de trabalho que faz, ajudaria a

divulgar seu nome. E há ainda dois entrevistados que pretendem voltar a um trabalho assalariado similar ao último que tiveram.

Os dados poderiam sugerir alguma relação entre o resultado econômico - operacional e financeiro - já obtido e os propósitos de formalização ou não do trabalho informal, formalização que significaria uma não-permanência na situação de estar exercendo um trabalho informal. Porém, não reside nesses resultados econômicos a explicação para permanência ou não; eles são parte, mas não o dado central que nos explica isso. Os dados sugerem que o desempenho econômico de seu empreendimento de trabalho está presente nas avaliações, mas o que nortearia aquela avaliação e as decisões de permanência ou não seria em que medida o trabalho informal responde aos referenciais pessoais de conduta quanto ao trabalho. É essa a principal referência presente em suas avaliações e não as expectativas especificamente econômicas com o exercício de um trabalho informal. As decisões de trabalho não se restringem aos limites dos resultados econômicos, o que confirmamos mais à frente quando consideramos a permanência ou não e a relação disso com este dado (do resultado econômico) e com o conjunto da avaliação, nos seus vários referenciais (trabalho informal; trabalho formal - anterior e possível -; vida familiar e pessoal).

Vimos os aspectos negativos e positivos no exercício em si do trabalho informal. A seguir veremos o que o trabalho informal tem de "melhor" (positividades) e o que tem de "pior" (negatividades) para a vida de trabalho, em geral, dos entrevistados.

Trabalho informal e vida de trabalho

Quanto ao que o trabalho informal tem de melhor para sua vida de trabalho, praticamente todos os entrevistados mencionaram dois ou mais aspectos positivos,

e apenas dois entrevistados citaram um aspecto. O aspecto que é mencionado com mais frequência é o estar fazendo um trabalho que "gosta", em que se sente gratificado ("o prazer de estar fazendo o que gosta"), estar exercendo "sua" profissão. Ao lado da valorização positiva desse trabalho como profissão, está a menção a que "cresceu profissionalmente", exercendo-o. Além de considerar que nesse trabalho está trabalhando com a "sua" profissão, com algo de que gosta, o entrevistado considera que está progredindo em seus conhecimentos, em suas habilidades dentro dessa profissão. Ou, então, o que vê como positivo é que a profissão requer uma atualização constante de conhecimentos na área, ou ainda que nesse trabalho tem se aperfeiçoado de acordo com seus próprios interesses e não de acordo com o "interesse de outros", como acontecia quando trabalhava formalmente.

Essa relação positiva entre o trabalho atual e o exercício de um trabalho em que se vêem profissionalmente gratificados é uma das respostas mais frequentes entre os entrevistados quando avaliam informalidade e vida de trabalho. Essa relação está expressa também quando o entrevistado cita como fatores positivos que: "tem orgulho" quando vê o resultado de seu trabalho, ou "se sente" prestigiado com os "elogios" que recebe, ou ainda a sua "profissão é uma profissão respeitada em qualquer meio, em qualquer ambiente... por rico, por pobre... porque sabem" que para ser bom nesta profissão "não adianta comprar" a qualificação, "precisa mesmo batalhar, estudar...para chegar lá", ou, ainda porque "agora seu nome já é reconhecido", respeitado "na praça".

Ainda dentre os aspectos positivos do trabalho atual para sua vida de trabalho, um segundo grupo de fatores citado com frequência, embora menor que a do anterior, são os relacionados à renda²⁰.

²⁰ A questão específica da renda e trabalho informal é tema que foge aos objetivos de nosso estudo. Esta é tão somente uma referência complementar ao núcleo central de dados que analisamos. Essa questão, entre outras, é tratada por Cacciamali (1983), op. cit., conforme já nos referimos no capítulo 1.

Cabe lembrar que, como vimos nos dados sobre trabalho informal no item "Alguns Dados Quantitativos dos Trabalhadores Entrevistados", do capítulo 2, ao responderem o valor do que auferem em número de salários mínimos/mês no trabalho atual, declararam a renda líquida auferida, ou seja, a parcela dessa renda disponível para gastos familiares e pessoais. Há entrevistados em várias faixas de renda: há desde os que ganham o equivalente à faixa de 1 a 3 s.m. até os que ganham 35 s.m.. Vimos também que essa renda é variável de mês a mês e que, dependendo da atividade de trabalho, varia conforme a época do ano, diferentemente do assalariado. Têm uma previsibilidade, mas não uma certeza quanto ao montante que irão auferir, aspecto que, como veremos à frente, é apontado como fator negativo. Os dados quanto à renda e outros, como vimos, mostram uma heterogeneidade no grupo entrevistado, sendo que as diferenças de renda, assim como a baixa renda, não constituem uma característica própria do trabalho informal, mas estão presentes no conjunto do mercado de trabalho brasileiro. Essa heterogeneidade acompanha a diversidade presente no conjunto do mercado de trabalho, o que, conforme já mencionado, foi demonstrado por outros estudos.²¹

A renda auferida no trabalho informal é apontada pelos entrevistados como um aspecto positivo, seja, por exemplo, porque "ganha mais" do que no trabalho anterior, ou do que ganharia num outro trabalho formal (o ofertado ou um possível); ou porque a renda adicional com esse trabalho lhe permite resolver a contento um problema financeiro familiar; ou porque consegue obter um percentual sobre unidade vendida maior do que o que obtém nas vendas no trabalho formal (trabalho paralelo)²²; ou simplesmente o positivo é que, com esse trabalho, voltou a ter uma renda.

²¹ Veja-se Cacciamali. (1983), op.cit..

²² No caso desse último entrevistado, os valores absolutos de sua renda no trabalho formal são bem maiores do que no informal. Porém, um propósito, entre outros, que tinha ao iniciar o trabalho informal

Esse aspecto da renda aparece como positivo relativamente a outras experiências ocupacionais. É num sentido comparativo que a renda é apontada como um aspecto positivo e não necessariamente frente a um dado valor numérico absoluto ou a patamares de renda. Assim, por exemplo, o entrevistado que ganha o equivalente à faixa de 3 a 4 s.m. considera que no trabalho informal tem, e muitas vezes considera que sempre terá, uma condição de renda melhor, não só porque recebe mais em termos de número de salários mínimos do que no último emprego, mas também porque, por exemplo, no trabalho informal não tem custos com alimentação fora de casa, com condução para o trabalho ou com vestuário. A mudança de trabalho significou uma mudança no perfil de seu padrão de consumo, o que torna a situação de trabalho atual mais vantajosa em termos de renda, levando-o a considerar que a renda anterior "não valia a pena" frente à situação atual. Outro entrevistado que ganha o equivalente a 12 s.m. considera a renda um aspecto positivo frente ao que lhe foi ofertado no trabalho formal. Um outro, que aufera o equivalente à faixa de 2 a 3 s.m., e que tem o trabalho informal como "paralelo", considera a renda um dos fatores positivos, mas é no trabalho formal que tem sua principal fonte de renda. Para esse último entrevistado, a renda do trabalho informal é um aspecto "positivo" frente ao que se propunha obter, em termos de renda, quando ingressou nesse empreendimento de trabalho e também comparando ao percentual que obtém por unidade comercializada num e noutro trabalho.

Não nos parece razoável interpretar que a renda é vista como positiva simplesmente porque as pessoas estariam supostamente acomodadas em um dado

foi conseguir uma renda adicional para enfrentar um período em que o salário do trabalho formal não era suficiente para cobrir as demandas familiares da época. É frente a isso que considera o resultado obtido com o trabalho informal bastante positivo; além do que vê a renda do informal como "melhor" dentro da comparação que faz entre percentual sobre unidade vendida no formal e no informal, concluindo que o percentual que obtém com o trabalho informal lhe é bem mais favorável. Provavelmente porque nesse último trabalha para si, e no formal o percentual é definido pela empresa.

padrão de renda, padrão que se visto no conjunto do mercado poderia talvez ser negativo. No caso, trata-se de uma avaliação com base não só no valor absoluto da renda, mas em seus propósitos com o trabalho e o resultado obtido a partir desses propósitos. É uma avaliação relativa ao objetivo pretendido e propósito alcançado - que não se restringe à remuneração - e não frente ao resultado financeiro do negócio. Não é necessariamente uma avaliação que estaria refletindo uma falta de percepção dos entrevistados do valor absoluto de sua renda frente às desigualdades presentes no mercado de trabalho. Mesmo existindo aquela falta de percepção, ela não invalida a avaliação geral positiva dos entrevistados quanto ao trabalho informal para sua vida de trabalho. Portanto é uma avaliação que não se centra na questão da renda - embora ela esteja presente. Há outras dimensões da vida de trabalho (por exemplo, ter uma profissão) que têm mais centralidade nessa avaliação positiva.

Um terceiro fator mais freqüente, entre os positivos, está associado a ser esse um trabalho que é fruto da iniciativa pessoal do entrevistado, um trabalho "criado" por ele e em cujo exercício tem independência decisória e administrativa. A valorização do trabalho por ser um trabalho por conta própria aparece - além de associado ao fato de ser um trabalho que resultou da iniciativa pessoal do entrevistado - associado à característica dessa maneira de trabalhar, que confere ao entrevistado uma independência maior nas decisões e execução do trabalho. Ou seja, o que valorizam é não estarem limitados, em seu trabalho, a regras quanto a horário e/ou local e/ou vestuário e/ou decisões de profissionais que estejam em posições hierarquicamente superiores, mas terem domínio decisório de seu trabalho, que lhes permite obter, ou tentar obter uma meta de qualidade na produção que eles próprios estipulam, dentro dos padrões que consideram aceitáveis. Assim, diz um dos entrevistados, "não tenho que dar satisfação a ninguém...eu que cuido para que o trabalho tenha bom acabamento". Essa

qualidade do que produz fica na dependência das decisões principalmente dele e não de outros. A maneira independente como trabalha - "criando" e decidindo sobre seu trabalho - é um "incentivo para buscar novos desafios".

Os entrevistados são trabalhadores que aplicam recursos próprios para "criar" seu empreendimento de trabalho. Nesse sentido provêm seu próprio trabalho e, além disso, participam diretamente da produção, não dependem do trabalho de terceiros para produzir. São trabalhadores por conta própria - encarregam-se de reunir e coordenar (e decidir sobre) todos os fatores de produção, participando diretamente do empreendimento econômico, sem depender do trabalho de outrem para produzir. Porém, não são empreendedores com capacidades e possibilidades ilimitadas, dadas pela dinâmica do livre jogo de mercado - como está sugerido em alguns estudos²³.

Como já vimos em questões anteriores, esse "depende de si mesmo" tem como contrapartida um aumento da responsabilidade com o trabalho que faz, inclusive quando à renda que irá auferir ao final do mês, pois "o quanto [vai ganhar] depende, por exemplo, de "se começar mais cedo, [saber] que [pode] ganhar mais, senão...", quem perde é ele mesmo. O custo dessa independência decisória recai sobre o próprio entrevistado.

²³ Tem surgido na literatura sobre "setor informal", menção a essas pretensas possibilidades ilimitadas como traços distintivos do trabalhador informal, tais como o de terem capacidade de iniciativa. Alguns desses estudos, por exemplo, Soto (1987), op.cit., tem uma abordagem em que essa caracterização fica associada a uma certa capacidade de iniciar e administrar um dado empreendimento econômico produtivo, de terem "iniciativa empresarial", assumindo a responsabilidade pelo funcionamento e eficiência, vendo essa capacidade de iniciativa como capacidade empresarial no mercado. Isso é o que define o termo "empresário": "pessoa ou grupo de pessoas que inicia e/ou administra uma empresa, assumindo a responsabilidade por seu funcionamento e eficiência", conforme Dicionário de Economia (1985), op. cit.. Em Schumpeter, a concepção vem associada à idéia de ser aquele que tem a função e papel no capitalismo de alcançar resultados com empreendimento produtivo econômico, especialmente empreendimento não rotineiro, inovador - quanto a formas de circulação, de produção, etc - frente ao que já existe. Veja-se a respeito, Schumpeter, Joseph Alois (1961), Capitalismo, Socialismo e Democracia, tradução de Ruy Jungmann, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro. (traduzido do original inglês, Capitalism, Socialism and Democracy, Ed. George Allen and Unwin, Londres, sem menção à data do original), veja-se especialmente, capítulo 11.

Quando os entrevistados avaliam o que o trabalho informal tem de pior (de negativo) para sua vida no trabalho, onze entrevistados mencionam dois ou mais aspectos negativos e outra parcela considera que não há aspectos negativos dignos de menção. Esses últimos respondem simplesmente que "não tem nada que seja pior" ou então que "só melhorou" após terem iniciado o trabalho atual. E há outros três entrevistados que mencionam só um fator negativo no trabalho informal para sua vida de trabalho. Diferentemente da questão anterior (positividades do trabalho informal), em que todos os entrevistados mencionaram algum aspecto positivo, aqui nós temos um número expressivo que não menciona nenhum outro aspecto negativo do trabalho informal²⁴.

Os aspectos negativos mencionados são variados. Destacam-se a insegurança de não saber ao certo a renda que irão auferir ao final do mês; o fato de que o número de horas de trabalho é desgastante; e/ou uma sobrecarga de trabalho e ainda a falta de "descanso" ou lazer adequados.

Quanto à renda, um entrevistado refere-se, por exemplo, ao fato de que estando o montante da renda na dependência de quanto trabalhe, preocupa-se com o caso de vir a adoecer, porque aí não teria como garantir a renda e com isso o sustento familiar e pessoal. Ou então, para um outro, a maior "liberdade" tem como contrapartida o aumento da dependência entre o ganho auferido e seu empenho, dedicação ao trabalho. Por exemplo, se se atrasar para iniciar o trabalho, sabe que estará prejudicando seu próprio ganho. Esse último aspecto é citado por um outro entrevistado como negativo, porque não tem a mesma "tranquilidade" de quando era assalariado - a de saber o que iria ganhar ao final do mês. São aspectos

²⁴ Cabe reafirmar que das quatro questões vistas neste item ("Avaliação do Deslocamento no Mercado de trabalho..."), estas duas últimas enfatizam a avaliação do trabalho informal para a vida de trabalho como um todo. E as duas primeiras tratam da execução em si do trabalho informal (as dificuldades e facilidades que encontram para essa execução).

que apontamos antes, relacionados ao aumento de responsabilidade que têm com a maior liberdade.

Quanto ao número de horas trabalhadas, mencionam que esse número é instável, pois alternam-se momentos de sobrecarga com outros mais tranquilos. Nas palavras de um entrevistado, "me prejudica física e psiquicamente...às vezes me sinto esgotado", ou então que é desgastante quando tem que cuidar também da parte administrativa. Quanto a isso, alguns prefeririam ficar só com o exercício da atividade de trabalho em si, e um entrevistado gostaria de poder cuidar mais da parte administrativa e gerencial, deixando a maior parte dos demais trabalhos para ajudantes. Ainda quanto ao tempo dedicado ao trabalho, os entrevistados citam que é um desgaste porque não "(têm) domingo..não (têm) lazer".

Além desses dois aspectos mais citados (insegurança quanto à renda a ser auferida e tempo excessivo dedicado ao trabalho), mencionam outros. Um entrevistado cita a interferência das preocupações de trabalho na vida familiar e vice-versa, resultado do fato de que "envolve-se" muito com o trabalho e não, ou nem sempre, consegue "desligar-se" das questões de trabalho quando está na vida familiar. Para um outro isso resulta da própria proximidade física entre local de trabalho e residência. Outro aspecto negativo são as dificuldades no trato com a clientela. Para alguns entrevistados, lidar com o público exige que "esconda" preocupações, problemas pessoais, exige que seja sempre "gentil", ainda que esteja "aborrecido". Há ainda o preconceito da clientela com um serviço oferecido no bairro - que considera de qualidade inferior ao que é ofertado nos bairros mais centrais. E finalmente temos como negativos, problemas com a imagem pública da profissão²⁵, ou o fato de não se sentir profissionalmente valorizado fazendo o trabalho atual, ou ainda o fato de colegas copiarem seu trabalho, etc.

²⁵ Um entrevistado que faz massagem terapêutica sob recomendação médica diz que a profissão de massagista tem sido deturpada publicamente com a associação à prostituição. Outros entrevistados, que

Trabalho formal e vida de trabalho

Uma das duas questões avaliativas que enfatizam a comparação com o trabalho formal é quanto ao que há de melhor no trabalho formal. Nessa questão, onze entrevistados respondem que "não há nada de melhor" nesse trabalho, diferentemente da resposta à mesma questão para o trabalho informal, em que todos citam pelo menos um aspecto que consideram "melhor" no trabalho informal.

Um entrevistado diz que não tem nada de melhor no trabalho formal, embora muita gente goste do trabalho assalariado pelo fato de ter "menos responsabilidade...Para mim não é assim". Ele considera que a responsabilidade que há a mais vale a pena frente às vantagens que são a contrapartida dessa "responsabilidade maior". Nessa mesma linha, um outro que tinha um cargo de gerência numa multinacional diz que o trabalho atual é "melhor" do que o formal, porque o que ele "quer na vida...não vai por aquele caminho" do trabalho anterior: "talvez para outros que têm como objetivo ganhar cada vez mais dinheiro, aumentar seu consumo, aí sim. Mas não é meu caso". Para esse entrevistado, a vantagem está em poder "carregar seu trabalho...para onde e quando" quiser e ter um estilo de vida que considera mais apropriado para si e sua família²⁶.

trabalham em outras áreas, mencionam com relação ao mesmo tópico que, por exemplo, há desvalorização da sua profissão pela atuação, no mercado, de pessoas sem qualificação.

²⁶ A visão que associa o trabalho informal a uma vida alternativa à de consumo não é comum entre os entrevistados. O que encontramos mais comumente foram referências a um ajuste, interessante para eles, a um padrão de consumo compatível com o que ganham. Assim, diz um entrevistado: "não posso me queixar, mas (também) não sou de comprar isto e aquilo, essas coisas novas sempre que aparecem". Padrão de consumo que atende a suas demandas pessoais e familiares mas sem ser necessariamente uma forte crítica ao consumo em si. Cabe citar também que o entrevistado que tem uma clara proposta de vida alternativa à de consumo tem casa própria, carro, microcomputador (para uso no trabalho), tem um padrão de consumo ajustado a seus interesses. O número expressivo de respostas de tipo "não tem nada de melhor" no trabalho formal é uma avaliação negativa dessa situação de trabalho que não aparece necessariamente como uma crítica ao trabalho formal em si ou a algum estilo de vida associado a ele.

Os aspectos mais freqüentemente mencionados como sendo o que o trabalho formal tem de melhor estão associados à valorização da profissão que nele exerciam ou então à segurança ou estabilidade maior quanto à remuneração e benefícios sociais. Assim, os entrevistados gostavam da atividade com a qual trabalhavam porque, ou era a profissão que gostavam de exercer, ou um trabalho no qual se sentiam de algum modo valorizados profissionalmente. O trabalho formal é melhor no que se refere a terem garantido 13o. salário, férias remuneradas, etc. - que agora, no informal, eles mesmos têm que suprir no ganho médio mensal. Antes - no formal - não precisavam se preocupar, em caso de doença, porque tinham a possibilidade (ou teriam) de receber alguma cobertura previdenciária em caso de doença. Mencionam o fato de que podiam contar com uma dada remuneração ao final do mês e agora sua renda é mais imprevisível ou, então, citam a aposentadoria (que já recebem ou a que teriam direito), embora seja "tão pouco o que se recebe"²⁷.

Afora esses aspectos, há, por exemplo, um entrevistado que menciona que o melhor no trabalho formal era que fazia seu trabalho com independência decisória (pelo tipo de cargo que ocupava na empresa); um outro diz que gostava do ambiente humano de trabalho; outro, que conseguia "desligar(-se)" das preocupações "de casa" quando "passava o portão da empresa...como se tivesse um interruptor" (que "religava" ao sair de lá). Ou então o fato de que "a responsabilidade diminui, porque, aqui (no trabalho informal) é muita". Quanto a essa maior "responsabilidade", um entrevistado, que trabalha com produção de alimentos, diz que tem que "tomar muito cuidado" com a qualidade das matérias-primas que

²⁷ Para um entrevistado que mencionou muito enfaticamente não haver nada de melhor no trabalho formal, resolvemos lembrar-lhe o acesso mais fácil e garantido ao benefício da aposentadoria. No que ele retrucou: "mas não adianta mesmo estar pagando para o governo a vida inteira. O que conta para valer (no que irá receber de aposentadoria) é só o que se paga nos últimos três anos", e considera esse aspecto - a aposentadoria - um fator negativo do trabalho formal. Para ele não há benefícios sociais que justifiquem um deslocamento para um trabalho formal (nem a permanência nele).

utiliza, com higiene, etc., porque "qualquer problema" que prejudique a saúde de algum cliente lhe traria "muita complicação", experiência que já teve o desgosto de ter e a partir da qual redobrou os "cuidados". Outros entrevistados apontam como "melhor": o fato de que o tipo de atividade exercida no trabalho formal era mais adequado a sua idade (cansava-se menos); ou que ficou "mais humano, mais sensível", porque no tipo de trabalho que tinha conviveu com situações de "miséria e pobreza"; ou então que foi positivo simplesmente porque foi uma "etapa da vida" que o "destino" lhe reservou passar para poder chegar ao trabalho que tem hoje (e que prefere).

Alguns entrevistados enfatizaram na resposta a essa questão que "não há nada de melhor" no trabalho formal. Porém acabaram completando a resposta com um "a não ser..." e citaram a aposentadoria - apesar de ser pouca -, ou as amizades e convívio com colegas de trabalho, ou a possibilidade que tinham de, dado o tipo de atividade de trabalho, "ficar sozinho, refletindo".

Quanto ao que o trabalho formal tem (tinha) de pior para a vida de trabalho, todos os entrevistados citam um ou mais aspectos, diferentemente da resposta para a mesma questão quanto ao trabalho informal, em que onze entrevistados (quase metade do total) disseram não haver nada de pior.

Há dois aspectos negativos que são igualmente os mais mencionados quando a avaliação do informal tem como referencial o trabalho formal. Um deles está relacionado ao fato de que no formal não está(va)(ria) trabalhando por conta própria e o outro é o salário. Os entrevistados que mencionam os aspectos relacionados ao fato de no trabalho formal não exercerem um trabalho por conta própria referem-se ou ao último emprego, ou ao trabalho paralelo, ou a um possível trabalho formal. E o referencial do trabalho formal é sempre o assalariamento, provavelmente porque, como vimos, essa é a experiência comum ao conjunto dos entrevistados e/ou porque não contemplam como factível ter um

empreendimento de trabalho próprio dentro do que requer um empreendimento econômico formal (por exemplo, volume de capital para instalação). Nesse sentido, para os entrevistados, a alternativa de trabalhar por conta própria parece passar quase que, necessariamente, por um período de informalização no mercado.

Isso é exemplificado pela experiência vivida por um entrevistado que já teve um negócio próprio "formalizado", no mesmo ramo de atividade em que trabalha informalmente, e "fechou" porque não conseguiu arcar com as despesas decorrentes da manutenção de um negócio formal. E diz que a única forma de reerguer-se depois de "perder tudo" foi montar um novo negócio, só que "dessa vez (aprendeu)...tem que começar assim, antes de dar dinheiro do meu trabalho para o governo", porque do contrário - iniciando com um empreendimento de trabalho formal - diz que "não dá...pisam até acabar contigo". Assim, a informalidade é um meio para chegarem a ter um dado tipo de trabalho almejado.

Ainda entre os aspectos relacionados ao exercício do trabalho por conta própria, apontam como negativo no trabalho formal o fato de "ser mandado" ou, comparando com o trabalho atual, que "não (se) acostumaria mais a trabalhar de empregado" e "ainda mais agora" que seu negócio próprio está "estabelecido... com clientela feita". Nessa mesma linha, mencionam também que ele (entrevistado) sempre definiu e organizou seu próprio horário e não se acostumaria de outra forma e do mesmo modo, no que se refere às decisões de trabalho (como fazer, quais as prioridades), ou então que não se sentia à vontade com o "esquema" de horário do trabalho formal. Como expressou um dos entrevistados, trabalhando de empregado "a pessoa fica cativa do serviço", tem horário a cumprir, tem que dar satisfação aos outros, esse seria o custo de "trabalhar para os outros" e não para si. Incluem-se, nesse conjunto de aspectos, tanto o fato de ter uma outra autoridade que não a dele próprio "mandando" no seu trabalho, quanto o de não ter independência para as decisões técnicas, administrativas, operacionais do trabalho-

além da inviabilidade de ter um empreendimento próprio de trabalho, se iniciá-lo numa situação de trabalho formal.

Vêm o trabalho formal como negativo para sua vida de trabalho, tanto pela possibilidade ou experiência prévia de ter sido empregado de outrem, como frente à experiência já vivida de trabalhar por conta própria, a partir da qual "não se acostumaria(m)" mais a não ter a independência no trabalho que têm atualmente. Além disso, apontam para o fato de que seu trabalho atual por conta própria estaria inviabilizado, se fosse um trabalho formal.

O outro conjunto de aspectos negativos do trabalho formal - tão mencionados quanto os associados à condição de conta própria - é o "salário baixo" ou salário "menor" que a renda auferida no trabalho informal. Esse é um aspecto mencionado por entrevistados de diferentes níveis de renda no informal. Assim, para um entrevistado com uma renda equivalente a 9 s.m. (no trabalho informal), "viver de salário só é melhor mesmo para quem ganha muito". Para ele só foi possível "ter o que [tem] hoje" depois que passou para o trabalho informal atual, e que não está "rico" mas que a família já mora em uma casa própria. Vale dizer que a menção que faz à moradia anterior indica que morava num terreno público ("morava numa área do governo"), que "ocupou" para fim de moradia. Além da moradia, cita, relacionado à mudança no rendimento, que se alimenta melhor e já não tem problema de saúde como tinha antes. Enfim, que vivia em piores condições comparativamente à situação atual. Um outro entrevistado, que ganha o equivalente à faixa de 3 a 4 s.m., considera que "ganhava menos" não só pelo número de salários mínimos que recebia, mas também pelo acréscimo de despesa - no trabalho anterior - com vestuário, alimentação fora de casa, etc. Essa avaliação também é feita por outro entrevistado que nunca trabalhou formalmente (que ganha o equivalente a 35 s.m.), e considera que os gastos em trabalhar "fora de casa" são um fator negativo no trabalho formal.

O terceiro aspecto negativo do trabalho formal mais mencionado, após os dois anteriores, está relacionado à falta de perspectiva profissional no trabalho formal ²⁸. Essa falta de perspectiva aparece associada à política de pessoal da empresa que, segundo um entrevistado, "cerceou (seu) crescimento profissional" na empresa; para um outro, não havia possibilidade desse "crescimento" frente ao que desejava, já que naquele emprego exercia uma função que não considerava como uma profissão, "não tinha vontade" de exercê-la. Para um outro, no formal exercia um trabalho que "qualquer um podia fazer...aprendeu aquilo ali e pronto, não tinha mais o que aprender", não tinha o que "evoluir", "criar". Um outro entrevistado "desiludiu(-se) com a profissão...não era o que esperava", pois embora tenha estudado para exercê-la, "não gostou" da experiência de trabalhar com ela. Nessa mesma linha, um entrevistado associa a baixa qualificação profissional ao baixo salário e diz que: "aquilo ali (o trabalho formal) não era profissão, não era nada...era um trabalho que não exigia nada. Era só mesmo para se dizer que ganhava, e ainda o mínimo, porque aquele salário não dava pra nada". Sentia-se "mal" naquele trabalho e "só pensava em como sair dali".

Observamos que, nessas comparações entre trabalho formal e informal, os entrevistados referem-se positivamente à profissão exercida no trabalho informal como uma superação, um avanço frente à condição profissional anterior. Como diz um entrevistado, comparando com um outro período da sua experiência de trabalho, o importante, o positivo foi "não ter ficado naquilo...sem futuro, como era na roça. Os [parentes] que ficaram lá estão do mesmo jeito" ²⁹. Esse entrevistado começou a aprender e passou a exercer a ocupação que tem hoje no

²⁸ Os entrevistados que responderam esse aspecto são todos do grupo B - trabalham só no I e já trabalharam no F.

²⁹ Este entrevistado veio a exercer o trabalho informal atual depois de ter passado por várias experiências de trabalho em outras cidades. Ele não se deslocou do trabalho na lavoura para o informal. Quando ele faz a avaliação do trabalho informal, menciona os "parentes" que ficaram "na roça", porque foi a forma que encontrou para expressar o que ele considera ser um avanço em sua trajetória ocupacional, uma superação de situações de trabalho anteriores, já que ele vivenciou também a situação de trabalhar "na roça".

informal durante o período do último trabalho formal. Portanto, passou a exercer a "nova" profissão ainda quando no trabalho formal. Mas é no trabalho atual que ele consegue dar um outro passo qualitativamente melhor, o que, no seu relato, compara da seguinte forma: "trabalhando de empregado, nunca iria conseguir sair do lugar". A ênfase positiva no informal está em que associa o exercício de uma dada profissão - que valoriza - a estar exercendo-a por conta própria e, além disso, é nessa condição de trabalho que pôde auferir uma renda que possibilitou uma "vida melhor" para a família (em termos de condição de moradia, alimentação, acesso a dados bens de consumo duráveis, etc.). Tem um carro³⁰, tem "tudo que precis(a)". Tem um padrão de moradia (casa própria com equipamentos básicos) e de vida - com os filhos indo à escola, com alimentação adequada, etc. - que é uma "vida melhor" do que a que "conseguiria ter", mantendo-se na situação de trabalho anterior. O que ele valoriza no informal (tendo como referencial avaliativo o trabalho formal) é esse conjunto de aspectos.

Além desses, há ainda a menção a outros aspectos negativos do trabalho formal, como: sobrecarga de trabalho - não necessariamente quanto ao volume, mas também quanto à "responsabilidade" -, o que é "*stressante*"; ou ainda, que "o patrão abusa" da autoridade e "descarrega nos empregados seus problemas pessoais"; ou que na empresa tinha que realizar tarefas que considerava "inúteis" ou "não prioritárias" à própria empresa, numa discordância com os critérios da chefia; ou que tinha que cumprir ordens conflitantes, de diferentes chefias para um mesmo trabalho; ou o desgaste que tinha junto aos clientes devido a que a direção da empresa, por falha na condução dos negócios, "não garantia" compromissos de entrega e qualidade. Tais exemplos mostram que os entrevistados discordavam e consideram negativos procedimentos administrativos e/ou técnicos de seus empregadores.

³⁰ Vale citar que o carro desse entrevistado tem uma faixa de tempo de uso de 11 a 15 anos.

Como vimos, enquanto que para a mesma questão (aspectos negativos) feita quanto ao trabalho informal, há um número expressivo de entrevistados que declaram não haver nada de pior no trabalho informal, já nessa questão, em que se referem ao trabalho formal, ao contrário, não há nenhum entrevistado que deixe de mencionar pelo menos um aspecto negativo.

Nas questões sobre os aspectos positivos, quando o referencial é o trabalho formal, é uma minoria de entrevistados que menciona alguns aspectos e, geralmente, citam só um. O oposto ocorre quando o referencial é o trabalho informal. Nesse caso, geralmente citam mais de um aspecto positivo e todos os entrevistados citam pelo menos um. São dados que indicam uma avaliação fortemente favorável ao trabalho informal.

Trabalho informal e vida pessoal e familiar

Finalmente, quando enfatizado nas questões avaliativas o referencial "vida pessoal e familiar", embora mencionem aspectos tanto positivos quanto negativos, a maior parte dos entrevistados considera que depois que começou o trabalho informal atual "não piorou nada" na vida pessoal e familiar, ou que "só melhorou", indicando uma avaliação geral também positiva quanto a essa questão. Dezoito entrevistados citam dois ou mais aspectos que melhoraram depois de iniciado o trabalho atual, e sete citam um aspecto, ao passo que ocorre o oposto quando mencionam o que piorou na vida pessoal e familiar após terem iniciado o trabalho atual - dezoito citam só um aspecto e sete citam dois ou mais.

Entre os que mencionaram algo que piorou na vida pessoal, familiar, temos que para um entrevistado, "embora não falte nada", está "sacrificando" a família

frente às possibilidades de consumo que tinha quando estava empregado, apesar de que a família tem acesso a quase todos os bens de consumo duráveis pesquisados. Um outro sente-se "inseguro" para enfrentar a responsabilidade de sustento familiar com a incerteza e variabilidade da renda, ou então não tem sido possível momentos de lazer com a família, com os filhos, frente à sobrecarga e envolvimento com o trabalho. Não tem "sábado, domingo, férias", geralmente "trabalha direto", sendo escassos os passeios com a família, prejudicando a atenção que poderia dar aos filhos nesses momentos. Ainda, relacionado ao envolvimento com o trabalho, um outro entrevistado diz que o que tem de pior é que o tipo de trabalho que faz é muito autocentrado, requer certo "isolamento" para produzir, criar, o que dificulta o relacionamento afetivo, até porque "não dá para dividir" o tempo e atenção entre o trabalho e outra pessoa.

Além desses, citam como aspectos piores para a vida familiar e pessoal: o prejuízo à saúde (dado o desgaste com períodos de pico de trabalho e com a irregularidade do ritmo de trabalho; dado à postura física; devido à não-adaptação ao clima do município); a baixa disponibilidade e dificuldade de acesso a serviços de saúde no município, o que tem prejudicado a família (o que associa ao trabalho, já que a mudança de trabalho está relacionada também à vinda para o município); ou ainda o fato de sentir-se "insatisfeito", "desprestigiado", pois preferiria estar fazendo um outro tipo de trabalho. Grande parte dos aspectos apontados como negativos para a vida pessoal e familiar estão relacionados ao que apontaram como pior para sua vida de trabalho, após terem iniciado o trabalho atual.

Quando respondem sobre o que melhorou na vida pessoal e familiar após o ingresso no trabalho informal, é bastante expressiva a distinção que fazem entre o que melhorou para si mesmos e o que melhorou para a família, de tal sorte que os aspectos apontados como "melhoras" se agregam ou em torno de um conjunto de

aspectos positivos para a família e para a relação do entrevistado com a família, ou senão em torno de aspectos positivos para o próprio entrevistado.

Nesse último caso, o que é apontado pelo entrevistado como "melhora" na vida pessoal após ter iniciado o trabalho atual tem um caráter mais subjetivo, são aspectos ligados a emoções, sentimentos. É mais freqüente os entrevistados mencionarem essa ordem de aspectos do que os relacionados à família. Assim, por exemplo, um entrevistado que não havia feito antes referência a sua religiosidade, aponta como positivo o fato de que "desenvolveu-se espiritualmente" e "cresceu humanamente" no convívio interpessoal no trabalho, e que ele "evoluiu" em sua capacidade de entender os outros e a si mesmo. Considera que isso é resultado tanto de fazer um trabalho em que tem que "observar o mundo a sua volta", prestar atenção nas formas, nas expressões das pessoas, como também resultado de ser esse um trabalho que é a sua vocação e que, portanto, lhe faz "bem".

Um outro, que é aposentado e viúvo, diz que com o trabalho atual sente "menos solidão". Para um outro, antes "era uma pessoa retraída" e ao ampliar seus "conhecimentos" no trabalho, "perdeu o medo" de "conhecer coisas novas". Há ainda um que diz que considera sua atividade de trabalho "terapêutica" porque o ajuda "emocionalmente...alivia a cabeça", sendo a atividade de trabalho para ele "como (que) uma terapia"; outro simplesmente se "sente bem" nas situações de trabalho porque são "alegres...descontraídas", o oposto da situação de *stress* descrita na função que exerce atualmente numa empresa.

Ainda como outros aspectos positivos nessa questão temos: o fato de sentir-se "mais valorizado", já que "agora tem uma profissão"; ou outros aspectos relacionados ao fato de trabalhar num empreendimento próprio onde se sente "bem" tendo certa "independência" (dispondo seu tempo, tomando decisões mais de acordo com "o que quer"); ou o sentir-se "mais à vontade" trabalhando junto à residência (pode "tomar um cafezinho em casa" sempre que queira), sem

preocupar-se com vestuário; ou aspectos relacionados à religiosidade - o que teve de melhor foi "poder falar de Cristo com as pessoas" (clientes, ajudantes); ou ainda que com o trabalho atual "aumentou (seu) círculo de amizades".

Quanto aos aspectos positivos para a família e para a relação do entrevistado com a família, citam entre outros: com o trabalho atual houve uma participação e apoio do(s) filho(s) e cônjuge incentivando seu trabalho, o que não ocorria antes; ou, então, com esse trabalho melhorou o convívio familiar, porque pode ver a família em horas que, antes, quando na empresa, não era possível; ou há "mais tranquilidade" no convívio familiar porque pode dar mais atenção à família; ou com o trabalho atual consegue associar execução do trabalho e cuidar do filho.

Ainda quanto à relação entre trabalho do entrevistado e convívio e vida familiar, observamos uma mudança no papel familiar de alguns dos entrevistados. Assim, um entrevistado, com a doença do cônjuge, que era o arrimo de família, passa a cuidar dos familiares e sustentá-los com o trabalho informal, mudando o papel que vinha desempenhando na unidade familiar. Nessa linha, um outro entrevistado, com o desemprego do cônjuge, passa a dividir a responsabilidade de prover o sustento da família, diferentemente do que fazia até então.

Além disso, relacionam mais diretamente o que apontam como positivo no trabalho informal à vida familiar. Assim, a "família vive melhor, mais satisfeita", porque tem "mais conforto" com o acesso a bens que antes não era possível ter; ou "melhorou" porque "passou a ganhar mais e isso ajuda em tudo"³¹. Há ainda a relação entre trabalho, vinda para o município e modificação positiva, já que a família passou a "ter uma vida mais alegre...as crianças se divertem mais" ou,

³¹ Como vimos, "ganhar mais" pode significar estar ganhando o equivalente a 3 s.m. ou a 35 s.m.. A questão aqui é que essa é uma situação de renda comparativamente melhor que a situação anterior, pois estão numa condição de renda superior à que tinham anteriormente.

então, "uma vida mais sossegada...mais segura. Aqui tem menos assaltos" (do que no município onde morava).

Essa variedade de aspectos positivos do trabalho atual é expressa por dois entrevistados. Um deles diz que "melhorou tudo, em geral" porque esse trabalho lhe "abriu as portas em quase tudo na vida: amizades, contatos profissionais, bem-estar" pessoal. E nas palavras de um outro, o trabalho atual exigiu dele "uma postura mais dinâmica diante da vida" (de trabalho e pessoal), fê-lo exigir "mais de (si) ao invés de (se) acomodar", fê-lo enfrentar "novos desafios"

Dados avaliativos gerais do trabalho informal

Os dados vistos indicam uma avaliação fortemente favorável do trabalho informal. Além disso, indicam que a avaliação dos entrevistados de permanência ou não no informal passa por essa ampliação de possibilidades presentes e futuras frente à situação passada. Há aspectos que são apontados como negativos num e noutro trabalho (informal e formal), e o mesmo para os positivos. A não-permanência num dado trabalho não parece estar orientada por uma crítica ao trabalho formal ou ao trabalho informal, mas trata-se de não permanecer numa dada situação na qual "não (se) esteja saindo do lugar", na qual não estejam contemplados seus referenciais valorativos de trabalho, referenciais que norteiam suas escolhas de trabalho. A informalidade não é um fim em si mesmo nas suas decisões de deslocamento no mercado de trabalho, mas um meio para viabilizar um dado trabalho que atenda melhor os seus objetivos profissionais, frente às possibilidades de trabalho presentes no mercado.

Considerando de maneira sintética, mais simplificada, os referenciais utilizados na avaliação - (o próprio trabalho informal; o trabalho formal; vida

familiar e pessoal) como avaliam o resultado econômico - e comparando esses dados entre os que não irão permanecer no trabalho informal e os que irão, temos o seguinte resultado: Entre os vinte e um entrevistados que permanecerão, distinguem-se, pela ordem, os seguintes pontos como centrais nas positivities que destacam no trabalho informal: a profissão (todos destacam este aspecto) e/ou o sucesso econômico obtido com o presente empreendimento (dezoito deles) e/ou o estar trabalhando por conta própria (dez deles) e/ou os objetivos familiares, pessoais que esperavam com o início desse trabalho (três deles). Considerando-se só a questão que toma como referencial o trabalho formal, treze deles têm uma avaliação geral positiva do trabalho informal mas mencionam também aspectos negativos; e oito deles têm uma avaliação geral marcadamente positiva. O fator positivo que é comum a todos eles é a valorização da profissão que exercem informalmente.

Já entre os quatro entrevistados que não permanecerão encontramos como resultado mais simplificado da avaliação os seguintes pontos apontados como negativos: não ser a profissão (do informal atual) que valoriza (três deles) e/ou não ter obtido sucesso econômico (dois deles) e/ou aspectos familiares, pessoais (um deles). Dois deles fazem uma avaliação geral mais negativa do trabalho informal. O fator negativo do trabalho informal mais freqüente para esses entrevistados está relacionado também à profissão.

São dados que reforçam o que vimos no item anterior ("Ingresso...") de que o trabalho que consideram seja uma profissão é algo central a esses trabalhadores nas suas decisões de deslocamento no mercado de trabalho. Além disso, tem destaque o sucesso obtido com o empreendimento de trabalho informal, sucesso que é sempre relativo a experiências passadas e objetivos econômicos que pretendem atingir com o trabalho para manutenção da vida pessoal, familiar. Esses objetivos, como vimos, perpassam variados padrões de renda e de condições de

vida. Mas é sobretudo a obtenção de uma dada profissão que parece ser o ponto central das decisões de deslocamento no mercado, e os demais aspectos vêm associados a esse ponto.

De maneira geral, entre os que não permanecerão no trabalho informal atual, encontramos situações tais como a de um entrevistado, cujo ingresso no trabalho atual foi a forma que encontrou para permanecer junto a familiares, mas que não pretende permanecer nele; inclusive já está tentando, "sem pressa", voltar à atividade de trabalho formal anterior (trabalho que prefere porque nele se sente fazendo um trabalho "importante" e por ser mais próprio à sua idade). Um outro ingressou no trabalho informal por razões relacionadas a limitações do mercado de trabalho (não conseguiu um emprego com função e salário no padrão que já tinha anteriormente) e embora tenha uma avaliação positiva do trabalho informal, o baixo valor e a instabilidade da renda obtida na fase de trabalho em que se encontra o desanimam a continuar e, de outra parte, embora goste da área com a qual trabalha, considera que a sua profissão é a que exercia no emprego formal, função que valoriza também pela independência decisória que tinha naquele emprego. Acresce-se a isso o fato de que a regularidade do recebimento do salário e a segurança de poder contar com um dado montante de renda ao final do mês lhe davam maior segurança frente a responsabilidades de sustento da família. Esses dois entrevistados estão buscando empregos formais.

Um outro entrevistado, que não permanecerá, enfrenta o mesmo tipo de dificuldade no trabalho informal (remuneração baixa e instável) e por isso preferiria que melhorasse seu salário - no trabalho "paralelo" formal - a ter que continuar dependendo do trabalho informal para melhorar a renda. Não tem intenção de permanecer, mas depende da modificação das condições do trabalho formal ou de uma mudança nesse quadro da viabilidade econômica do empreendimento informal. Caso não ocorram essas mudanças, pretende modificar

de alguma forma seu trabalho informal, porém ele gostaria de continuar exercendo a atividade do informal, sem depender dela como fonte de renda, como é hoje, pois é uma atividade que se sente bem fazendo e que sempre fez paralelamente ao trabalho formal. E o quarto entrevistado está descontente com a profissão que exerce no trabalho atual, preferindo outra profissão que já exerceu. Está tentando trabalhar com essa profissão informalmente.

Portanto, desses quatro que não permanecerão no trabalho informal atual três estão tentando um (re)deslocamento para um trabalho formal ou uma modificação no trabalho formal que já têm ("paralelo"), e outro entrevistado, um deslocamento para outro trabalho informal.

São questões avaliativas que parecem indicar que, se por um lado o envolvimento com o trabalho informal é positivo - porque se sentem valorizados, exercendo o que consideram ser sua profissão ou por ser um trabalho em que "descobriram" sua profissão - por outro lado esse envolvimento tem também um sentido negativo, que é a sobrecarga de trabalho que os afeta física e emocionalmente, que inviabiliza o lazer (pessoal ou compartilhado com a família). Se o entrevistado alcançou uma condição melhor de renda (frente à da situação anterior), de outra parte convive com a incerteza quanto ao que irá auferir ao final do mês. Se a saúde para alguns melhorou, até porque se alimentam melhor, para outros, a concentração de trabalho em dados períodos e/ou seu envolvimento com o trabalho tem lhes causado problemas de saúde. Se, para alguns entrevistados, trabalhar no município é positivo - por sua beleza natural, pelo fato de a família se divertir mais usufruindo de suas praias -, por outro lado a baixa qualidade ou a falta de serviços públicos básicos (transporte, assistência médica), frente à situação urbana em que viviam antes, têm lhes causado problemas.

Trabalho informal e processo de escolha no mercado de trabalho

O sentido geral dessa avaliação mais positiva do trabalho informal está expresso, como já nos referimos nas palavras de um entrevistado, quando diz que o melhor para sua vida pessoal e familiar foi "ir para frente e não só ficar [onde estava] ou ir para trás". O positivo não foi só sair de uma situação anterior pior, mas também abrir perspectivas frente ao que já viveu e ao que prefere para sua vida de trabalho. Com o deslocamento para a situação de trabalho informal, o entrevistado sai de uma posição de possibilidades mais limitadas para outra mais ampla. E as decisões de permanência ou não no trabalho informal, assim como as de deslocamento do trabalho formal para o informal, não são necessariamente resultado de uma crítica à maneira formal ou informal de trabalhar. O trabalho formal ou o informal são possibilidades presentes no leque de alternativas dos entrevistados. A escolha por um ou por outro trabalho decorre da busca de uma vida de trabalho mais adequada aos referenciais pessoais em que se orientam em suas decisões e condutas de trabalho. É uma escolha para "não ficar" numa situação "sem futuro", mas sim numa situação de possibilidades mais abertas a seus objetivos profissionais.

Parece-nos que essas são ponderações positivas e negativas que o entrevistado faz, tendo como referência central dados referenciais valorativos pessoais quanto ao trabalho, que tem buscado atingir ao longo de sua trajetória ocupacional. Essa busca é que dá um "seguimento", um sentido às suas diferentes experiências ocupacionais.

Os dados examinados no item anterior, "Ingresso...", e os deste item, "Avaliação...", nos parecem indicar que essa busca na vida de trabalho tem alguns pontos mais constantes e comuns ao conjunto dos entrevistados. Essas constâncias

parecem estar em torno dos seguintes aspectos: na busca de uma profissão - de um tipo de trabalho em que se auto-reconhecem como profissionais e se vejam reconhecidos como tal -; e/ou de uma maneira de trabalhar em que tenham maior poder de decisão técnico-administrativa e operacional sobre seu trabalho e que assegure o exercício de uma dada profissão e/ou obtenção de um dado padrão de renda que lhes garanta um patamar de consumo que considerem aceitável para si e/ou sua família. São esses os três fatores que parecem ter maior frequência e são comuns ao grupo entrevistado, entre os quais o valor profissão se sobrepõe. Esses aspectos conformam, certamente entre outros, os referenciais pessoais de conduta que orientam suas decisões de trabalho, ao lado também das relações familiares, crenças religiosas (e outras) que de algum modo relacionam-se à sua vida de trabalho. Conjunto de aspectos que denominamos de objetivos profissionais.

As valorações negativas ou positivas da experiência ocupacional informal estão orientadas por esses referenciais pessoais de conduta relativas ao trabalho. São positivities ou negatividades muito mais associadas ao que já vêm buscando ao longo de sua vida de trabalho e não uma avaliação unicamente da experiência presente. É também uma avaliação dessa experiência frente ao que já viveram e ao que consideram potencialmente possível e/ou desejável vivenciar no trabalho. A decisão de permanência no trabalho informal não significa uma posição contraditória de quem vê negatividades tão fortes, mas é resultado de um processo avaliativo e decisório em que os entrevistados têm presentes as dificuldades do trabalho que fazem atualmente e que são vistas no conjunto de sua experiência ocupacional.

Isso significa dizer que as avaliações não são avaliações simples e lineares, não são um balanço entre custos e benefícios dos vários aspectos do trabalho informal, mas uma avaliação que considera o trabalho atual (nas palavras de um entrevistado) como um "seguimento" de uma experiência ocupacional prévia,

"seguimento" que terá continuidade na busca constante de um dado padrão de trabalho que não começou e nem finaliza no trabalho informal.

No grupo entrevistado, o deslocamento no mercado de trabalho é caracterizado por ser um processo decisório pautado em escolhas orientadas por normas pessoais de conduta relativas ao trabalho. E o que é marcante, no conjunto desses entrevistados, é principalmente a valorização que atribuem ao fato de exercerem uma profissão em que se auto-reconheçam como profissionais no exercício do trabalho, o que, além disso, está relacionado a poderem trabalhar com um dado poder de decisão sobre o trabalho que lhes garanta a manutenção daquela profissão. É um fator complementar à orientação dessas decisões de trabalho a garantia de um patamar de consumo que consideram aceitável para si e sua família.

O ingresso num trabalho informal não se resume a um processo de escolha em que ampliam suas alternativas, mas é parte de um processo de busca de uma ocupação dentro desses referenciais pessoais quanto ao trabalho, não se resumindo, por exemplo, ao exercício de uma atividade de sua preferência. A informalidade é um meio para construírem suas alternativas; é parte do recurso de busca de soluções e novas possibilidades relacionadas a seus objetivos profissionais na vida de trabalho.

A partir desses fatos, parece-nos que a ação de ingresso no trabalho informal foi, para os entrevistados, resultado de um processo individual de escolha, uma escolha na qual eles interagiram tanto as alternativas dadas pelo mercado, quanto as suas preferências de trabalho e as relacionadas a outros fatores da esfera pessoal. Foi um processo que teve o sentido de ampliar o leque de escolhas possíveis desses entrevistados, dentro de seu objetivo de alcançar uma situação de trabalho que responda melhor ao que valorizam quanto a sua atividade ocupacional.

Ao longo do histórico ocupacional dos entrevistados, como vimos, os deslocamentos se deram em variadas direções. Foram processos de escolha entre situações de trabalho em que o ingresso no trabalho informal acresceu uma alternativa a seu leque de escolhas possíveis na busca constante de um trabalho mais adequado a seus objetivos profissionais.

Nesse processo de escolha, o entrevistado não teve um leque aberto e ilimitado de alternativas, mas apenas um leque de alternativas mais possíveis ou menos possíveis. São processos de escolha que Elster qualifica como processo seletivo de sucessivas filtrações³². Numa dada situação, o indivíduo seleciona, dentre as alternativas disponíveis, as que são mais factíveis, num processo de escolha que passa por sucessivas filtrações. Na primeira filtração o indivíduo seleciona as alternativas possíveis e, depois, dentre essas alternativas mais factíveis, escolhe a sua melhor alternativa. Concorrem nesse processo de filtração tanto as condições - o que pode obter - quanto as suas preferências - o que considera melhor ou preferível para si naquela dada situação. São alternativas interdependentes, relacionadas às condições ou às preferências, e que são interdependentes, mesmo que o resultado do processo decisório recaia sobre as preferências do indivíduo.

Nessa visão, o comportamento de uma pessoa numa dada situação é um, ao invés de outro, como resultado desses dois processos sucessivos de filtração. No primeiro "filtro" o indivíduo limita o rol de "possibilidades abstratas de ação a um elenco plausível", possível de ação³³. Na segunda "filtração", ele seleciona, dentro do conjunto de alternativas remanescentes, a ação que irá adotar, define-se

³² Esta concepção de Jon Elster pode ser encontrada em mais de um de seus trabalhos. Veja-se, por exemplo, (1988, reprinted) *Ulysses and the Sirens. Studies in rationality and irrationality*, Cambridge University Press, New York and Editions de la Maison Des Sciences de L'Homme, Paris, 2a. edição (1a. ed. 1979); ___, (1989), *Marx Hoje*, tradução de Plínio Dentzien, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, (original em inglês, 1986: *An Introduction to Karl Marx*: Cambridge University Press).

³³ Veja-se dentre outros, Elster. (1988), op.cit. e (1989), op.cit..

por uma "ação que é possível ser levada adiante". Há um processo seletivo de uma das partes do conjunto factível, processo seletivo que é efetuado através de uma escolha racional. Operam no primeiro processo de filtragem das escolhas restrições de toda ordem: as possibilidades e condições do mercado de trabalho, as restrições físicas, as pessoais. Esse primeiro filtro tem o efeito de restringir um elenco de possibilidades abstratas de ação a um conjunto plausível, possível de ações. E é no segundo processo de filtragem que o indivíduo escolhe qual ação tentará realizar entre as do conjunto de ações viáveis, adequando possibilidades a interesses, objetivos pessoais. A idéia de escolha supõe que há sempre mais de uma ação possível frente às situações. Mesmo quando há uma única alternativa - que não é o caso dos trabalhadores entrevistados -, os indivíduos podem escolher não adotá-la ou, em outros termos, escolher não aceitá-la. A negação ou omissão frente à alternativa única não deixa de ser uma escolha. Elster sustenta, por exemplo, que a escolha entre alternativas ruins não significa a ausência de escolhas ³⁴, com o que concordamos, pois entendemos que uma ação de escolha não se restringe ao que é favorável ou aceitável.

Os trabalhadores entrevistados, frente a situações de mercado que limitam (ou impedem) que exerçam suas preferências (ou suas possibilidades) de trabalho, atuaram sobre essas situações do mercado, contrapondo às alternativas já dadas pelo mesmo suas preferências ao nível do trabalho e ao nível da vida pessoal, familiar. Como vimos, as situações de mercado que (de)limitam (ou impedem) que os entrevistados exerçam seus objetivos profissionais - os quais constituem suas preferências quanto ao trabalho - seriam, por exemplo: a oferta inadequada de emprego; as relacionadas à política interna das empresas; o nível salarial; o ter que submeter-se a uma profissão indesejada para manter o trabalho formal (o que limita também seu crescimento profissional); etc. E as alternativas dadas pelo

³⁴ Elster, Jon (1989), op. cit..

mercado aos entrevistados não contemplavam o que eles concebiam como adequado à sua vida ocupacional, em todos os aspectos vistos (profissão; forma mais autônoma de exercício do trabalho e que garanta o exercício de uma dada profissão; a garantia de um dado padrão de vida para si e para a família).

Frente a este leque de possibilidades do mercado - insuficientes face a seus objetivos profissionais - construíram uma alternativa de trabalho própria, utilizando como recurso de inserção no mercado de trabalho a condição de informalidade. De modo que seu deslocamento no mercado de trabalho ocorreu na direção mais conveniente, o mais próxima possível dos referenciais pessoais que orientam suas escolhas e decisões em sua trajetória ocupacional naquela dada situação. Se num momento anterior ao ingresso no trabalho informal, prevalecia a condição de estarem num emprego em que "aquilo lá não era uma profissão, era só um trabalho", ou de "ganhar o mínimo", ou o desespero frente ao desemprego do cônjuge, ou a condição de desalento diante da oferta de trabalho inadequado (face ao que já tinham anteriormente), eles tomam essas situações não como inevitabilidades, mas como situações frente às quais podem exercer suas escolhas, suas preferências, suas conveniências pessoais, como situações sobre as quais podem ter alguma atuação. E "podem", porque em suas decisões de trabalho pautam-se em normas pessoais, o que lhes permite dar um "seguimento", uma linha de continuidade às diferentes situações ocupacionais vivenciadas; esse "seguimento" inclui tanto os momentos negativos quanto os positivos dessa trajetória. Não nos parece que os deslocamentos no mercado sejam guiados só pelas determinações ou pelas conveniências do "núcleo propriamente capitalista" do mercado, mas também pelo que os entrevistados consideram razoável para si quanto ao trabalho e que, por vezes, inclui outros fatores (crenças pessoais, relações familiares e outras) que de algum modo se relacionam à vida de trabalho.

No processo decisório dos entrevistados, há um conjunto de fatores que são abertos às suas preferências e que, nesse sentido, lhes são endógenos. São preferências que decorrem de valores, de critérios relacionados a sua vida de trabalho. A partir desses referenciais avaliam suas vivências de trabalho, fazem suas escolhas possíveis. E há um outro conjunto de fatores que é exógeno, externo às preferências. Estão nesse conjunto as restrições que o entrevistado enfrenta nas suas decisões de trabalho, tanto as de mercado (o tipo e número de empregos disponíveis), quanto as familiares (problemas de doenças na família, quantas pessoas dependem da renda de seu trabalho), e outras (condições de acesso a aprendizado profissional e/ou formação escolar).

Como apontam Krause e Steedman³⁵, a racionalidade da ação é entendida não como a capacidade de ter preferências coerentes, compatíveis entre si, e completas num dado ponto do tempo, mas como a capacidade de ter escolhas mutáveis, seja por fatores exógenos e/ou endógenos ao indivíduo, em um tempo não único, mas "inconstante", onde a constância fica na capacidade de ter-se ações racionais. Tanto a mudança de preferência quanto o tempo "inconsistente" implicam que as decisões passadas, já tomadas, não voltam. Portanto, não há indivíduos racionais com preferências fixas, estabelecidas num dado período do tempo; há indivíduos com capacidade para modificar suas escolhas num tempo não estático mas "inconsistente" e, ao modificá-las, consideram o tempo passado, o momento presente e as preferências que se projetam ao futuro. No grupo entrevistado, as preferências que projetam para o futuro projetam-se na medida em que expressam normas pessoais de conduta que têm norteado suas escolhas passadas e presentes de trabalho. As escolhas em si modificaram-se ao longo de suas trajetórias ocupacionais, modificaram-se conforme o elenco "factível" de

³⁵ Steedman, Ian and Krause, Ulrich, (1985), "Goethe's Faust, Arrow's Possibility Theorem and the individual decision-taker", in *The Multiple Self*, edited by Jon Elster, Cambridge University Press, New York, pp. 197-231.

alternativas a escolher; mas mantém-se a capacidade racional dos entrevistados, de considerarem suas preferências ao fazerem suas escolhas; e mantém-se a sua capacidade de terem uma concepção de bem, em que orientam suas ações. Estas capacidades (de racionalidade e de concepção do bem) acompanham o tempo passado de seus históricos, o momento presente da escolha e o que os entrevistados projetam para si no seu futuro de trabalho. Assim, na variabilidade de situações, de profissões, mantém-se um "seguimento", um "mesmo rumo".

Esta busca constante dos objetivos profissionais pelos entrevistados relaciona-se ao que Rawls denomina "a capacidade de uma concepção do bem", que é a capacidade para "formar, revisar e buscar racionalmente uma concepção do bem ou benefício próprio". Tal concepção "não deve ser entendida estreitamente", pois inclui uma concepção "acerca daquilo que é valioso à vida humana". Essa concepção do bem "consiste normalmente de um esquema mais ou menos determinado de objetivos finais, ou seja, de objetivos que queremos realizar como fins em si mesmos". A seguir, o autor afirma que "relacionamos a tal concepção uma perspectiva de nossa relação com o mundo - religiosa, filosófica e moral - com referência à qual compreendemos o valor e a significação de nossos objetivos e vinculações. Finalmente, as concepções pessoais do bem não são fixas, mas se formam e desenvolvem enquanto amadurecem, e podem mudar de modo mais ou menos radical no decorrer da vida" ³⁶. A busca de objetivos profissionais,

³⁶ Rawls. (1993), op. cit., citações às p. 19-20. Neste trecho, o autor inclui também na "capacidade de concepção do bem", "vínculos com outras pessoas e lealdades a vários grupos e associações. Tais vínculos e lealdades dão lugar a devoções e afetos, e portanto o florescimento das pessoas e associações que são objetos desses sentimentos é também parte de nossa concepção de bem". ("The capacity for a conception of the good is the capacity to form, to revise, and rationally to pursue a conception of one's rational advantage or good...Such a conception must not be understood narrowly but rather as including a conception of what is valuable in human life. Thus, a conception of the good normally consists of a more or less determinate scheme of final ends,...as well as attachments to other persons and loyalties to various groups and associations. These attachments and loyalties give rise to devotions and affections, and so the flourishing of the persons and associations who are the objects of these sentiments is also part of our conception of the good. We also connect with such a conception a view of our relation to the world - religious, philosophical, and moral - by reference to which the value and significance of our ends and

que constatamos na conduta e nas orientações dos entrevistados, no decorrer de sua trajetória ocupacional, insere-se claramente nessa capacidade moral descrita por Rawls.

Esses trabalhadores, quando trabalhavam apenas como trabalhadores formais, deslocavam-se entre diferentes postos de trabalho, dentro de algum nível de conveniência pessoal. Naquelas situações não deixava de existir algum processo de escolha, mas ocorrem duas modificações quando esse deslocamento se opera entre o formal e o informal.

Uma delas é que o trabalho informal passa a ser outra alternativa, num leque antes restrito às alternativas de trabalhos formais. É nessa ampliação de possibilidades que está uma das peculiaridades do ingresso no trabalho informal no grupo entrevistado. A expressão "eu criei meu próprio trabalho" reflete não só o fato de que é um trabalho que depende de sua iniciativa e de sua participação direta nele, em todos os aspectos da produção econômica: planejamento, obtenção de recursos, definição e implantação de procedimentos técnicos e operacionais, manutenção etc., mas também esse "criou" expressa uma alternativa não formal, não usual para encaminhar uma solução a uma situação anterior de trabalho.

A outra modificação é que, nessa alternativa adicional esses trabalhadores ampliam também suas possibilidades de trabalhar por conta própria, dadas as próprias características do trabalho informal. A produção e/ou prestação de serviços que passaram a fazer ganhou viabilidade feita informalmente, já que desta maneira conseguiram adequar seus recursos pessoais (de conhecimento, economias pessoais, etc.) ao que era requerido para o exercício daquele trabalho, recursos que, no grupo entrevistado, são de níveis variados. Nesse sentido, a informalidade

é um espaço produtivo que viabiliza aquela ampliação do leque de alternativas individuais dos entrevistados e suas possibilidades de trabalhar por conta própria.

Essa possibilidade de trabalhar por conta própria tem no grupo entrevistado o papel de viabilizar um trabalho em que exerçam o que consideram ser sua profissão e/ou viabilizar outros valores relacionados ao trabalho, viabilizar um trabalho dentro de seus objetivos profissionais. Assim, se por um lado, no histórico ocupacional dos entrevistados, um traço peculiar no deslocamento para um trabalho informal foi que com essa ação de escolha ampliaram seu leque de alternativas antes restritas às alternativas formais do mercado, de outro lado este deslocamento é parte da busca constante de um trabalho dentro daqueles objetivos profissionais.

Os entrevistados ampliaram seu leque de alternativas não no sentido de expandir ou realizar unilateralmente suas preferências, seus desejos relacionados ao trabalho, mas as ampliaram de um modo que leva em conta a situação formalmente ofertada pelo mercado - situação que não é necessariamente uma inevitabilidade que submete totalmente os indivíduos em suas preferências, seus desejos.

Suas escolhas não são unidirecionadas à informalidade, até porque, para alguns dos entrevistados, o trabalho que fazem informalmente não é, como é para outros, o trabalho no qual "se encontra(m)", "se sente(m) realizado(s)", "se sente(m) bem" fazendo-o. Alguns até preferem voltar a um trabalho anterior. Para alguns esse trabalho, no qual se sentiam "realizados", era o trabalho formal; para outros, um outro trabalho também informal. Mas sua escolha por manter-se no trabalho informal atual tem o sentido de manter-se numa situação ocupacional o mais próxima possível do que está buscando obter com o seu trabalho, e que não finaliza na informalidade, mas é um processo de busca constante dentro dos objetivos profissionais (uma dada profissão; uma maneira mais autônoma de

trabalho em que possam exercer aquela profissão; um dado padrão de vida pessoal e familiar).

De outra parte, na análise dos dados, não há indicação de que no processo de deslocamento no mercado os entrevistados viram-se frente a um espaço de mercado aberto e ilimitado, no qual poderiam exercer livremente suas aspirações, seus desejos relacionados à vida de trabalho, como sugerem outros estudos³⁷, relacionando a informalidade à liberdade de acesso às oportunidades de instalação de empreendimentos econômicos no mercado. Ao invés disso, seus processos de deslocamento parecem ter sido uma tentativa de superação das constantes restrições que este mercado lhes impunha. É um mercado liderado pelas estruturas produtivas mais capitalizadas, que podem eventualmente "reocupar" os espaços "ocupados pela produção informal"³⁸, e não um mercado idealmente livre, ilimitado e aberto a novos empreendimentos de trabalho, como se fosse um mercado concorrencial e igualitariamente competitivo e aberto de modo irrestrito ao desenvolvimento produtivo de todos.

Com a ação de informalização o entrevistado não elimina ou supera as limitações do mercado, mas em sua ação individual de escolha interagem preferências e restrições do mercado de modo a obter uma posição de trabalho que seja a mais próxima possível de seus objetivos profissionais, e não unilateralmente subordinada àquelas limitações. É um deslocamento no mercado de trabalho que parece resultar da inter-relação constante destes dois níveis: um é o das limitações que as situações e regras do mercado impõem ³⁹ às possibilidades individuais de ação; e outro é o dos fatores relacionados às preferências de trabalho e outras

³⁷ Veja-se por exemplo, Soto (1987), op. cit..

³⁸ Souza (1980), op. cit., Cacciamali (1983), op. cit., *passim*.

³⁹ Por limitações do mercado pode ser entendido todo e qualquer fator de mercado que se antepõe entre o indivíduo e a realização de seus objetivos profissionais.

características pessoais, fatores que são mais acessíveis às possibilidades de ação direta individual ⁴⁰.

Não partilhamos das análises que enfatizam a ação de informalização dos indivíduos enquanto ações racionais numa visão em que essas ações expressam e exercitam as possibilidades de livre ação no mercado. Essa perspectiva valoriza a ação de informalização dos indivíduos no mercado, por considerar que essa ação de informalização expressa um caráter empreendedor dos indivíduos no mercado. Essas visões estariam, conforme analisam Krause e Steedman, na tradição "do 'indivíduo racional' da teoria econômica", onde o indivíduo age conforme um "*único* ordenamento de preferências" ⁴¹, um ordenamento de preferências estáticas no tempo, atingindo um único resultado num ponto de equilíbrio decisório no mercado - numa "racionalidade harmônica", onde os indivíduos ordenam preferências não conflitivas, nem mutáveis; seria uma ação decisória, onde as preferências são elencadas e concebidas como derivadas de uma única ordem de aspectos. O "indivíduo racional" da teoria econômica é representado por uma simples, completa, transitiva e circunstancial "ordem de preferências", uma ordem de preferências linear no tempo destes indivíduos.

Um exemplo dessa visão da racionalidade do indivíduo na teoria econômica nos é dado por Birnbaum e Leca. Os autores comentam criticamente um estudo que segue a teoria econômica monetarista, na qual se analisa a ação governamental (em um dado país) de ampliação da base monetária, que cria inflação, ação que nesse estudo é vista como uma ação econômica necessária porque aquele governo era incapaz de resistir às pressões dos grupos de interesse e porque, de outra parte,

⁴⁰ Não se trata de estabelecer qual o peso de cada um desses níveis de fatores que atuam no processo decisório. Este peso depende de cada situação, e o relevante não é o peso de cada um desses fatores, mas o processo de escolha em si, ou seja, o relevante é haver a inter-relação entre dois níveis (preferências e cursos de ação plausíveis), ainda que no resultado do processo de escolha um dos níveis propondere sobre o outro.

⁴¹ Steedman and Krause (1985), op. cit., p.198: "...rational individual of economic theory...single preference ordering". Grifo dos autores.

embora inflacionária, era uma medida que serviria ao governo para cortejar o eleitorado, "embalando-o em falsas esperanças". Essa análise, segundo aqueles autores, inverte a visão, básica em sua própria tradição teórica, do indivíduo que atua racionalmente no mercado. Este fica submetido aos sujeitos históricos "todo-poderosos" que, com sua pressão sobre o governo, dominam o eleitor que fica desprovido de sua racionalidade. O "assim chamado indivíduo racional fica tomado de uma esquizofrenia: enquanto ator econômico é racional, mas como cidadão é incompetente".⁴²

O que tem sido definido como ação racional no mercado econômico é a busca de maximização dos benefícios relacionados à posição e/ou a outros objetivos particulares dos indivíduos nesse mercado. Essa ação de mercado não nos parece ser o traço que distingue o grupo entrevistado enquanto "empreendedores" de uma atividade de trabalho informal. Ao contrário, aqui, ao invés de um mercado idealmente livre, aberto e ilimitado a novos empreendimentos, temos um mercado no qual residem os fatores limitadores das preferências individuais. Os entrevistados conseguem ampliar suas possibilidades frente às limitações do mercado, na medida em que, em suas ações individuais, interagem os aspectos limitadores do mercado e outros do âmbito pessoal (preferências, crenças, família). Frente ao que não têm possibilidade de interferência individual direta para modificar (limitações do mercado), agregam de forma interativa fatores sobre os quais têm maior possibilidades de interferência individual (preferências). Eles ampliam suas possibilidades de escolha e nisso nos parece residir a expressão de sua maior "liberdade".

⁴² Birnbaum, Pierre and Leca, Jean, (1990), "Introduction", in Individualism. Theories and Methods, Edited by P. Birnbaum and J. Leca, Clarendon Press, Oxford, Inglaterra, pp. 1-14. Os autores citam o estudo de Leon N. Lindberg, "Models of the Inflation-Disinflation Process", in Lindberg and Maier, The Politics of Inflation, (Washington, DC: Brookings Institution, 1985) pp. 37-44. "...the so-called rational individual is afflicted by schizophrenia: racional as an economic actor, he is incompetent as a citizen" (p.7).

Essa "liberdade" não está limitada à maximização individual de posições isoladas no mercado; o sentido da informalização nos seus históricos ocupacionais não nos parece estar restrito a uma visão setorializada da "liberdade" no mercado. Compartilhamos da visão presente na literatura sobre o "setor informal" de que a ação de informalização otimiza as oportunidades dos indivíduos, porém sem concebermos uma valorização unilateral, polarizada na liberdade de mercado. O mais relevante parece ser o nível maior de liberdade de escolha que os entrevistados conseguem ter ao interagirem com as limitações, ao ampliarem suas possibilidades de escolha⁴³.

Afinal, como nos ensina Rawls, a valorização da liberdade de ação, de pensamento, de respeito a valores da esfera pessoal está no próprio fato de que é essa a liberdade básica que garante e é compatível com a existência de liberdade em todos os aspectos da vida social⁴⁴. Portanto, não é razoável que se valorize a liberdade dada pelo mercado na estreiteza dos limites de sua abrangência.

No processo de escolha interativa que resulta no deslocamento no mercado de trabalho, não entendemos que os entrevistados tenham uma ação de escolha que seja apenas racional nos termos propostos por Elster⁴⁵. A concepção de escolha de Elster considera que a ação de escolha dos indivíduos é racional, no sentido de que escolhem a melhor ação (frente a seus desejos, preferências) no conjunto viável, escolhem a ação que é possível ser levada adiante entre um elenco plausível,

⁴³ Como já dissemos acima, o recurso ao trabalho informal parece ser uma ampliação das possibilidades de escolha de todos os entrevistados, mesmo daqueles que não têm no trabalho informal atual o trabalho que atende a seus objetivos profissionais. Alguns destes querem permanecer no trabalho informal, outros não, conforme já visto. O relevante aqui é que todos os entrevistados, ao colocarem para si ("criarem") a alternativa de trabalho informal, ampliaram suas possibilidades de escolha frente às alternativas formais de trabalho que dispunham.

⁴⁴ O que no pensamento de Rawls está intimamente relacionado a uma concepção de justiça como equidade, onde o acesso equânime à liberdade e igualdade é uma proposição normativa ao funcionamento da vida social. Rawls, John. (1993), *Political Liberalism*, Columbia University Press, New York.

⁴⁵ A questão da racionalidade da ação é aqui aludida para situar a diferença (e semelhança) entre a posição que adotamos e a visão de Elster. O tema da racionalidade da ação na sociedade moderna é um debate clássico na sociologia - conforme já aludimos anteriormente -, debate que não é possível aprofundar nos limites deste trabalho.

factível de possibilidades. Nesse sentido, os indivíduos escolhem o curso de ação que tem mais possibilidades de lhes trazer melhor resultado. Avaliam o conjunto de ações possíveis e escolhem daquele conjunto a ação que melhor lhes convém, não pelo conteúdo da ação em si mesma - por exemplo, no nosso caso, seria o ato mesmo de informalizar-se -, mas por ser essa ação o meio mais eficiente ou melhor para atingirem um outro fim - por exemplo, no nosso caso, trabalhar como serralheiro, ou como artista, ou como cabeleireiro, ou trabalhar mais próximo de seus objetivos profissionais. Nessa visão, a racionalidade da ação estaria em buscar a melhor adequação possível entre preferências pessoais e situações exógenas a estas preferências. A racionalidade da ação estaria em ser um modo ótimo de adaptar circunstâncias a objetivos, preferências pessoais⁴⁶.

Contudo, essa visão não pode ser a de uma ação só instrumental, no sentido de ter como objetivo o fim a ser atingido, sob quaisquer meios⁴⁷. A ação de escolha dos indivíduos é racional por utilizar o melhor meio possível para realizar suas preferências, escolhas fundadas em fatores que justificam ser aquele seu melhor curso de ação e não fundadas num meio "qualquer" de atingir seus objetivos. Há uma seleção que os indivíduos fazem, entre um leque de alternativas⁴⁸, que traz as possibilidades de ação do plano abstrato para o plano do factível, do possível.

⁴⁶ Portanto não são ações que utilizam um meio qualquer, mas um meio que os indivíduos têm razões fundamentadas para utilizar. Veja-se Elster (1988), op. cit., p.77 ff.

⁴⁷ Nos termos de Elster, instrumentalidade que pode ser uma "instrumentalidade irracional" conforme seja esse qualquer meio utilizado. Do autor ver: (1991), Tuercas y Tornillos. Una introducción a los conceptos básicos de las ciencias sociales, tradução de Antonio Bonanno, Gedisa Editorial, Barcelona, España, 2a. ed., (1a. ed., Barcelona, España, 1990), (original em inglês Nuts and Bolts, editado por Press Syndicate of the University of Cambridge, 1989); (1988) op.cit..

⁴⁸ Para um exemplo deste leque de alternativas entre as quais os indivíduos selecionam a opção mais plausível, tomemos o caso de um entrevistado que trabalhava formalmente antes de ingressar no trabalho informal. Para ele, dentro do propósito de ter uma outra profissão e um outro salário, as alternativas antes do ingresso no trabalho informal podem ser colocadas como se seguem: tentar um emprego em uma função para a qual não tinha experiência e/ou formação; ou resignar-se mantendo o trabalho formal no qual sentia desvalorizado; ou tentar qualquer outro trabalho formal, em qualquer profissão; ou abandonar o trabalho e ficar numa situação financeira ruim; ou tentar aprender qualquer outra profissão; ou tentar aperfeiçoar o aprendizado de uma atividade que exercia como *hobby*, e da qual gostava, e tentar

Elster considera que um indivíduo racional não é o que tem "preferências coerentes e completas" em algum ponto do tempo, mas o que tem preferências que se alteram ao longo do tempo. Nesse sentido, o "tempo de preferências" é "inconstante", mutável e não estático ao longo do tempo. As preferências mudam conforme os indivíduos vão se modificando, seja por fatores que lhes são endógenos, seja por fatores exógenos (por exemplo: propaganda, argumentos de outrem). As preferências não são estáticas, mas mutáveis. E as ações de escolha resultam de um equilíbrio, em cada nova situação, entre as preferências e as limitações a essas preferências, num processo que não é linear, de busca de um dado fim, mas dinâmico, de constantes modificações. Ao longo do tempo interagem contingências (das situações com as quais os indivíduos têm que lidar) e preferências. Essa concepção de escolha como um ato racional, enquanto seja a utilização do melhor meio para realizar preferências é, nesse sentido, uma adaptação ótima às circunstâncias para atingir um fim e nos parece que restringe a racionalidade ajustada à intencionalidade dos indivíduos. Os indivíduos têm objetivos estratégicos (pretender com uma ação atingir uma dada condição), que estão presentes nas suas decisões sobre qual ação irão tomar frente a uma dada situação.

Assim, a racionalidade da ação de escolha é explicada por terem os indivíduos "consequências pretendidas" com aquela ação, têm um propósito a ser atingido, não é uma ação casual, fortuita. Em *Political Psychology*⁴⁹ Elster define a escolha racional como "a escolha da ação que, por boas razões, o ator vê como a

transformá-la em trabalho; ou etc, etc, etc.. Esse elenco depende de vários fatores que passam pelas condições e características do mercado de trabalho, pela vida pessoal, de trabalho, familiar, etc.. Neste exemplo, o entrevistado, dentre um rol amplo de possibilidades, selecionou para escolha aquelas que eram mais plausíveis. Entre estas, que eram as mais exequíveis, optou por uma - no caso, a última alternativa, que era, entre as factíveis, a mais próxima de seus objetivos profissionais.

⁴⁹ Elster, Jon, (1993), *Political Psychology*, Cambridge University Press, New York, citação a seguir, na p.9.

mais adequada para atingir seu objetivo". No texto *Ulysses*⁵⁰ a escolha racional é a escolha da racionalidade estratégica, que implica uma visão interativa do processo de escolha, onde os indivíduos interagem a ação pretendida, desejada, com as possibilidades, com as ações possíveis, num curso de ação que tem em vista alcançar um dado objetivo. Elster menciona ainda que o que pode também determinar o comportamento do indivíduo não é tanto o que ele deseja ou quão forte ele deseja algo, mas o fato de preferir a certeza do ganho presente, imediato, a correr riscos para um ganho futuro .

Os indivíduos, no pensamento de Elster, parecem escolher de maneira central e essencialmente voltada para si mesmos. São indivíduos, com ações de escolha - ainda que de forma interativa e dinâmica -, pensados essencialmente dentro de seus egoísmos, de suas aversões a correrem risco. Escolhem voltados a seus valores de interesse privado, como num processo de escolha sobretudo autocentrado. O curso de ação que escolhem fica entre as escolhas possíveis adequadas a interesses egoísticos e às prováveis escolhas dos demais indivíduos. Isso ocorre numa atitude relacional, entre interesses de indivíduos, matizada pelos limites das condições sociais em que fazem suas escolhas.

Em Elster, a ênfase é no indivíduo de racionalidade estratégica voltado para os seus próprios objetivos, um indivíduo com seus egoísmos, seus imediatismos, que o beneficiam individualmente em suas escolhas quanto ao curso de ação a tomar. São escolhas individuais que prejudicam (ou podem prejudicar) o conjunto dos indivíduos afetados pelas consequências daquela ação (inclusive ao que procedeu à escolha), porque são escolhas voltadas a interesses egoísticos e não coletivos . É o benefício individual imediato e o prejuízo coletivo a longo prazo, decorrente de um dado curso de ação escolhida por cada um dos que compõem esse coletivo.

⁵⁰ Elster (1988), op. cit..

Isso poderia parecer, à primeira vista, que os indivíduos são individualmente inteligentes e socialmente estúpidos. Mas, ao invés disso, poderíamos interpretar que o que determina suas escolhas quanto à ação a seguir, numa situação que terá impacto coletivo, é o seu interesse, a certeza do ganho presente, numa lógica de escolha autocentrada, da qual não faz parte o ganho coletivo, o que os exemplos do "dilema do prisioneiro" e os de comportamentos de aversão ao risco ilustram.

As considerações de Elster são úteis para pensarmos como se dão as ações de escolha e que fazem parte delas também esses elementos, como o egoísmo e a aversão ao risco, o que enfatiza nos indivíduos a sua realidade de seres humanos não abstraídos em modelos ideais de seres altruístas, que objetivariam sempre o benefício coletivo. Neste autor, o resultado coletivo é sempre uma interação entre ações individualista-imediatistas e outras que podem visar também a um benefício coletivo. A definição de racionalidade, em Elster, está muito mais voltada à compreensão dessa dinâmica de escolha individual, onde o interesse individual tem um peso muito forte. É uma racionalidade orientadora de ação estratégica voltada para objetivos individuais, que é melhor expressa por Rawls, num pensamento que inclui uma proposição normativa da sociedade⁵¹.

Para Rawls, "saber que uma pessoa é racional não significa saber o fim a que ela se propõe, mas sim saber que persegue inteligentemente um fim"⁵². Essa idéia de "ser racional" ele complementa com a de "ser razoável". O ser razoável,

⁵¹ Consideramos o livro recente de John Rawls. (1993), op. cit.. Neste livro o autor incorpora os trabalhos posteriores ao seu *Theory of Justice*, de 1971 (Cambridge, Mass.: Harvard University Press; publicado no Brasil pela Editora Universidade de Brasília, tradução de Vamireh Chacon, em 1981). O autor atualiza os pontos de vista expressos no livro, já clássico, de 1971, incorporando seus estudos posteriores. Tendo em vista que o texto de Rawls (1993) é muito recente, e pouco conhecido entre nós, fazemos nas notas a seguir uma série de esclarecimentos para ajudar a compreensão de seu pensamento. Porém a discussão da abordagem do autor iria muito além do tema e dos propósitos desta dissertação. Veremos mais adiante que as proposições deste autor são aqui utilizadas para uma reflexão crítica sobre a idéia de racionalidade da ação em Elster, e não como uma aplicação direta dessas proposições à realidade brasileira.

⁵² Rawls (1993), op. cit., p.49.

para o autor, é definido por sua disposição de governar suas condutas pelo princípio do que ele e outros possam raciocinar em comum, e definido também por levar em conta, nas consequências de suas ações, o bem-estar de outros⁵³.

Para este autor, a racionalidade das pessoas está na capacidade de exercerem plenamente seus recursos pessoais em suas ações. O fim a atingir está submetido, está a serviço de valores e capacidades humanas. A ação de escolha vista por esse prisma é uma ação que potencializa as capacidades individuais, enquanto ação que contempla também uma capacidade de concepção do bem, e não coloca a ação de escolha delimitada à otimização de um meio para atingir-se um fim.

Em Rawls, a racionalidade está centrada no pleno exercício das capacidades humanas e os indivíduos estão pensados como racionais dentro de padrões éticos, morais, que definem a convivência social e a relação de cada indivíduo com os demais ⁵⁴. A racionalidade, que consiste em perseguir inteligentemente um fim, tem um valor, um sentido na convivência, ou se quisermos, nos processos de interação com outros indivíduos. Os indivíduos racionais e razoáveis são pensados dentro de uma proposta normativa de um princípio de justiça como equidade ⁵⁵.

Os indivíduos agem inteligentemente para obter um fim (agem racionalmente) e agem razoavelmente, dispondo-se a governar suas condutas pelos princípios que eles e outros podem escolher em comum, levando em conta

⁵³ Esta racionalidade e razoabilidade estão presentes na concepção do que ele chama de "pessoa moral", que é a concepção da pessoa não só como racional, mas racional e razoável.

⁵⁴ No pensamento do autor, os padrões éticos e morais definem também o funcionamento das instituições.

⁵⁵ Segundo este princípio de justiça os direitos de liberdade e igualdade estariam equânimeamente distribuídos entre os cidadãos. Como se verá adiante, trata-se aqui de mostrar como a visão rawlsiana tem uma proposição ética na análise da sociedade e dos comportamentos individuais, e como a partir dessa visão, é possível pensar-se criticamente a questão da racionalidade da escolha em Elster. A referência aos preceitos de liberdade e igualdade dentro da noção de justiça como equidade é feita para elucidar o pensamento de Rawls e não tem o propósito de uma analogia com a realidade sócio política brasileira. Retomaremos esse esclarecimento mais à frente.

consequências de suas condutas para o bem-estar dos outros. O razoável é um elemento da "idéia de sociedade como um sistema de cooperação equânime, e esses termos de equidade são razoáveis para que todos o aceitem como sendo parte da idéia de reciprocidade...de vantagens mútuas, entendida como todos tendo vantagem com respeito a " ⁵⁶ cada um dos demais. É uma vantagem mútua que move cada um e todos para um bem geral. As pessoas razoáveis não são altruístas no sentido de que desejam o bem para todos, mas elas desejam, para o seu próprio bem, um mundo de convivência com outros em que elas próprias possam ter preceitos morais, religiosos, etc., de tal sorte que os demais sejam livres também para tê-los⁵⁷. Os indivíduos não são pensados como altruístas mas como "razoáveis".

Mais do que a otimização entre o que se quer (o fim a ser atingido) e o que as condições sociais nos permitem obter, as escolhas vistas desde este prisma de racionalidade rawlsiana são otimizações da busca de um valor socialmente firmado, valor que é parte da "cultura social", que compreende as "doutrinas

⁵⁶ Rawls (1993), op. cit., p. 49-50 ("...of the idea of society as a system of fair cooperation and that its fair terms be reasonable for all to accept is part of its idea of reciprocity...").

⁵⁷ Nos termos de Rawls, a garantia da liberdade de outrem é a garantia de sua liberdade individual. E esses seres razoáveis pretendem e esperam poder cooperar com os outros em termos que todos possam aceitar. É nisso que reside a equidade de liberdade e igualdade na proposição de "sociedade bem ordenada" do autor. Numa sociedade pautada sob um padrão moral de justiça equânime - uma sociedade com liberdade e igualdade equanimemente acessível aos indivíduos, que ele denomina de "sociedade bem ordenada" - este padrão moral beneficia, e é aceito por cada um dos indivíduos (para si e com respeito aos demais). Esta proposição em *Political Liberalism* (1993, op.cit.) é feita a partir, e considerando, uma sociedade democrática da atualidade, com princípios de liberdade e igualdade já presentes, transmitidos de uma geração a outra. Esses princípios são a base de um padrão moral reciprocamente aceito. O autor não propõe uma sociedade a ser atingida, mas o aperfeiçoamento crítico da sociedade já existente, o que retomaremos mais à frente. Nessa visão, o que move as pessoas a um bem comum e não a uma atitude essencialmente egoística é o desejo de liberdade e igualdade de forma equânime, pois é essa equidade que garantirá a cada um a liberdade e igualdade. A "sociedade bem ordenada" é uma sociedade com um padrão ético em que cada um considera que a condição de equidade dos demais garantirá a sua própria. É isso que move as pessoas a um bem comum e não o contrário - o bem coletivo que moveria o seu desejo de liberdade e igualdade. O ponto de partida é o benefício que advém para cada indivíduo. Racional e razoável são duas dimensões distintas do ser humano, não são derivadas uma da outra, mas complementares. O ser razoável é ao mesmo tempo racional e razoável como "pessoa moral"- que é tipo ideal, "abstrato", utilizado por Rawls para pensar uma "sociedade bem ordenada", regida por um princípio de justiça como equidade.

compreensivas de todos os tipos - religiosas, filosóficas e morais - (é o que) podemos chamar de '*background cultural*' da sociedade civil", que orienta nossa conduta⁵⁸. *Background cultural* que no pensamento do autor está presente em mais de um tipo de sociedade e não só nas de regime democrático. Em "The Law of Peoples"⁵⁹ o autor utiliza essa noção referindo-se a sociedades "hierárquicas", nas quais não há uma tradição de direitos individuais institucionais (sociedades sem tradição liberal)⁶⁰. A base da legitimidade nestas sociedades estaria no respeito dos indivíduos a um direito natural, o qual envolve direitos humanos.

Os dois autores (Elster e Rawls) têm uma preocupação em considerar em suas análises o indivíduo como um elemento central na caracterização das instituições e dos comportamentos sociais⁶¹. Elster considera os processos

⁵⁸ Ele denomina de "cultura política pública" a "cultura do social" e a "cultura do político". Essa última compreende "as instituições políticas de um regime constitucional [regime democrático] e as tradições públicas de suas interpretações incluindo [entre estas,] o judiciário, bem como textos históricos e documentos de conhecimento comum", Rawls (1993) op. cit., p. 13-14. ("...the political institutions of a constitutional regime and the public traditions of their interpretation (including those of the judiciary) as well as historic texts and documents that are common knowledge".

⁵⁹ Rawls (1993.a), in *On Human Rights*, Stephen Shute and Susan Hurley, Editors, HaperCollins Publishers, pp.41-82.

⁶⁰ O autor no texto "The Law of Peoples" (in 1993.a: op.cit.), faz uma reflexão propositiva de como, sobre que bases é possível evitar-se a guerra entre nações. Identifica nessas sociedades hierárquicas um direito natural. Os indivíduos aceitam como natural o direito à vida, o direito a não serem obrigados e/ou submetidos a formas de doutrina ou religião, o direito à segurança. Ou seja, os indivíduos aceitam como natural nas suas ações e no funcionamento das instituições os direitos humanos. É a partir desse direito natural - da identificação pelos indivíduos de que os direitos humanos são direitos naturais àquela sociedade - que o autor considera que os indivíduos oferecem legitimidade aos regimes que não são democrático-liberais. Nesse texto o autor constrói sua exposição em torno à identificação de um direito internacional de base ética e não legal - direito que nas sociedades hierárquicas "não expansivas", identifica como um direito natural que corresponde aos direitos humanos -, a partir do que considera possível pensar-se a inevitabilidade da guerra entre nações. A inevitabilidade da guerra entre nações é pensada como possível quando se trata de sociedade hierárquica, sem tradição democrática, mas com crenças religiosas e doutrinas não expansivas, ou seja, quando são sociedades que não querem, não têm a pretensão de impor crenças e doutrinas a outras. Para o autor, havendo essa pretensão expansiva por parte de uma nação, estaria justificada a guerra de outras contra ela.

⁶¹ Uma interpretação possível (não definitiva, mas sugestiva) a partir da caracterização de Birnbaum e Leca (1990, op.cit.) das abordagens dentro do "individualismo" incluiria a de Rawls dentro do individualismo ético-filosófico-político, na discussão do contratualismo - que seria a base racional lógica de justificação da autoridade política numa proposta normativa de sociedade democrática. Rawls expõe o princípio de justiça como equidade, definindo a aplicabilidade desses princípios a partir de existirem dadas instituições político-sociais básicas para a sociedade realizar valores de liberdade e igualdade equânimes. O seu princípio de justiça é normativo e orienta a conduta dos indivíduos e o funcionamento

decisórios coletivos como processos que agregam preferências individuais, dentro da "teoria de ações interdependentes" ou "teoria dos jogos"⁶². Rawls, em *Political Liberalism*, preocupado com uma proposta para a sociedade democrática, expõe, através do princípio de justiça como equidade, uma proposta normativa a essa sociedade, onde está presente a concepção de indivíduos segundo princípios já apreendidos numa sociedade de regime democrático, que tem as instituições políticas e sociais básicas para a realização de valores de liberdade e igualdade, segundo ele. Em Elster há a preocupação com as estratégias individuais nas decisões coletivas (estratégias que incluem também o egoísmo, a aversão ao risco). Rawls tem uma preocupação normativa com um ordenamento social-democrático. Em ambos, cada indivíduo tem centralidade na análise.

São dois padrões de pensar o indivíduo na realidade social. Um, em Elster, é o indivíduo centrado em suas preferências pessoais e características individualísticas egocentradas. É a partir de suas preferências que interage com alternativas e outros fatores que concorrem no processo de escolha. Sua liberdade está em poder escolher.

Outro padrão, em Rawls, é uma valorização dos preceitos éticos e direitos individuais. O indivíduo é visto da ótica de seus padrões éticos, seja os de liberdade e igualdade (que devem ser equânimes) - quando trata das sociedades de regime democrático -, seja quanto aos direitos humanos (naturais) - quando trata de sociedades hierárquicas. As escolhas e as preferências dos indivíduos têm valor pelo que significam de preservação e exercício da sua liberdade pessoal ao ter essas preferências. A liberdade (ou o exercício de direitos vistos como naturais) não é só um direito ou benefício auferido individualmente, mas um padrão ético

das instituições. Em sua análise, concebe não só as instituições, mas cada um dos cidadãos, e é a partir dos indivíduos que desenvolve sua proposição. A abordagem de Elster, tomando-se ainda a caracterização de Leca e Birnbaum, estaria dentro de um individualismo sociológico que aborda as decisões coletivas ou o jogo de estratégias individuais.

⁶² Ver a respeito, entre outros trabalhos do autor, Elster (1989), op. cit..

compartilhado pelos demais indivíduos, o que garante a diversidade de padrões religiosos, morais, etc. e a liberdade de cada um exercê-los.

A visão rawlsiana é útil à nossa interpretação tanto pela concepção de racionalidade que tem do ser humano - através da qual se podem precisar melhor nossas observações críticas à visão de racionalidade que identificamos em Elster - como pela concepção de ação do indivíduo, pensada como expressão de um *background* cultural (cultura de fundo, transmitida de uma geração a outra). A concepção de racionalidade, em Rawls, ganha centralidade como noção-parte da de razoabilidade (seres razoáveis são seres racionais e razoáveis). Aludimos aqui a sua proposta à sociedade democrática para esclarecer melhor o sentido de racionalidade que apreendemos do autor e não como ponto de explicação à sociedade brasileira, que é a realidade dos nossos entrevistados, sociedade que ainda não pode ser considerada como tendo um *background* de uma cultura democrática nos termos do autor. É nesse sentido pontual que o pensamento desses autores está presente em nosso trabalho.

Vemos a ação de escolha dos indivíduos como racional sob o prisma rawlsiano, em que a racionalidade dos indivíduos está na capacidade de exercerem seus recursos pessoais plenos em suas ações, indivíduos com padrões éticos, com capacidade de uma concepção de bem para si, capacidade que não se desvincula de um padrão ético socialmente firmado. Vista assim, é uma ação que potencializa as capacidades individuais, ao invés de colocar o indivíduo restrito basicamente aos seus egoísmos e imediatismos e/ou tendo escolhas que são parte de estratégias (orientadas por essas condutas imediatistas) de otimização de meios para atingir-se um fim.

Entendemos que a ação de escolha dos entrevistados, que resulta em seus deslocamentos no mercado de trabalho, é racional, enquanto seja uma ação que é

parte da busca de realização de concepções do bem quanto à vida de trabalho, de realização de seus objetivos profissionais.

Em suas ações de escolha no mercado, buscam a realização possível de seus objetivos profissionais, tomando os condicionantes do mercado não como inevitabilidades, mas como situações frente às quais podem atuar, interagindo seus gostos, preferências, seus ideais de trabalho; adequando-os ao que é real e mais possível em dadas condições do mercado. Numa adequação em que mantêm um "seguimento", uma busca constante daqueles objetivos profissionais, busca que não se inicia e nem finaliza no trabalho informal. Suas escolhas são conformadas "no meio do caminho [da] vida" - o que compreende tanto o que já "chegou", quanto o que projetam para o seu futuro de trabalho. Pois, como diz a canção:

*Antes de mim vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
E estamos todos aqui*

*No meio do caminho dessa vida
Vinda antes de nós
E estamos todos a sós*

*No meio do caminho dessa vida
E estamos todos no meio
Quem chegou e quem faz tempo que veio
Ninguém no início ou no fim*

*Antes de mim
Vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
E estamos todos aí ⁶³.*

⁶³ Dos versos "Velhos e Jovens", de Antonio Cícero e Adriana Calcanhoto, CD Senhas, Sony/Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo fez-se uma análise qualitativa e aprofundada de proposições apresentadas em estudos anteriores. A partir dessa análise qualitativa identificou-se traços comuns entre os entrevistados. Diferenciou-se o tipo de dado coletado em dois níveis. Um tratou de **como** ocorreram os vários aspectos relacionados direta ou indiretamente ao ingresso no trabalho informal, tratou de **como** veio a ocorrer o ingresso no trabalho informal. O outro nível de dados tratou do **porquê** ocorreu esse ingresso, identificando-se suas razões mais substantivas e verificou-se que estas vão além do dado mais aparente do **como**. Os dados de **como**, embora tenham sido qualitativamente relevantes, foram complementares aos **porquês**. O primeiro nível de dados (**como**) mostrou as freqüências, os aspectos mais preponderantes do grupo. Porém, as homogeneidades, os aspectos que atingem a todos os entrevistados, indistintamente - sejam os que permanecerão ou não no trabalho informal - foram-nos mostrados pelos dados que aprofundam a informação mais aparente do **como** e chegam aos **porquês** do ingresso no trabalho informal. A compreensão do sentido comum a esses trabalhadores só foi possível apreender com o aprofundamento das questões de ingresso no trabalho informal ao nível dos **porquês**.

Nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores entrevistados, a diferenciação entre trabalho formal e trabalho informal está em que utilizam a maneira de trabalhar informalmente como um recurso para alcançar uma dada situação de trabalho que almejam. O que vem a ser essa situação de trabalho almejada vai sendo definido ao longo de suas experiências, naquilo que

vivenciaram em suas trajetórias ocupacionais. Assim, o trabalho almejado é buscado constantemente nos diferentes momentos de decisão de deslocamento no mercado de trabalho.

Os dados dos trabalhadores urbanos informais estudados nos mostraram que seu ingresso no trabalho informal está relacionado à busca do que denominamos de objetivos profissionais. Esses objetivos profissionais compreendem um conjunto de referenciais pessoais de conduta na vida de trabalho, que são comuns aos entrevistados, e são compostos por três aspectos centrais. O primeiro é a busca por uma dada profissão, que é entendida por esses trabalhadores como um tipo de trabalho em que se auto-reconhecem como fazendo um trabalho gratificante, no qual se vêem reconhecidos por outros como profissionais no exercício desse trabalho. O outro referencial aos objetivos profissionais é a busca de uma condição de trabalho que viabilize o exercício do que consideram seja sua profissão e na qual tenham maior poder de decisão técnico-administrativa e operacional sobre o trabalho. E o terceiro referencial que forma os objetivos profissionais é a busca de um trabalho com o qual possam garantir um dado padrão econômico de vida, que é variável de entrevistado para entrevistado e estabelecido dentro do que consideram aceitável para si e/ou sua família. Associam-se a esses aspectos - mas de maneira menos central que os outros três - suas crenças (religiosas e outras) e as relações e/ou situações familiares.

A partir desses objetivos profissionais, os trabalhadores entrevistados orientam suas decisões de deslocamento no mercado de trabalho. O aspecto mais central nos objetivos profissionais, e que perpassa os demais, é a profissão que valorizam. Porém, são aspectos complementares e, em conjunto, fundamentais em suas decisões de deslocamento no mercado de trabalho.

O ingresso no trabalho informal foi analisado pelo seu significado no conjunto do histórico ocupacional dos trabalhadores informais entrevistados e não

só como uma ocorrência pontual nessa trajetória. Verificou-se que o ingresso no trabalho informal não era um fato isolado, mas era uma escolha por um trabalho que é parte da busca de realização de objetivos profissionais na vida de trabalho.

Os dados complementares à análise mostraram, entre outros aspectos, que entre os trabalhadores entrevistados o que prevalece é o fato de o ingresso no trabalho informal ter sido antecedido de uma preparação ou plano nesta direção e que, entre a saída do trabalho formal e o ingresso no trabalho informal, não buscaram um emprego no mercado de trabalho. Esse aspecto corroborou a indicação de que há uma unidade de sentido entre os diferentes deslocamentos desses trabalhadores no mercado de trabalho.

Constatou-se que os trabalhadores entrevistados desempenharam variadas profissões em suas trajetórias ocupacionais e que o ingresso no trabalho informal significou uma ruptura tanto com a profissão que exerciam formalmente como com a profissão que exerceram por mais tempo na trajetória ocupacional - essa última denominada de profissão principal. Constatou-se também que com o ingresso no trabalho informal esses trabalhadores passaram a exercer novamente uma atividade que já haviam exercido anteriormente. De modo que, com o trabalho informal, retomam não só essa atividade, como a experiência de trabalhar informalmente, que já havia sido vivenciada por eles em outro período.

Viu-se que não se aplica aos trabalhadores entrevistados uma análise bipolarizada do deslocamento no mercado de trabalho entre trabalho formal e trabalho informal. O deslocamento para um trabalho informal deu-se a partir de condições ocupacionais prévias diferentes. Assim, os entrevistados passam de um trabalho formal para o trabalho informal atual; de uma situação de um só trabalho formal para um duplo trabalho - um formal e outro informal concomitantemente; ou ainda de um trabalho informal, onde exercem uma profissão, para uma situação também de trabalho informal em uma outra profissão. Nessa diversidade

de situações, os dados nos indicaram que é uma constante nos seus históricos ocupacionais a busca por exercerem uma ocupação que responda a seus referenciais valorativos quanto ao trabalho, e nos indicam também que essa busca refere-se a alguns aspectos que são comuns entre os entrevistados, que foram denominados de objetivos profissionais.

Os dados do presente estudo confirmam conclusões de outros estudos quanto à existência de uma diversidade de situações ocupacionais informais, a caracterização do conjunto da produção informal como um leque de alternativas (Cacciamali:1983) em que há níveis diferentes de estabilidade, de constância dos trabalhadores no trabalho informal. Também foi confirmado o fato de que os trabalhadores informais fazem uma opção por essa condição ocupacional, dadas as positivities que vêm nesse trabalho (Despres:1988; Sorj:1988). Além disso, verificou-se que não só há uma diversidade de situações ocupacionais entre os que exercem o trabalho informal (leque de alternativas), mas que há uma diversidade de situações vivenciadas ao longo das trajetórias ocupacionais, em que o trabalho informal não pode ser caracterizado só como uma opção positiva, mas como uma opção que tem também negatividades.

Os entrevistados, em suas avaliações do trabalho informal, mostraram, geralmente, uma avaliação fortemente positiva da sua experiência de trabalho informal, mas são positivities matizadas pela identificação de vários aspectos negativos dessa condição de trabalho. Se, por um lado, o trabalho informal significa a ampliação de possibilidades de exercerem um trabalho que responde melhor a seus objetivos profissionais, por outro têm como contrapartida, entre outros aspectos, o custo de autogerenciar seu trabalho e a maior responsabilidade decorrente disso. Essas positivities e negatividades do trabalho informal foram vistas comparativamente no conjunto de suas experiências ocupacionais. Viu-se que seu ideal de trabalho se sobrepõe à experiência específica do trabalho

informal, e que a decisão de ingresso ou permanência no trabalho informal responde a uma busca constante de objetivos profissionais vistos como alcançáveis dentro do que vivenciam, dentro do que seja plausível entre as possibilidades de trabalho. O trabalho informal é positivo não em si mesmo, mas frente às experiências já vividas ou às possibilidades de trabalho que se possam abrir.

Suas avaliações indicaram também que a saída ou permanência no trabalho informal não significa uma recusa em exercer um trabalho na condição formal (no caso de permanência) ou no trabalho informal (no caso de não-permanência), mas significa (não) permanecer numa situação em que (não) estejam contemplados da melhor maneira possível os seus objetivos profissionais.

A diversidade de situações ocupacionais vivenciadas pelos trabalhadores informais entrevistados, associada à heterogeneidade intencionalmente buscada em campo, deu relevância ao fato de que há um sentido comum às diferentes decisões de deslocamento no mercado de trabalho desses trabalhadores. Há uma conexão de sentido entre suas experiências passadas, a presente e a pretendida, que é dada pela busca constante do exercício de um trabalho numa situação que atenda a seus referenciais valorativos pessoais quanto a sua atividade profissional.

Os objetivos profissionais expressam a concepção de bem (Rawls: 1993) dos entrevistados acerca do trabalho, e é à luz desses objetivos profissionais que organizam os recursos de que dispõem, suas capacidades pessoais, seus recursos produtivos, seu tempo, sua disponibilidade em suas decisões de deslocamento para um trabalho informal. Os dados indicam que os trabalhadores entrevistados exerceram sua capacidade de terem escolhas de trabalho, perseguindo inteligentemente seus objetivos profissionais em sua trajetória ocupacional, atuando racionalmente dentro de uma concepção de bem quanto a seu trabalho. A inserção em diferentes situações de trabalho, no transcorrer da trajetória ocupacional do trabalhador entrevistado está submetida a sua concepção do que

seja benéfico para si em seus deslocamentos no mercado de trabalho e a sua capacidade de perseguir um trabalho assim idealizado. Assim, suas ações de ingresso e permanência no trabalho informal contemplam também uma capacidade de concepção de bem ou benefício próprio.

A busca por uma ocupação que atenda a esses referenciais da vida de trabalho não se inicia e nem finaliza com a experiência de trabalho informal. Nas suas decisões de deslocamento no mercado para uma ocupação informal, os entrevistados adequaram seus ideais de trabalho às possibilidades ocupacionais dadas formal e usualmente pelo mercado (Elster:1989), de tal sorte que trazem para o plano do possível, do plausível, seus objetivos profissionais. A busca por realizarem esses objetivos não se encerra com a experiência de trabalho informal, mas se projeta nas possibilidades futuras de trabalho - seja na condição de trabalho informal ou em outra.

A relação entre o ingresso no trabalho informal e a permanência ou não nele está nessa busca constante por uma situação ocupacional que responda melhor a seus objetivos profissionais. Os trabalhadores informais entrevistados têm uma concepção de bem que é, ao longo de suas trajetórias ocupacionais, constantemente confirmada, revista, modificada, a partir das limitações, dos problemas, dos desgastes na diversidade de situações ocupacionais vivenciadas e a partir de seus desejos, ideais, sonhos quanto à vida de trabalho.

Os dados indicaram que os entrevistados ampliaram seu leque de possibilidades de escolha, ao passarem a considerar e tornar efetiva, uma alternativa de trabalho informal por conta própria que não compunha as alternativas que lhes foram regular e formalmente ofertadas pelo mercado. A condição de trabalho informal teve o papel de ser uma alternativa num leque antes restrito às alternativas de trabalhos formais. A peculiaridade do ingresso no trabalho informal no grupo de trabalhadores entrevistados reside nessa ampliação

de possibilidades em suas trajetórias ocupacionais. A ocupação que exercem informalmente é uma alternativa não usual, não formal, para encaminhar uma solução a uma situação anterior de trabalho, e que viabilizou o exercício de um trabalho mais próximo de seus objetivos profissionais, dos quais faz parte a maior autonomia decisória conferida pela condição ocupacional de conta própria.

Os dados indicaram que, na decisão dos trabalhadores entrevistados de ingresso no trabalho informal, as alternativas de trabalho formais de que dispunham não foram consideradas por eles como inevitabilidades, que forçosamente mantivessem suas alternativas de inserção no mercado de trabalho entre as possibilidades formais do mercado. Consideraram essas alternativas formais de trabalho como situações sobre as quais é possível algum nível de atuação individual. Ao construírem sua alternativa de trabalho informal na condição de conta própria, saíram de uma situação em que estavam frente à inevitabilidade de aceitar as ofertas disponíveis no mercado para uma outra situação em que ampliaram suas possibilidades de trabalho, saíram de uma posição de possibilidades mais limitadas para outra mais ampla.

Considerou-se que a racionalidade da ação de escolha dos entrevistados por um dado trabalho está na capacidade de terem escolhas dentro de uma concepção de bem em que se orientam na vida de trabalho (Rawls:1993). Considerou-se que suas escolhas modificam-se ao longo de sua trajetória ocupacional, mas que mantêm sua capacidade de conformar e revisar o que seja benéfico para si quanto à vida de trabalho. Assim, esses trabalhadores não são apenas indivíduos racionais, com preferências fixas que finalizariam na informalidade, mas indivíduos com capacidade para modificar suas escolhas conforme as experiências de trabalho vivenciadas (no passado), as atuais e as que projetam como ideais para o futuro.

Os dados também mostram que o ingresso no trabalho informal é um entre outros momentos de escolha de trabalho, nas trajetórias ocupacionais dos

trabalhadores informais entrevistados. Nessas escolhas esses trabalhadores trazem seu ideal de trabalho para o plano de uma alternativa não ideal mas plausível, exeqüível de trabalho, numa busca constante de realização de seus objetivos profissionais. Suas escolhas não estão unidirecionadas à informalidade, mas estão voltadas à consecução de objetivos profissionais no trabalho que exercem. Esses objetivos são o elemento unificador das diferentes decisões de deslocamento no mercado, sejam esses deslocamentos no sentido da formalização, da informalização ou de trabalhos "paralelos".

Os trabalhadores informais que entrevistamos mostram (em suas palavras) que a atividade profissional é um "seguimento" ou continuidade de experiências e aprendizados que se acumulam ao longo do tempo e se transmitem ao futuro. Extrapolando essa imagem para o sentido dessa dissertação em nossa trajetória profissional, caberia esperar que em estudos futuros possamos levar adiante essa percepção de continuidade do trabalho informal entre setores cada vez mais amplos desses trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Tarcísio Patrício e Souza, Aldemir do Vale (1984), "A Heterogeneidade dos Mercados de Trabalho em Economias Subdesenvolvidas: Uma Discussão sobre o Conceito de 'Setor Informal' ", in Renato Duarte (org.), Emprego e Renda na Economia Informal da América Latina, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, pp.19-43.
- ARDITI, Benjamim. (1989), El Deseo de la Libertad y la Cuestión del Otro (Posmodernidade, poder y sociedad), Ediciones Criterio, Assunção, Paraguay
- _____. (1994), Rastreado lo Político, Centro de Documentación y Estudios, Assunção, Paraguay, mimeo
- AZEVEDO, Beatriz. (1981), "A Produção não Tipicamente Capitalista: Diversas Abordagens", Ensaio FEE, v.1, n.2, Porto Alegre, pp.233-274
- BENERÍA, Lourdes. (1992), "The Mexican Debt Crisis: Restructuring the Economy & the Household", in Unequal Burden, (org.) Lourdes Benería e Shelley Feldman, Westview Press, Boulder, Estados Unidos, pp.83-104
- BIRNBAUM, Pierre e LECA, Jean. (1990), "Introduction", in Individualism. Theories and Methods, (org.) P. Birnbaum and J. Leca, Clarendon Press, Oxford, Inglaterra, pp.1-14
- BROMLEY, Ray. (1992), "Informality, de Soto Style: From Concept to Policy", XVII International Congress of the Latin American Studies Association, setembro, Los Angeles, Estados Unidos, mimeo, (publicado in Cathy A. Rakowski editor. (1993). *Contrapunto: The Informal Sector Debate: Issues in Research and Policy*. Albany, NY: Suny Press)
- CABRAL, Manuel V.. (1983), "A Economia Subterrânea vem ao de Cima em Portugal". Análise Social, 3a. série, v.XIX, n.76, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, pp.9-23
- CACCIAMALI, Maria Cristina. (1978), "Mercado de Trabalho: Abordagens Duais", Revista Administração de Empresas, v.18, n.1, Rio de Janeiro, pp.59-69

_____. (1983), Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção. Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da USP, São Paulo

_____. (1989), "Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro", Documento FEA/USP, São Paulo, mimeo

CARÍOLA, Cecilia e LACABANA, Miguel. (s/d), "Calidad del Empleo y Calidad de Vida. Reflexiones sobre precariedad laboral y pobreza", Centro de Estudios del Desarrollo, Caracas, Venezuela, mimeo

CAVALCANTI, Clóvis e DUARTE, Renato. (1980), À Procura de Espaço na Economia Urbana: O Setor Informal de Fortaleza. SUDENE/FUNDAJ, Recife/Brasília.

CHANDAVARKAR, Anand. (1988), "The Informal Sector: Empty Box or Portmanteau Concept? (A Comment). World Development, v.16, n. 10, pp.1259-1261

CHAUI, Marilena. (1989), Conformismo e Resistência. 3a. edição, Editora Brasiliense, São Paulo

COHEN, G. A.. (1990), "Resposta ao Artigo 'Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos', de Jon Elster", Lua Nova, n.20, maio, São Paulo, pp.179-195

CUNHA, Paulo Vieira da. (1979), "A Organização do Mercado de Trabalho: Três Conceitos Alternativos", Revista de Administração de Empresas, 19(1), Rio de Janeiro, pp.29-46

DEDECCA, Claudio Salvadori. (1990), Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: Uma Abordagem da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, mimeo

DESPRES, Leo A. (1988), "Macrotheories, Microcontexts, and the Informal Sector: Case Studies of Self-Employment in three Brazilian Cities", *Working Paper* 110, sept., Kellogg Institute/University of Notre Dame, Notre Dame, Estados Unidos

DURHAM, Eunice Ribeiro. (1984), "A Construção da Cidadania", Novos Estudos CEBRAP, n.10, out., São Paulo, pp.24-30

ELSTER, Jon. (1988), Ulysses and the Sirens. Studies in rationality and irrationality, 2a. edição (1a. ed. 1979), Cambridge University Press, New York and Editions de la Maison Des Sciences de L'Homme, Paris

_____, (1989), Marx Hoje, tradução de Plínio Dentzien, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, (original em inglês, 1986: An Introduction to Karl Marx: Cambridge University Press)

_____, (1993), "Exploração Liberdade e Justiça", in O Contrato Social Ontem e Hoje, (org.) Paulo J. Krischke, Editora Cortez, São Paulo, pp. 239-264, (publicação anterior deste artigo, (1989), Zona Abierta, 51/52, abril/set, Madrid)

_____, (1991), Tuercas y Tornillos. Una introducción a los conceptos básicos de las ciencias sociales, tradução de Antonio Bonanno, 2a. edição (1a. edição Barcelona, España, 1990), Gedisa Editorial, Barcelona, España, (original em inglês, 1989: Nuts and Bolts: Press Syndicate of the University of Cambridge)

_____, (1993), Political Psychology, Cambridge University Press, New York

GAMUS, Esther. (1993), "Reflexiones sobre las Nuevas Relaciones Educación y Mercado de Trabajo", XIX Congresso ALAS, junho, Caracas, Venezuela, mimeo.

HIRATA, Helena e HUMPHREY, John. (1989), "Trabalhadores Desempregados; trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil", in Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.11, v.4, out., pp.71-84

HUMPHREY, John. (1992), "Os Problemas do Emprego e do Desemprego em São Paulo", Novos Estudos CEBRAP, n.32,março, São Paulo, pp.143-163

IBGE/Diretoria de Pesquisa. (1990), "O Espaço Econômico das Pequenas Unidades Produtivas: Uma Tentativa de Delimitação", Textos para Discussão, n.27, fev., Rio de Janeiro

IBGE. (1991), Censo Demográfico. Resultados do universo relativo às características da população e dos domicílios, n. 23, v. Santa Catarina, Rio de Janeiro

IPUF-Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. (1986), Revisão do Plano Diretor do Distrito Sede. Diagnóstico, v.1, Florianópolis

KHUNDKER, Nasreen. (1988), "The Fuzziness of the Informal Sector: Can we Afford to Throw Out the Baby with the Bath Water? (A Comment)", World Development, v.16, n.10, pp. 1263-1265

KLEIN, Emilio. (1990), "Emprego e Heterogeneidade do Setor Informal", in Classes e Movimentos Sociais na América Latina, (org.) Sônia Larangeira, Editora Hucitec, São Paulo, pp.176-193

KOWARICK, Lúcio. (1985), Capitalismo e Marginalidade na América Latina. 4a. edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro

_____, . (1992), "Investigação Urbana e Sociedade: Comentários sobre Nuestra América", FFLCH/USP, mimeo

LATAPÍ, Agustín Escobar. (1993), "Ajuste, Reestructuración y Mercado de Trabajo: Nuevos Patrones de Diferenciación, Inserción Y Movilidad Laborales en Guadalajara y México", XIX Congresso ALAS, junho, Caracas, Venezuela, mimeo

LECHNER, Nobert. (1987), Los Patios Interiores de la Democracia. Subjetividad y Política, Flacso, Santiago, Chile

LEVINE, Andrew, SOBER, Elliott e WRIGHT, Erik Olin. (1986-87), "Marxismo e Individualismo Metodológico". *Zona Abierta*, n.41/42, out/mar, Madrid, Espanha, pp.131-157

LIMA, Ricardo. (1980), "Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação", Pesquisa e Planejamento Econômico/IPEA, v.10, n.1, abril, Rio de Janeiro, pp.217-272

MARINHO, Maria de Salette Corrêa. (1988), "Satisfação no trabalho: revisão conceitual para a análise empírica". Ciência e Cultura, v.40, n.3, março, pp.213-222

OLIVEIRA, Francisco. (1987), A Economia Brasileira: Crítica À Razão Dualista, 5a. edição, Editora Vozes, Rio de Janeiro

_____, (coord.). (1990), O Informal Revisitado. Relatório Preliminar, CEBRAP/NOVIB, mimeo

PAOLI, Maria Celia. (1987), "Os trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros.

Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira", in Cultura e Identidade Operária. Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora, (coord.) José Sérgio Leite Lopes, Editora Marco Zero/UFRJ, Rio de Janeiro

_____. (1990), "Conflitos Sociais e Ordem Institucional: Cidadania e Espaço Público no Brasil do Século XX", ANPOCS, out., Caxambú, Minas Gerais, mimeo

PEATIE, Lisa. (1980), "Anthropological Perspectives on the Concepts of Dualism, the Informal Sector, and Marginality in Developing Urban Economies". International Regional Science Review, v.5, n.1, pp.1-31

_____. (1987), "An Idea in Good Currency and How it Grew: The Informal Sector". World Development, v.15, n.7, pp. 851-860

PEREIRA, Maeva Hernandez. (1993), "Tipos de Microempresarios: hacia un modelo de racionalidad para la efectividad microempresarial", XIX Congresso Latinoamericano de Sociologia/ALAS, junho, Caracas, Venezuela, mimeo

PORTES, Alejandro e SASSEN-KOOB, Saskia. (1987), "Making it Underground: Comparative Material on the Informal Sector in Western Market Economies", American Sociological Journal, v.93, n.1, julho, University of Chicago Press, Estados Unidos, pp.30-61

PRANDI, José Reginaldo. (1978), O Trabalhador por Conta Própria sob o Capitalismo. Editora Símbolo, São Paulo

PREALC. (1990), Mas alla de la Regulacion. El Sector Informal en America Latina, Santiago, Chile

_____. (1991), Empleo y Equidad: El Desafio de los 90, Santiago, Chile

PRZEWORSKI, Adam. (1988), "Marxismo e Escolha Racional". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.6,v.3, fev., ANPOCS, São Paulo, pp. 5-25

RAWLS, John. (1993), Political Liberalism, Columbia University Press, New York.

_____. (1993.a), "The Law of Peoples", in *On Human Rights*, (org.) Stephen Shute and Susan Hurley, Haper Collins Publishers, pp.41-82

RAZETO, Luis. (1991-92), "Economie Informelle - Economie Populaire", in

Bruno Lautier (org.), Informalité, Formalité et Relations de Travail dans les PVD. Dossier sur L'Informalité (Séminaire), Institut D'Etude du Développement Economique et Social, Université de Paris I, Paris.

SÁNCHEZ, Eramis Bueno. (1993), "El Sector Informal Urbano (SIU) en la Perspectiva Económica de los Estudios de Población", XIX Congreso ALAS, junho, Caracas, Venezuela

SANTOS, Milton. (1979), O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana, Editora Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro

_____, . (1987), O Espaço do Cidadão, Nobel, São Paulo

SCHADER, Achim. (s/d), "El Estado y el 'Sector Informal' de la Economía en América Latina. Reflexiones en la sociología de la economía", Coloquio Internacional "Alternativas de las Sociedades en América Latina. Pasado y Presente", mimeo

SCHUMPETER, Joseph Alois. (1961), Capitalismo, Socialismo e Democracia. Tradução de Ruy Jungmann, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, (traduzido do original inglês, Capitalism, Socialism and Democracy, Ed. George Allen and Unwin, Londres, sem menção a data do original)

SILVA, Luiz Antonio Machado da. (1971), Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, mimeo

_____, (1990), "A (Des)Organização do Trabalho no Brasil Urbano", São Paulo em Perspectiva, V. 4, N. 3/4, Julho/Agosto, SEADE, São Paulo, pp.2-5

_____, e RIBEIRO, Ana Clara T.. (s/d), "Paradigma e Movimento Social: Por onde Andam Nossas Idéias?", VIII Encontro ANPOCS

SINGER, Paul. (1978), Economia Política do Trabalho, Editora Hucitec, São Paulo

SORJ, Bila. (1988), "Camelôs. O Sonho Perseguido", in Revista Ciência Hoje, v.8, n.47, out., SBPC, Rio de Janeiro, pp. 20-24

_____, . (s/d), "A Regulação Social do Setor Informal: Os Vendedores Ambulantes

no Rio de Janeiro", UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, mimeo

SOTO, Hernando de. (1987), em colaboração com Enrique Ghersi, Mario Ghibellini e Instituto Libertad y Democracia, El Otro Sendero, 2a. impressão da 1a. edição mexicana (1a.edição peruana ILD,1986), Editorial Diana, México, DF

SOUZA, Paulo Renato de. (1980), Emprego, Salários e Pobreza, Editora Hucitec/Funcamp, Campinas, SP

_____. (1980a), A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, mimeo

STEEDMAN, Ian e KRAUSE, Ulrich, (1985), "Goethe's Faust, Arrow's Possibility Theorem and the individual decision-taker", in The Multiple Self, (org.) by Jon Elster, Cambridge University Press, New York, pp. 197-231

TEIXEIRA, Francisco J. Soares. (1988), "Análise Crítica do Mercado de Trabalho de Fortaleza à Luz das Categorias de Trabalho Produtivo e Improdutivo", agosto, SINE/CE, Fortaleza

THIEBAUT, Carlos. (1993), "As Racionalidades do Contrato Social: Kant em Rawls", in O Contrato Social Ontem e Hoje, (org.) Paulo J. Krischke, Editora Cortez, São Paulo, pp.283-317, (publicado originalmente em (1984), Zona Abierta, n.32, jul/set, Madrid)

THOMPSON, Edward P.. (1979), Tradición, Revuelta y Consciencia de Classe. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial, (1a. edição, 1979: Worcester: Inglaterra), Editorial Crítica, Barcelona, Espanha

TOKMAN, Vitor E. (1990), "The informal sector in Latin America: Fifteen Years Later", in The Informal Sector Revisited, (org.) David Turham, Bernards Salomé e Antoine Schwarz, Development Centre of the Organization for Economic Co-operation and Development, Paris, pp. 93-110

TOLEDO, Enrique de la Garza. (1993), "Los Estudios Laborales y Sindicales en América Latina (1982-1992)", Revista Venezolana de Sociología y Antropología/XIX Congresso ALAS, maio/jun., Caracas, Venezuela, pp.110-123

VASCONCELLOS, Eliane J. Godoy de. (1989), "Os Limites entre a Resistência e o Conformismo. Reflexões iniciais centradas em Edward P. Thompson e Barrington Moore Jr.". Boletim de Ciências Sociais/UFSC, 53/54, jul/dez, Florianópolis

VILLASANTE, Tomas Rodriguez. (1993), "Clientelas y Emancipaciones", XIX Congresso ALAS, junho, Caracas, Venezuela, mimeo

WRIGHT, Erik Olin. (1985), "Qué hay de 'medio' en la clase media?", Zona Abierta, 34/35, jan-jun, Madrid, pp. 105-149

A N E X O

Dados Quantitativos Gerais dos Entrevistados

Este anexo contém dados quantitativos do grupo entrevistado referentes a Condições de Moradia e Dados Pessoais. Estes dados, embora não centrais à análise qualitativa desenvolvida nesta dissertação, são aqui apresentados porque contribuem para se ter uma visão geral do grupo entrevistado. São informações contidas nas questões do Bloco Temático 1, já mencionadas no item 1.4.3., do capítulo 1.

Os valores comparativos numéricos apresentados têm a finalidade de deixar clara a frequência de um dado tipo de resposta no grupo entrevistado e de tornar mais fácil e clara a exposição numérica de alguns dados. De outra parte, ilustram um tipo de resultado que é em vários pontos similar a dados encontrados em outras pesquisas sobre o trabalho informal. Nesse sentido a forma de exposição numérica visa a permitir uma possível comparação com outras pesquisas¹ e não tem a pretensão de aplicabilidade ao conjunto dos que trabalham de maneira informal.

¹ Veja-se acerca da apresentação numérica de dados quando se analisa um número pequeno de entrevistas, Benéria, Lourdes. (1992), "The Mexican Debt Crisis: Restructuring Economy and the Household", in Unequal Burden. Economic Crises, Persistent Poverty, and Women's Work, Edited by Lourdes Benéria & Shelley Feldman, Westview Press, Boulder, USA, pp. 83-104.

Condições de moradia : acesso a bens de serviço público

Foram pesquisados o acesso à luz, abastecimento d'água, rede de esgoto, coleta de lixo². A grande maioria dos entrevistados, quase dois terços, tem acesso a três dos quatro bens de serviço público pesquisados. O item de menor acesso é a rede de esgoto, a que têm acesso somente quatro dos entrevistados. O que se explica pelo fato de que esse é um serviço que só cobre pequena parte do município, área que está na região central da cidade. Todo o resto do município, na ilha ou no continente, não tem rede de esgoto³.

Quatro entrevistados têm acesso a todos os quatro serviços públicos pesquisados. E há três que têm acesso só à luz elétrica - que é um serviço a que todos têm acesso. Outra parcela igual tem acesso a dois serviços públicos e neste caso, um é sempre a luz elétrica, sendo o outro variado (água ou coleta de lixo ou rede de esgoto).

Quanto ao acesso à rede pública de abastecimento de água - à qual mais de dois terços dos entrevistados têm acesso -, uma parte deles (um pouco mais de um quarto) utiliza duas fontes de abastecimento de água (rede pública + poço artesiano ou comum; rede pública + nascente; poço + nascente)- isso mesmo em bairros

² Para definir quais itens levantar em campo neste bloco de questões, tomamos como referencial o questionário aplicado pelo IBGE. Quanto ao acesso a serviços públicos, consideramos o acesso direto na porta do domicílio do entrevistado.

³ Segundo informações da Casan-Cia Catarinense de Água e Saneamento, há em Florianópolis 35.084 ligações domiciliares de rede de esgoto. Esse número refere-se ao "número de economias", ou seja, inclui não os pontos-base de ligação (como edifícios) mas os domicílios (os apartamentos dos edifícios). Há 10.889 bases de ligação à rede de esgoto e 35.084 economias. O total de domicílios do município é 137.082 (dados do IBGE/Censo Demográfico 91). Segundo técnicos da Casan, o problema mais grave no município está em que o esgoto coletado não recebe nenhum tratamento (há uma estação de tratamento ainda em construção). Quanto ao abastecimento de água, há 72.912 economias e 36.486 ligações no município, que cobrem boa parte da zona urbana. Agradecemos aos técnicos da Divisão de Planejamento da Casan pelo acesso às informações.

centrais, que não estão em áreas de balneário, e são urbanizados (com calçamento, servidos por transporte coletivo, telefone, luz, etc.)⁴.

Portanto, predomina no grupo de trabalhadores o acesso a três dos quatro itens pesquisados. O mais freqüente são moradias servidas por luz, coleta de lixo e abastecimento de água. Mas desconsiderando-se o item esgoto, que é de menor acesso, há uma variedade de situações de moradia em relação aos itens possuídos, ou seja, é variada a composição de itens que atende a cada residência.

Condições de moradia: quanto à posse de bens de consumo durável

Verificamos em campo se os entrevistados residiam em casa própria, se possuíam outro imóvel, automóvel e, além disso, se possuíam outros bens de consumo durável. Esse conjunto de itens está agrupado em dois grupos, conforme se descreve a seguir.

Na tabulação dos dados constatamos que todos os entrevistados possuem alguns desses itens, mas mostravam diferenças quanto ao acesso a outros. Em vista disso, separamos esses bens de consumo conforme expressavam uma maior ou menor heterogeneidade do grupo entrevistado.

No primeiro grupo estão cinco bens duráveis que são os mais freqüentes entre os que os entrevistados têm acesso. Todos os entrevistados possuem pelo menos quatro desses bens. São estes: fogão, geladeira, televisor, rádio. A exceção

⁴ Ter outras fontes de abastecimento de água que não a pública tem uma explicação no fato de que no município é freqüente o racionamento e falta de abastecimento de água da rede pública. Situação minorada com a entrada em operação, em outubro de 90, de uma estação de tratamento (conforme informações da Casan).

é quanto a terem filtro d'água, que a maioria possui e um pouco mais de um quarto deles não possui. Esse último dado nos surpreendeu pelo tipo de resposta que davam: "não, a água é da Casan"⁵.

Com relação a morarem em casa própria, a grande maioria dos entrevistados reside num imóvel próprio - já quitado ou em quitação. Há uma homogeneidade também no acesso a esse bem.

As diferenças de acesso aparecem quando consideramos o segundo grupo de bens, num total de oito itens pesquisados, que são: telefone, máquina de lavar roupa, máquina de lavar prato, forno microondas, microcomputador, videocassete, aparelho de som, freezer. Entre esses, os itens mais freqüentes são: máquina de lavar roupa (três quartos dos entrevistados possuem⁶); aparelho de som (dois terços deles); telefone (um pouco menos de dois terços possuem) e freezer (um pouco mais de um terço). E os menos freqüentes são: máquina de lavar prato (cinco entrevistados possuem); forno microondas (dois entrevistados) e microcomputador (dois entrevistados). Esses números incluem a posse do bem quando este é usado também, ou exclusivamente, para o trabalho, que é o que acontece - em alguns casos - para telefone, máquina de lavar roupa, freezer, microcomputador, ou seja, nesses casos são usados também como equipamentos para execução do serviço que prestam ou do produto que vendem. Têm uma função como bens de capital na atividade produtiva feita de maneira informal, como também são usados para o consumo próprio e/ou familiar (enquanto bens de consumo)⁷.

⁵ Os entrevistados consideram esta água recebida na residência como potável, sem necessidade de ser filtrada antes de ser bebida - contrariando a orientação de saúde pública a respeito. O que nos leva a crer que o fato de não terem filtro d'água deve-se a uma desinformação quanto à conveniência de seu uso e não à falta de recursos para comprá-lo.

⁶ Porém alguns destes entrevistados possuem máquinas de lavar roupa de modelo simples, não automático. À época das entrevistas, essas máquinas custavam, em lojas do município, três vezes menos que as automáticas.

⁷ São bens mistos. Expressão que distingue um dado bem econômico por ser tanto um bem de capital no empreendimento de trabalho do entrevistado, quanto um bem de consumo para ele.

Considerando o acesso aos oito bens do segundo grupo, os trabalhadores entrevistados estão na seguinte condição: um pouco menos da metade tem de três a cinco desses bens; cerca de um terço tem acesso a pelo menos um ou dois bens; menos de um quarto possui seis dos oito itens. Nenhum dos entrevistados tem o total dos oito bens.

Quanto a possuírem um outro imóvel - terreno ou outra casa, além da que residem - e automóvel, quatro entrevistados não possuem nenhum desses bens. Dois terços têm um dos bens - que geralmente é o automóvel (maioria com mais de 11 anos de uso) - e outros, menos de um quarto do total, têm tanto automóvel como outro imóvel⁸.

Vista a condição de moradia dos entrevistados através do acesso aos bens duráveis pesquisados, há uma pontuação positiva no grupo de bens que são de consumo mais generalizado, como fogão, rádio, etc. E há um acesso diferenciado aos bens de consumo mais incomuns, sendo que a maioria dos entrevistados tem pelo menos três dos oito bens deste segundo grupo. Observando-se esses dados nos três grupos-tipo de entrevistados - grupo A, grupo B e grupo C - mantém-se o mesmo perfil.

Dados pessoais

⁸ Visto cada bem separadamente, um quarto dos entrevistados tem casa ou terreno neste, ou em outro, município. E só um entrevistado tem um imóvel - que não o de moradia - como fonte de renda (aluguel). Os demais têm outro imóvel para uso pessoal/familiar. Quanto ao automóvel, dezenove entrevistados possuem, mas a maior parte são veículos com mais de 11 anos de fabricação (há desde os que possuem veículos com um ano até 16 anos de fabricação).

O perfil do grupo entrevistado, visto a partir das características pessoais, inclui os dados quanto à idade, grau de instrução, sexo, cor, estado civil, local de nascimento, tempo de residência no município.

Quanto à idade, os entrevistados têm desde 27 até 65 anos. Oito estão na faixa etária de 31 a 35 anos. É nessa faixa que há uma concentração um pouco maior de entrevistados.

Há uma distribuição similar entre as faixas de 27 a 30 anos, 36 a 40 anos (cada faixa com quatro entrevistados), 41 a 46 e 61 a 65 anos (cada faixa com três entrevistados). E há dois entrevistados na faixa de 47 a 55 anos e um na de 56 a 60 anos.

Não há uma maioria em nenhuma das faixas etárias, mas uma certa distribuição entre elas, com uma concentração pequena em uma delas.

Há entrevistados em todos os níveis de instrução. São similares os números dos que fizeram: Io. grau incompleto (seis deles), Io. grau completo e Curso Superior incompleto (estes últimos níveis com cinco entrevistados cada um). São essas três faixas de grau de instrução que têm maior número de entrevistados, mas eles não se concentram em nenhuma delas. A seguir vem: Ilo. grau completo (quatro entrevistados) e Curso Superior completo (três entrevistados). Além desses, há dois entrevistados que fizeram o Ilo. grau incompleto e um fez Pós-Graduação.

Há uma certa distribuição dos entrevistados nos vários níveis de instrução, não havendo uma maioria de entrevistados em nenhum deles.

Quanto ao sexo, catorze entrevistados são homens e onze são mulheres.

E quanto à cor, a maioria (mais de dois terços) é de cor branca, e os demais de cor negra ou mulata. Quanto ao estado civil, três quartos são casados e os demais são divorciados, separados e viúvos (há dois entrevistados em cada uma dessas condições). Um é solteiro e outro está em outra condição.

Quanto à origem, a totalidade dos entrevistados nasceu na Região Sul ou na Região Sudeste. Não há nenhum de outras regiões. Praticamente, a totalidade deles nasceu na Região Sul e só um entrevistado na Sudeste. Há três origens principais, quanto ao Estado onde nasceram. Pela ordem de frequência: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, por último, Paraná e São Paulo⁹.

Quanto ao tempo de residência no município, os entrevistados se distribuem num intervalo de tempo que vai desde menos de um ano a vinte e um anos, além dos que nasceram no município. A condição mais freqüente (oito deles), é residirem há dez anos ou mais no município, vindo a seguir a de ter nascido e sempre morado no município (sete entrevistados). Depois, temos os que residem há cinco anos ou menos (seis entrevistados) e, por último, os que residem de seis a nove anos (quatro entrevistados).

Junto com os dados sobre "tempo de residência" e "local de nascimento" levantamos informação quanto à localidade onde moravam antes de virem para o município ¹⁰. Os dados mostram que, além dos que nasceram e sempre moraram aqui, não há diferença expressiva quanto a terem vindo de outra cidade que não a de nascimento (dez entrevistados) ou da cidade de nascimento (oito entrevistados).

Os dados da "Condição de Moradia" e "Dados Pessoais" deram o perfil geral do grupo entrevistado e indicam que o grupo tem um perfil heterogêneo - não se estabelece a partir deles uma característica que indique diferenças dos entrevistados frente a outros trabalhadores que não exercem atividades de trabalho informalmente (como apontaram outros estudos). A população trabalhadora brasileira tem características que expressam um quadro socioeconômico heterogêneo e de-

⁹ A maioria nasceu ou em outra cidade do Estado de Sta. Catarina (oito entrevistados) - e não em Florianópolis - ou no Estado do Rio Grande do Sul (oito entrevistados). Vindo a seguir os que nasceram no município (sete) e por último temos um entrevistado que nasceu no Estado do Paraná e outro no Estado de São Paulo. Todos os que nasceram no município, sempre moraram nele. Portanto, todos os entrevistados são da região Sul (principalmente) ou da Sudeste. A maioria dos entrevistados nasceu em zona urbana (dezesseis entrevistados) e só seis nasceram e residiram, pelo menos parte da infância, na zona rural. Não temos dados para três entrevistados. Porém, cabe citar que todos ingressaram no trabalho informal após estarem trabalhando (ou terem trabalhado) em empregos urbanos.

¹⁰ Se considerarmos todo o período anterior ao de moradia no município as informações indicam uma grande variedade de localidades, geralmente nas regiões Sul e Sudeste. Mas para os nossos propósitos, consideramos só o local em que residiam no período logo anterior à vinda para o município.

sigual. São "heterogeneidades e gradações" ¹¹ presentes, em geral, em todo o mercado de trabalho, não se constituindo em traço específico, diferenciador dos que trabalham informalmente. Ou seja, o grupo de trabalhadores informais entrevistado não se diferencia, quanto a esses dados, de outros trabalhadores que trabalham, seja no "setor formal", seja no "setor informal".

¹¹ Cacciamali (1983) op.cit.,p.61.